

VERSÃO EBOOK



fac-símile

Alba Valéria Oliveira Ficagna
Juliana Menna Barreto
Neuro José Zambam
Sidinei Cruz Sobrinho

Manual de métodos e técnicas de pesquisa

2^a
edição
revisada e
ampliada

Colaboradores:
Claudionor Guedes Laimer
João Paulo Agostini
Sandra Leal

FAPLAN
editora

méritos
editora

**Alba Valéria Oliveira Ficagna
Juliana Menna Barreto
Neuro José Zambam
Sidinei Cruz Sobrinho**

Colaboradores:
Claudionor Guedes Laimer
João Paulo Agostini
Sandra Leal

Manual de métodos e técnicas de pesquisa



2^a
edição
revisada e
ampliada

fac-símile

*2008 - Versão livro em papel
2021 - Versão e-book fac-similar*

FAPLAN
EDITORA

méritos
editora

2008 - Versão livro em papel
2021 - Versão e-book fac-similar

© *Faplan Editora:*

Sidinei Cruz Sobrinho
Coordenador editorial
Rua Paissandu, 1.200, Centro
Passo Fundo, RS, CEP 99010-022
Fone: (54) 3045-1033
Página na internet: www.faplan.edu.br
E-mail: sidinei@faplan.edu.br

© *Méritos Editora:*

Charles Pimentel da Silva
Editor
Jenifer Bastian Hahn
Editor
Rua do Retiro, 846
Passo Fundo - RS - CEP 99074-260
Fone: (54) 3313-7317
Página na internet: www.meritos.com.br
E-mail: sac@meritos.com.br

Todos os direitos reservados e protegidos pela lei nº 9.610 de 19/02/1998.
Partes deste livro podem ser reproduzidas desde que citados os responsáveis
pela obra, assim como o seu título e as editoras, conforme as normas da ABNT.

M294 Manual de métodos e técnicas de pesquisa / Alba Valéria
Oliveira Ficagna ... {et al.} ; colaboradores Claudionor
Guedes Laimer, João Paulo Agostini, Sandra Leal. -
2. ed. rev. aum. - Passo Fundo : FAPLAN : Méritos, 2008.
151 p.

1. Metodologia científica 2. Técnica de pesquisa
3. Apresentação de trabalho científico I. Ficagna,
Alba Valéria Oliveira

CDU: 001.8

Catálogo na fonte: bibliotecária Maria José Cruz CRB 10/604

ISBN da versão em papel: 978-85-98774-06-0

Impresso no Brasil



INTRODUÇÃO	9
1 MÉTODOS E ESTRATÉGIAS DE ESTUDO	11
2 LEITURA.....	17
2.1 Paráfrase	18
2.1.1 Compreensão de textos	18
2.2 Processo de seleção de leituras	19
2.3 Velocidade e eficiência da leitura.....	20
2.4 Sublinhando o texto.....	20
2.5 Esquemas.....	21
2.6 Resumos.....	21
3 FICHAMENTO.....	23
4 FORMATAÇÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS	29
4.1 Formatação básica.....	29
4.2 Estrutura	31
4.2.1 Capa	34
4.2.2 Folha de rosto.....	34

4.2.3	Ficha catalográfica	35
4.2.4	Errata	35
4.2.5	Termo de aprovação	35
4.2.6	Dedicatória	36
4.2.7	Agradecimentos	36
4.2.8	Epígrafe	36
4.2.9	Resumo em língua vernácula	36
4.2.10	Resumo em língua estrangeira	37
4.2.11	Listas	37
4.2.12	Sumário	38
4.2.13	Introdução	39
4.2.14	Desenvolvimento	39
4.2.15	Conclusão	39
4.2.16	Referências	39
4.2.17	Glossário	39
4.2.18	Apêndice	39
4.2.19	Anexo(s)	40
4.3	Ilustrações	40
4.4	Tabelas	43
4.5	Notas de rodapé	44
4.6	Citações e notas	44
4.6.1	Citação direta	44
4.6.2	Citação indireta	45
4.6.3	Citação de citação	46
4.6.4	Demais normas para citação	46
4.7	Referências	49
4.7.1	Livros	50
4.7.2	Dicionários e glossários	51
4.7.3	Periódicos (revistas, jornais)	52
4.7.4	Dissertações, teses e monografias	52
4.7.5	Documentos jurídicos	53
4.7.6	Verbetes de enciclopédia	54
4.7.7	Verbetes de dicionários	54
4.7.8	<i>Homepage</i>	55
4.7.9	CD-ROM	55
4.7.10	Filmes, videocassetes, DVD etc.	55
4.7.11	E-mail	55
4.7.12	Documento sonoro (CD etc.)	56
4.7.13	Autor desconhecido	56
4.7.14	Trabalho apresentado em eventos	57

4.7.15 Outros	57
4.7.16 Abreviatura dos meses em diferentes idiomas.....	58
5 O TRABALHO CIENTÍFICO.....	59
5.1 Resenha crítica	59
5.1.1 Estrutura da resenha crítica.....	60
5.2 Artigo	61
5.3 Ensaio ou <i>paper</i>	65
6 PESQUISA ACADÊMICA.....	67
6.1 Roteiro de projeto de pesquisa	68
6.1.1 Introdução.....	68
6.1.2 Objetivos.....	69
6.1.3 Justificativa	70
6.1.4 Metodologia	70
7 TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO	91
7.1 Trabalho de conclusão de curso	91
7.1.1 Estrutura do trabalho de conclusão de curso - TCC.....	92
7.2 Relatório de pesquisa.....	92
REFERÊNCIAS	95
ANEXOS	
Anexo A – Modelo de capa.....	99
Anexo B – Modelo de folha de rosto	100
Anexo C – Modelo de ficha catalográfica	101
Anexo D – Modelo de errata	102
Anexo E – Modelo de termo de aprovação.....	103
Anexo F – Modelo de dedicatória.....	104
Anexo G – Modelo de agradecimentos.....	105
Anexo H – Modelo de epígrafe.....	106
Anexo I – Modelo de resumo em língua vernácula	107
Anexo J – Modelo de resumo em língua estrangeira.....	108

Anexo L – Modelo de lista de ilustrações.....	109
Anexo M – Modelo de lista de tabelas	110
Anexo N – Modelo de lista de abreviaturas e siglas.....	111
Anexo O – Modelo de lista de símbolos.....	112
Anexo P – Modelo de sumário	113
Anexo Q – Modelo de introdução.....	114
Anexo R – Modelo de desenvolvimento (início de um capítulo)	115
Anexo S – Modelo de desenvolvimento (página subsequente ao início de um capítulo).....	116
Anexo T – Modelo de conclusão	117
Anexo U – Modelo de referências	118
Anexo V – Modelo de capa de anexo	119
Anexo X – Modelo de anexo	120
Anexo Z - Modelo de resenha	121
Anexo A2 - Modelo de artigo científico	123
Anexo B2 - Modelo de ensaio	133
Anexo C2 - Modelo de projeto de pesquisa.....	138
Anexo D2 - Modelo de resumo.....	148



Quando o aluno ingressa no ensino superior tem a sua frente um novo mundo com uma nova realidade caracterizada por inúmeras possibilidades e desafios, contudo nas exigências do estudo é que ele vai perceber a maior diferença em relação ao ensino médio. A cada dia vai perceber que precisa de mais autonomia e independência e, principalmente, que sua competência acadêmica e seu próprio futuro profissional dependem substancialmente de como ele será capaz de aproveitar melhor as orientações dos professores, as indicações bibliográficas, o espaço físico que a faculdade oferece e a boa convivência com os colegas, professores, direção e funcionários.

O espaço privilegiado do acadêmico é a sala de aula, onde, além de interagir com diferentes pessoas (colegas, professores com formação, experiências de vida, opiniões e interesses diferentes), deverá desenvolver a capacidade de aprofundar e questionar suas convicções, assim como debatê-las com esse novo universo. O ambiente acadêmico é um espaço caracterizado pelo exercício da liberdade, do debate responsável e da tolerância, conseqüentemente não se pode ser fanático nem querer impor idéias e convicções absolutas, ou negar qualquer opinião contrária sem apresentar argumentos fundamentados passíveis de correção, ou seja, o espaço acadêmico é, eminentemente, diálogo (confronto de razões).

Sendo a sala de aula um dos espaços privilegiados do acadêmico, é ali que terá as orientações necessárias para que sua formação profissional solidifique-se, proporcionando condições para que exerça com ética e profissionalismo a carreira a que se propôs. Para isso, sua caminhada acadêmica exige o hábito de, progressivamente, produzir conhecimento e desenvolver o hábito da pesquisa. Isso será feito ao longo do curso, por meio de apresentação de trabalhos, resenhas, artigos acadêmicos, ensaios e outros mecanismos característicos do ensino superior. Para concluir o curso, o acadêmico deverá, ainda, apresentar e defender publicamente o trabalho de conclusão de curso, que além de uma oportunidade de aprofundar num tema específico, dá ao acadêmico a oportunidade de construir e comprovar um conhecimento que, direta ou indiretamente, vai colaborar para o desenvolvimento da humanidade.

O *Manual de métodos e técnicas de pesquisa*, tendo como referência básica as regras prescritas pela Associação Brasileira de Normas e Técnicas (ABNT), com pequenas adaptações aprovadas pela FAPLAN, apresenta uma orientação padronizada para a apresentação dos trabalhos acadêmicos.

Tal uniformização de trabalhos acadêmicos representa a seriedade e o progresso adquiridos no decorrer dos anos de estudo, a capacidade de expor seu pensamento para o debate público de forma organizada e logicamente estruturada. Quando trabalhos escritos são solicitados para fins de avaliação pelas diferentes disciplinas, o padrão de apresentação revelará, não apenas o preenchimento de um requisito burocrático, mas, acima de tudo, o desenvolvimento da capacidade de pesquisa e a estética de suas motivações interiores. Na mesma perspectiva, o mercado de trabalho e a inserção nas instituições públicas e privadas supõe uma postura madura e competente para exercício profissional exigidos pelos padrões socioculturais estabelecidos.



○ ensino superior é uma nova etapa na vida de um estudante, exigirá disciplina e força de vontade. O aluno terá uma relativa autonomia em relação a sua forma de transitar física e intelectualmente no universo acadêmico, podendo escolher os caminhos que pretende trilhar. No entanto, caso não estude seriamente, poderá dar início a uma cascata de desorganização, perda e frustração que o levará a caminhos diversos, perdendo-se nas infinitas possibilidades paralelas ao estudo e, certamente, perdendo tempo e recursos investidos.

A universidade diferencia-se dos demais níveis por ser um ensino profissionalizante, por isso deve primar pela disciplina e expandir quanto mais possível o pensamento e o caminho que o acadêmico escolheu percorrer.

Nesse sentido, se o universitário entender que há um comprometimento de ambas as partes (acadêmico e instituição) e cumprir com sua parte, verá que só tem a ganhar na qualidade de seus estudos, de sua vida e da sociedade em geral.

O ensino superior exige a apresentação de textos científicos dentro de um padrão mínimo. Assim é feito nas universidades do mundo inteiro para que um trabalho possa ser entendido por todos os estudiosos, pesquisadores, cientistas e instituições que porventura dele venham precisar.

Este nosso *Manual de métodos e técnicas de pesquisa* é apresentado com diversas fundamentações e dicas para que o acadêmico entenda o porquê do rigor científico.

A seguir, apresentaremos os passos sugeridos por Ruiz (2002) para que o acadêmico realize seus estudos universitários com mais eficiência:

1º) Encontrar tempo para estudar

Quem quer estudar tem de reorganizar a vida, planejando o uso do tempo e abrindo espaços para o estudo, sabendo identificar e dedicando menos tempo às tarefas secundárias.

2º) Descobrir tempo

Para isso, é preciso ser prático e registrar em uma folha de papel o tempo diário que será destinado ao estudo, levando em consideração o tempo gasto com outros afazeres e considerando, também, como hora de estudo as horas passadas em sala de aula (o grande tempo de todo o estudante são as aulas).

3º) Programar a utilização do tempo

Quanto mais especificarmos o que faremos primeiro, melhor situados estaremos nos estudos:

- a) *preparação para a aula* – o acadêmico deve organizar-se, tendo à mão o programa e o material de estudo, e fazer uma leitura prévia da matéria a ser desenvolvida em aula; deve registrar os pontos importantes do texto, fazendo os chamados “apontamentos” em folhas avulsas e anexá-las ao livro ou ao caderno¹. Tal procedimento fará com que os acadêmicos aumentem seu rendimento em sala de aula.

¹ Caso o acadêmico seja o dono do livro que está estudando, poderá, ainda, fazer anotações na margem da página, registrando dúvidas ou sínteses no local exato onde elas surgiram. Porém, se o acadêmico tiver alugado ou tomado por empréstimo algum livro numa biblioteca ou de um amigo, não poderá fazer quaisquer rabiscos no mesmo, em primeiro lugar porque o livro não lhe pertence, e depois porque as idéias que quiser rabiscar no livro podem não ser as mesmas das outras pessoas que certamente lerão o livro depois. Contudo, é recomendado, para os próprios livros, que se faça as anotações a lápis, para que nas próximas leituras possa facilmente apagar e reescrever ali, caso as interpretações do texto mudem.

- b) *revisões das aulas* – não basta preparar-se para a aula, entendendo o que o professor desenvolveu, é necessário fazer revisões e nestas questionar o assunto da aula, respondendo claramente às questões, ao menos mentalmente. Há duas espécies de revisões:
- i) *imediate* – corresponde à aula anterior, antes da aula subsequente;
 - ii) *revisões globalizadoras ou integradoras* – é aquela em que o aluno trabalha uma síntese, reunificando e integrando as partes do todo, visto que cada aula assistida corresponde a uma parte da matéria que só vai completar-se após várias aulas.
- c) *revisões para provas e exames* – Provas são recursos pedagógicos utilizados não apenas para avaliação, mas também para incentivar o hábito de os alunos fazerem revisões globalizadoras periódicas.

4º) Aproveitar o tempo das aulas

Para aproveitar o tempo das aulas é preciso frequentá-las desde o início; levar o material adequado ao trabalho do dia; guardar silêncio exterior para não distrair os outros e interior para não distrair a si próprio; manter um clima cordial ao relacionar-se com alunos e professores.

5º) Aproveitar o tempo em reuniões de grupo

Deve haver uma organização prévia do grupo, que deve reunir alunos com facilidade de comunicar-se e de encontrar-se fora da instituição de ensino, guiados pelos seguintes preceitos:

- Reunir-se o mais rapidamente possível para programar reuniões e fazer uma distribuição de tarefas preparatórias à primeira reunião.
- Todos deverão providenciar os textos pelos quais cada um responsabilizou-se e, ainda, estudá-los para a reunião.

- Os participantes apresentam seus textos, comunicando brevemente o conteúdo do mesmo.
- Não devem alongar-se em debates antes que se chegue ao final da primeira apresentação.
- Espera-se que os debates, ao final, ultrapassem o texto, ou seja, caminhem a uma reabordagem crítica de sua tese e de seus argumentos.

Sugestão de cronograma de afazeres

Segunda-feira				
Afazer	Início	Término	Tempo	Observações
Terça-feira				
Afazer	Início	Término	Tempo	Observações
Quarta-feira				
Afazer	Início	Término	Tempo	Observações
Quinta-feira				
Afazer	Início	Término	Tempo	Observações
Sexta-feira				
Afazer	Início	Término	Tempo	Observações
Sábado ²				
Afazer	Início	Término	Tempo	Observações
Domingo ³				
Afazer	Início	Término	Tempo	Observações

^{2e3} Os estudos realizados aos sábados e domingos vão depender do tipo de vida de cada pessoa, visto que hoje em dia os horários de trabalho são bastante diferenciados, permitindo (ou exigindo) alguns acadêmicos alternar o dia tradicional do descanso (domingo) por outro dia da semana. Contudo, deve-se, na medida do possível, reservar um dia da semana para descanso. A leitura de obras literárias por não exigir tanto rigor técnico e científico, aconselha-se que seja feita nas horas de descanso e lazer.

Sugestão de cronograma de estudos

Segunda-feira				
Disciplina	Início	Término	Tempo	Tipo de estudo
Terça-feira				
Disciplina	Início	Término	Tempo	Tipo de estudo
Quarta-feira				
Disciplina	Início	Término	Tempo	Tipo de estudo
Quinta-feira				
Disciplina	Início	Término	Tempo	Tipo de estudo
Sexta-feira				
Disciplina	Início	Término	Tempo	Tipo de estudo
Sábado ⁴				
Disciplina	Início	Término	Tempo	Tipo de estudo
Domingo ⁵				
Disciplina	Início	Término	Tempo	Tipo de estudo

^{4 e 5} Idem ao rodapé anterior.



2. Leitura

Conforme dito no capítulo anterior, o estudante no ensino superior, está inserido num contexto onde vai precisar articular-se com o conhecimento que possui (senso comum) mais aqueles considerados “elaborados” (conhecimento científico). Cabe à universidade o papel principal no processo de transmissão de conhecimentos acumulados ao longo da história do ser humano, bem como no de produção de novos conhecimentos científicos e culturais. Nesse sentido, a construção do conhecimento ocorre na medida em que se consegue entender aquilo que já existe, fazendo uma ponte com o conhecimento produzido (*o novo*).

A leitura tem papel fundamental nesta tarefa, pois é ela que vai ampliar o conhecimento e a reflexão acerca do mundo. Logo, a quantidade e a qualidade da leitura com que o acadêmico vai aprender serão determinantes na sua formação. Pelo fato de o acadêmico buscar no ensino superior um curso específico, que o profissionalize, não deve esquecer-se, contudo, de que por mais direcionadas que sejam suas leituras, deve buscar relacioná-las com o contexto sociohistórico mais amplo possível. Ou seja, um administrador, por exemplo, deve entender em que tipo de sociedade, contexto econômico, político e histórico sua empresa está inserida e se suas práticas administrativas têm efeitos positivos nessa realidade.

Ruiz (2002) diz que com a leitura pode-se ampliar e integrar os conhecimentos, desonerando a memória, abrindo cada vez mais os

horizontes do saber, enriquecendo o vocabulário e a facilidade de comunicação, disciplinando a mente e alargando a consciência. O autor ainda completa com a idéia de que os alunos que lêem constroem sua própria ciência, pois aquele que não lê memoriza elementos de um todo que não atingiu.

2.1 Paráfrase

Se a leitura é importante à formação de um acadêmico, mais importante, ainda, será o seu aproveitamento. Nas produções textuais elaboradas por acadêmicos, há como aproveitar suas leituras, registrando informações contidas no texto lido. Assim, o estudante pode lançar mão da *paráfrase*.

Ana Maria de Moraes Sarmiento Vella, da UnB (2003, p. 8) diz que há paráfrase quando outro texto contém as mesmas informações do texto original, porém com palavras e organização do leitor.

Após o estudo minucioso de um texto internaliza-se ou assimila-se o seu conteúdo, incorporando-se o novo conhecimento ao nosso cabedal de informação. A compreensão do texto ocorre quando se pensa, reproduz e recontam-se as informações apresentadas no texto estudado com as próprias palavras. Ou seja, sabe-se um assunto quando se é capaz de *parafrasear* as informações contidas nos textos lidos, estudados.

[...] A paráfrase pode ser *explícita* – quando se recorrem às marcas de citação do texto. Ou pode ser *implícita* – quando se alude aos autores que tratam das idéias que se apresentam e quando há a incorporação das informações do texto estudado às idéias de quem está parafraseando. (Ibid., grifo do autor).

Para Greimas e Courtés (1989, p. 325 apud MEDEIROS, 2004, p. 181), paráfrase “consiste em produzir, no interior de um mesmo discurso, uma unidade discursiva que seja semanticamente equivalente a uma outra unidade produzida anteriormente”.

2.1.1 Compreensão de textos

De acordo com a professora Ana Maria de Moraes Sarmiento Vella (2003, p. 8), para compreender um texto, deve-se:

- a) Ler o texto ininterruptamente para ter noção do todo, ou seja, saber de forma global o assunto do texto.
- b) Rer o texto ao menos uma vez mais, conforme a complexidade. Durante a releitura, caso houver condições de assinalar o texto, deve-se ir sublinhando as palavras e expressões importantes à compreensão do mesmo.
- c) Utilizar, sempre que necessário, um bom dicionário. De preferência, a fim de não interromper a leitura, deve-se anotar, em papel avulso, a palavra de sentido desconhecido e a respectiva página onde apareceu, para posteriormente buscar seu significado.
- d) Com a leitura do texto, responder às questões:
 - O que diz o autor?
 - Do que trata o texto?
 - Como o autor desenvolveu suas idéias?
 - O que está diretamente ligado à idéia principal?
- e) Anotar o que for relevante à compreensão do que o autor diz em cada parágrafo.
- f) Organizar um esquema do texto.

2.2 Processo de seleção de leituras

Quando se tem dúvida com relação aos livros que serão lidos, há algumas dicas que nos ensinam a, pelo menos, ter-se uma prévia do assunto e da qualidade intelectual de um livro:

- 1) relacionar rapidamente os livros, cujos títulos nos interessam à primeira vista;
- 2) atentar para o *nome do autor e seu currículo*;
- 3) ler as abas (orelhas) do livro, pois nestas geralmente há uma síntese da obra; ler o índice da matéria; a documentação ou as citações ao pé das páginas; a bibliografia; assim como verificar se a editora é reconhecida por qualidade ou tem obras especializadas na área; confirmar a data da publicação, para confirmar se o livro é atualizado; atentar para o número da edição, pois uma obra com várias edições provavelmente foi bem aceita no mercado o que suscita que seja de boa qualidade; ler também rapidamente o prefácio.

Seria interessante que o estudante universitário, na medida do possível, fosse colecionando livros de sua área de interesse, a fim de formar uma pequena biblioteca de obras selecionadas (primeiro livros

indispensáveis; depois, obras amplas da área profissional ou do interesse particular), tornando seu acesso fácil e rápido na própria fonte, para quando fizer novos estudos, citações, comentários etc.

2.3 Velocidade e eficiência da leitura

É importante ler bem e com certa velocidade, porém não existe uma velocidade-padrão de leitura, vai depender do gênero do próprio texto, bem como das do leitor. A boa leitura é aquela que se propõe à captação, à retenção e à integração de conhecimentos contidos nos textos lidos.

Há um fator que merece atenção, pois pode influenciar a leitura, que é o ambiente. Esse deve ser amplo, bem iluminado e silencioso (silêncio exterior), porém o leitor deve estar concentrado (silêncio interior). Há pessoas que conseguem ler com eficiência em ambientes com certo barulho, mesmo assim o silêncio interior é fundamental. Logo, uma leitura bem realizada torna-se um momento de aprendizagem verdadeira, em todos os aspectos, pois as informações ali concebidas vão lapidando constantemente a consciência crítica do acadêmico.⁶

2.4 Sublinhando o texto

Para que entendamos bem um texto, precisamos esmiuçar as idéias implícitas que traz. Essencialmente, devemos identificar a idéia principal, a qual aparece sempre próxima de idéias que a sustentam.

Estratégias para sublinhar

Cada um pode adotar uma simbologia pessoal e arbitrária, porém sugere-se algumas normas elaboradas por profissionais experientes para dinamizar essa prática:

- sublinhar apenas idéias principais e detalhes importantes;
- não sublinhar na primeira leitura (a menos que o assunto seja bem conhecido e o leitor esteja treinado);

⁶ Existem algumas técnicas de leitura que se propõe a aumentar a eficiência e velocidade da leitura, porém este tema é polêmico, em vista de que cada pessoa tem uma dinâmica diferente, o que levou vários autores a posições contrárias. Contudo, disponibilizamos uma fonte para consulta do assunto. Ver em SALOMON, D. V. **Como fazer uma monografia**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

- reconstituir o parágrafo a partir das palavras sublinhadas;
- ler o texto sublinhado com continuidade e plenitude de sentido de um telegrama (mensagem eletrônica);
- sublinhar com dois traços as palavras-chave da idéia principal, e com um único traço as de menor importância;
- assinalar com linha vertical, à margem do texto, as passagens mais significativas (podendo marcar várias linhas);
- assinalar com um sinal de interrogação, à margem, os pontos de discordância.

Diante de palavra de sentido desconhecido

- Sinalizar a palavra ou termo;
- não interromper a leitura ante um termo de sentido desconhecido;
- anotar a palavra desconhecida em um papel avulso ou na margem da folha;
- ao final de um capítulo, apanhar um dicionário para esclarecer todas as palavras anotadas.

2.5 Esquemas

Fazer um esquema é reconstruir o texto a partir das idéias sublinhadas, pois os esquemas são a linha-mestra seguida pelo autor ao desenvolver seu texto. As idéias devem ser hierarquizadas a partir das idéias sublinhadas com dois traços, abrindo tópicos explicativos, acrescidas dos demais trechos sublinhados.

Estratégias para elaborar esquemas

- Ser fiel ao texto;
- apanhar o tema do autor, destacando títulos e subtítulos;
- ser simples, claro e distribuir organizadamente as idéias;
- subordinar idéias e fatos conforme seus sublinhados;
- manter um sistema uniforme.

2.6 Resumos

Um resumo é a redução de um texto em uma estrutura que forme um todo coerente, coeso e com sentido capaz de oportunizar ao leitor uma visão tópica do conteúdo original. Consiste num encadeamento de

palavras dotadas de sentido e significado que represente a estrutura lógica-procedimental do texto. É importante que num resumo não constem avaliações, críticas ou quaisquer tendências pessoais (de quem fez o resumo) sobre o conteúdo ou a estrutura. O leitor espera de um *resumo* um texto fiel às idéias mais importantes do original.

Tópicos indispensáveis à apresentação de um resumo

- a) Para o título usa-se apenas a palavra “resumo”;
- b) quando o resumo for utilizado para uma avaliação acadêmica, usa-se a referência em nota de rodapé;
- c) o tamanho do resumo obedece a uma proporção em torno de 5 a 10% do tamanho do texto original;
- d) o autor deve ter o cuidado para elaborar um texto com suas próprias palavras, utilizando-se de paráfrases, de tal forma que o conjunto do texto estruture uma ordem clara e organizada do conteúdo original;
- e) é indispensável a apresentação das palavras-chave ao final do resumo, estas serão selecionadas entre as que apresentarem melhor sentido em relação ao tema proposto, não ultrapassando 5 (cinco) palavras.

Outras orientações

- a) A redação do resumo deve ser feita após um claro conhecimento do texto original.
- b) A linguagem utilizada deverá ser de fácil compreensão, um resumo não supõe criatividade lingüística ou uso de figuras retóricas ou lingüísticas com fins de impressionar o leitor ou o avaliador.
- c) Em geral, o resumo dispensa citações (curtas ou longas) subtraídas do texto original. Contudo podem ser justificadas quando a importância do tema ou a relevância de um argumento assim o exigirem e auxiliarem a melhor compreensão do que está sendo apresentado.
- d) O texto deve obedecer a uma elaboração de parágrafos com sentido completo, de tal forma que seja claro e consistente na apresentação do conteúdo.⁷

⁷ Esse tipo de resumo não é aquele atrelado a trabalhos de conclusão (monografias, dissertações e teses). Trata-se de uma simples síntese do conteúdo estudado, podendo ser solicitado em trabalhos de disciplina. É bastante utilizado como ferramenta de condensação de conteúdo. Ver modelo no Anexo D2.



3. Fichamento

Após ler um texto, o bom estudante sabe que é fundamental guardar as informações importantes em folhas avulsas, este método é o chamado “fichamento”, o qual armazena tais informações para que, a qualquer momento, se possa ter rapidamente às mãos a essência de determinado livro ou texto de outra natureza, podendo utilizá-la em estudos e pesquisas. As fichas podem ser em papel, geralmente em cartolina, ou podem ser elaboradas em meio eletrônico. Dependendo do tipo de ficha escolhido, pode-se armazená-las num fichário de madeira ou plástico, ou, ainda, no computador. Denomina-se *arquivo* o conjunto de fichas. Programas de processamento de texto ou de banco de dados possibilitam não apenas a confecção de fichas e seu armazenamento, como também a fácil localização de cada ficha ou por assunto a que se referem, por meio de palavras-chave.

As clássicas fichas em papel têm perdido espaço para fichamentos em computador, pois garantem economia de trabalho, espaço e tempo. Uma outra vantagem de fichar em computador é a facilidade que se tem depois quando da sua transposição para o texto (trabalho de disciplina, monografia, tese etc.). Basta digitar os dados em um arquivo “.doc”, selecioná-los, copiá-los e colá-los onde for conveniente. Além disso, qualquer arquivo “.doc” pode ser impresso e catalogado como se fosse uma ficha em papel. (VELLA, 2003).

É importante que o estudante universitário se conscientize de que o fichamento é um procedimento que organiza e facilita sua vida

acadêmica, pois ali estão armazenados o conteúdo e as referências das leituras realizadas, possibilitando a reconstituição das mesmas, a qualquer tempo.

Conforme Marconi e Lakatos (2003), tal procedimento pode servir a vários objetivos: • identificação das obras consultadas; • registro do conteúdo das obras; • registro dos comentários acerca das obras; • ordenação dos registros.

Há, ainda, modelos e classificações diferentes às fichas. Por exemplo, para as autoras mencionadas, há dois tipos de fichas: *bibliográfica* e *de apontamentos*, a primeira para anotar as referências bibliográficas e a última para o registro de idéias, hipóteses, dúvidas, críticas etc.

Para confeccionar as fichas eletronicamente é preciso ter um computador com um programa de processamento de textos (Word, por exemplo) ou de um banco de dados. Esse tipo de fichamento agiliza a pesquisa e a produção textual, encurtando caminhos ao estudante ou pesquisador.

Geralmente, as fichas são divididas em três partes principais.

a) Cabeçalho

Para Marconi e Lakatos (2003), o cabeçalho constitui-se pelos elementos de identificação das fichas, que são: título genérico, título específico e número de classificação (usa-se número se houver um plano diferenciado de trabalho), os quais são colocados em três campos situados na parte superior da ficha.

b) Referências

São os elementos indicadores da obra, que geralmente constam na folha de rosto ou na ficha catalográfica dos livros. Basicamente constituem-se nos seguintes dados: nome do autor, título da obra, número da edição, local de edição, nome da editora, o ano da edição e o intervalo de páginas consultado. Dependendo do tipo de material consultado, as referências podem exigir mais dados.⁷

c) Texto

É o tipo da ficha que vai definir o tipo do texto, para que corresponda ao objetivo do arquivador. As fichas podem registrar o assunto, título da obra, indicação bibliográfica, citações, resumos e comentários. Na ficha de citação, a transcrição fiel (citação direta)

⁷ Ver no capítulo 4 deste livro, no subtítulo *Referências*, os detalhes dos tipos de referências.

do texto lido deve ser feita sempre entre aspas, independente do número de linhas que possua (até três ou mais linhas). Deve-se incluir apenas um tema em cada ficha, mas se as notas forem extensas deve-se utilizar outras fichas numeradas consecutivamente. Caso precise de mais de uma ficha, deve-se repetir o cabeçalho.

Fichas de citação

Assunto: Modelos pedagógicos

Título: 1.2 Os modelos pedagógicos de educação

Tipo: Citação

SNYDERS, G. **Alunos felizes**: reflexão sobre a alegria na escola a partir de textos literários. São Paulo: Paz e Terra, 1996, 204 p.

“Apesar de todas as desigualdades que a dilaceram, a escola constitui uma oportunidade de cada aluno atingir a obra-prima numa ou noutra área; e é para introduzi-lo na obra-prima que a escola se faz mais necessária, pois para isso deve haver esforços longos, contínuos e sistemáticos; um direcionamento, o obrigatório; o bom êxito de uma dialética de continuidade-ruptura. A obra-prima justifica a escola, as alegrias da obra-prima é que compensam as dificuldades da escola. A partir do momento em que se renuncia à obra-prima, pode-se renunciar à escola e contentar-se com *locais de formação*.” (p. 166).

Assunto: Discurso lógico

Título: 1 O que é lógica

Tipo: Citação

RAUBER, J. J.; ROSSETTO, M. S.; FÁVERO, M. A. et al. **Que tal um pouco de lógica?! 3.** ed. Passo Fundo: Méritos, 2006, 94 p.

“O discurso falado ou escrito precisa ser entendido e seguir uma ordenação lógica. São muitos os discursos, mas poucos os entendimentos, e isso pode ocorrer porque as pessoas não

aprenderam a escutar com atenção, a analisar a fala cotidiana e a refletir sobre o que é dito. Não se desenvolveram bem as habilidades de observar, ler, escrever, entender, perceber, analisar, investigar. Sem essas habilidades bem desenvolvidas, é muito fácil ser enganado pelo discurso e convencido por palavras que jamais foram compreendidas.

De certa forma, era também isso que Platão e Aristóteles condenavam: o discurso *sofístico*, enganador, falacioso que era aceito como verdadeiro.” (p. 13).

Ficha de comentário

Assunto: Modelos pedagógicos

Título: -

Tipo: Comentário

SNYDERS, G. **Alunos felizes**: reflexão sobre a alegria na escola a partir de textos literários. São Paulo: Paz e Terra, 1996, 204 p.

A obra é produto de pesquisa bibliográfica feita pelo autor em obras literárias: romances, poemas, biografias, autobiografias e diários íntimos de grandes personalidades da cultura e da ciência mundiais.

Obra acessível destina-se a educadores e pessoas interessadas na metodologia do ensino em geral. Fundamentada no marxismo, a obra vai fazer uma releitura do progresso iluminista. Na obra a especificidade da alegria escolar é trabalhada de forma que o leitor entenda sua natureza. Para este tipo de *alegria*, a palavra *esforço* é fundamental – aqui alia a alegria, elemento proposto pela escola nova, com o elemento esforço, fundamento da educação tradicional.

Fichamento por meio eletrônico

O acadêmico pode fazer o fichamento em um computador da maneira que achar melhor, utilizando o Word, Excel ou outros programas, mas deverá adotar um método de arquivamento para não se perder quando tiver um grande número de fichamentos arquivados.

Há um programa que tem métodos bastante organizados para fichamentos, é o *Bibliografia Pessoal 4.0*, bastante útil para organizar referências bibliográficas. Foi elaborado para pesquisadores e estudantes de pós-graduação que lêem, arquivam e citam muitos artigos em suas publicações.

O programa funciona em ambiente Windows 95, 98, Me, 2000, NT e XP, trabalhando como um banco de dados com as funções principais:

- a) arquivar referências bibliográficas;
- b) consultar as referências inseridas;
- c) vincular textos arquivados com projetos;
- d) formatar a exportação das referências;
- e) exportar qualquer texto para o Word, o Excel ou outros editores de texto.
- f) arquivamento de resumos tal qual as palavras-chave.
- g) Cadastrar empréstimos e usuários.



Janela do programa Bibliografia Pessoal 4.0 mostrando as várias possibilidades de registro de informações.

The image shows a software window titled "Bibliografia Pessoal". At the top, there is a "Tipo:" dropdown menu set to "Livro". Below this is a large text input field for "Título". To the right of the title field is a "Num." field containing the number "26". Below the title field is a toolbar with icons for bold (N), italic (I), underline (S), strikethrough (A), and subscript (3), along with buttons for "Fonte Symbol" and "Selecionar Símbolo". Below the toolbar is an "Autoria" text input field. A tabbed interface is visible with tabs for "Ficha Geral", "Informações", "Palavras-Chave", "Resumo", and "Projetos que incluem a publicação". The "Informações" tab is active, showing a form with the following fields: "Edição", "Local da Publicação" (dropdown), "Editora" (dropdown), "Páginas", "Série/Coleção", "Volume", and "Ano". A "? Dica ?" button is located at the bottom left of the form area. At the bottom of the window, there is a "Normalização Personalizada" section with a "Padrão" button. Three main action buttons are at the bottom: "OK", "OK e Próximo", and "Excluir Referência".

Janela da parte de inserção da referência no programa.



Trabalhos acadêmicos são produções textuais que resultam “de um estudo, devendo expressar conhecimento do assunto escolhido, que deve ser obrigatoriamente emanado da disciplina, módulo, estudo independente, curso, programa e outros ministrados” (NBR 14724, p. 3); podem ser desenvolvidos ao longo do curso (trabalho de disciplina), ou na conclusão da graduação (monografia); devem ser feitos sempre sob coordenação de um professor/orientador.

4.1 Formatação básica

É muito importante entender este tópico, pois este apresenta os pré-padrões básicos a quase todas as partes do trabalho.

Tipo de papel

Todos os trabalhos devem ser apresentados em papel branco, sem utilizar o verso da folha, a não ser para a impressão da ficha catalográfica no verso da folha de rosto.⁸ O tipo do papel recomendado é o conhecido “A4”, que mede 21 x 29,7 centímetros.

⁸ Disposição esta que é um tanto paradoxal para o país-pulmão do mundo, uma vez que exige mais folhas para exibir todo o trabalho do que se fossem utilizados os dois lados da folha.

Margens

Todo o trabalho deve estar afastado do fim (bordas) da folha por margens, seguindo as medidas abaixo:

- margem superior: 3 cm⁹;
- margem esquerda: 3 cm;
- margem inferior: 2 cm.
- margem direita: 2 cm;

Tipo de letra e cores

O tipo de letra (fonte) a ser utilizado em todo o trabalho é a Times New Roman, em tamanho 12, salvo em determinadas subpartes do trabalho que exigem tamanhos diferentes, como nas citações, rodapés, legendas, ilustrações e tabelas, os quais serão explicados adiante.

Por princípio, todo trabalho deve ser impresso na cor preta, a não ser em caso de muita necessidade, quando então usa-se outras cores para diferenciar pontos-chave do assunto tratado ou, na maioria das vezes, de gráficos, figuras, fotos etc.

Parágrafo

Todos os parágrafos de texto devem ser apresentadas com entrelinha de espaço 1,5, justificados, ou seja, com os finais e inícios das linhas igualmente alinhados verticalmente com as margens esquerda e direita da folha. A primeira linha, entretanto, deve iniciar a 1,5 cm da margem esquerda, entretanto, a última linha não precisa necessariamente terminar junto à margem direita. Não seguem exatamente essas exigências os textos de citações, ilustrações, notas de rodapé e os elementos pré e pós-textuais.

Início das partes internas

No início de capítulos e no início das outras partes internas do trabalho deve haver um espaço de 5 cm da margem superior (ou 8 cm da borda superior da folha), para que depois apareçam títulos, os quais

Assim procedendo poder-se-ia diminuir o número de árvores derrubadas para serem transformadas em papel. As indústrias de papel imprimem nas embalagens de folhas uma salvaguarda, dizendo que as folhas foram produzidas de eucaliptos de florestas renováveis, o que nos conforta um pouco, porém é imaginável o impacto que uma grande derrubada de área verde causa à natureza.

⁹ O único elemento que deve constar a 2 cm da borda superior das páginas é o próprio número que identifica cada página.

devem estar centralizados na folha, em negrito e com todas as letras em maiúsculas.

Os subtítulos deverão estar em negrito, alinhados à esquerda e separados do texto, antes e depois, por dois espaços 1,5. A estes basta as iniciais das frases em maiúsculas, a não ser, é claro, que haja algum nome próprio no meio da frase.

Números de páginas

A partir da folha de rosto, todas as folhas do trabalho devem ser contadas seqüencialmente. O número deve posicionar-se no canto superior direito da folha, a 2 cm da borda superior, alinhado à margem direita do trabalho.

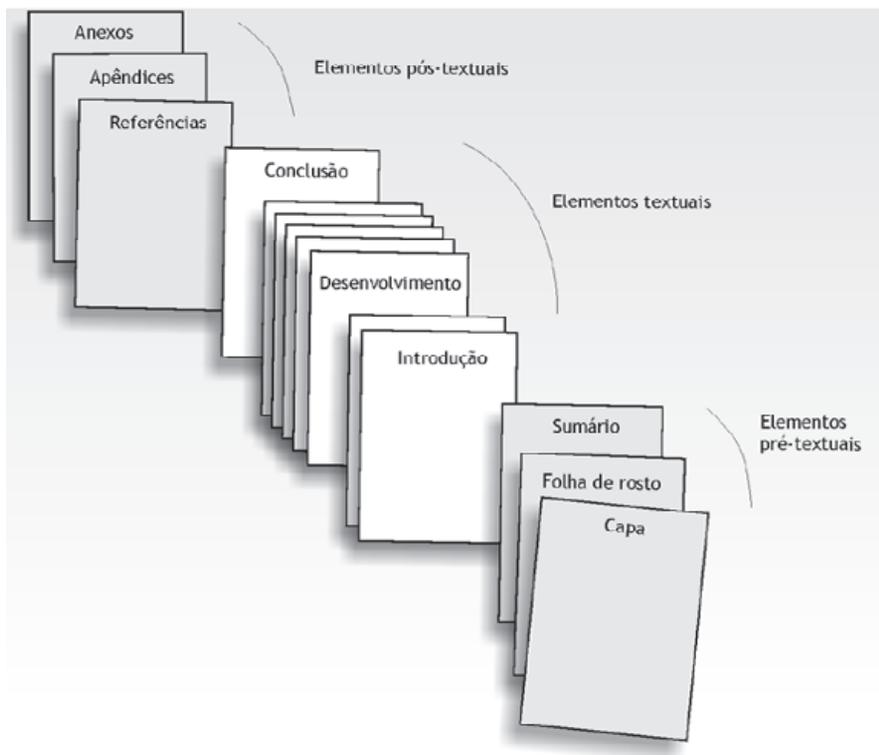
A numeração deve ser exibida, porém, apenas a partir da segunda folha de cada parte. Não podendo aparecer, então, nos inícios das partes, as quais contêm os títulos.¹⁰

4.2 Estrutura

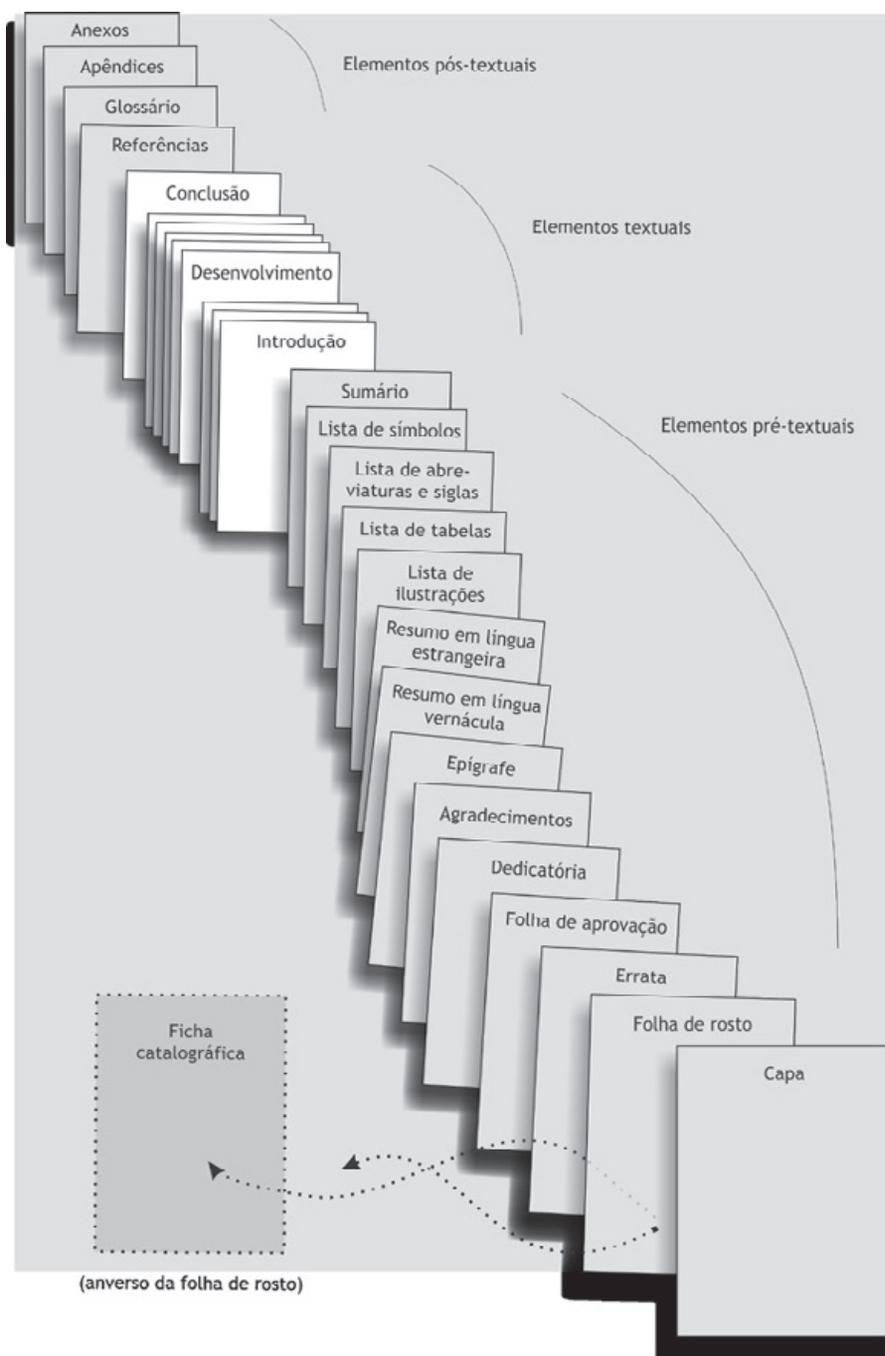
Há uma hierarquia para apresentação de trabalhos acadêmicos, que obedece uma certa lógica de exposição, a qual não permite que se apresente o resultado de uma pesquisa de forma qualquer. Deve-se, inicialmente, identificar o trabalho, por meio da capa, folha de rosto, resumo etc. (elementos pré-textuais); depois vem o cerne do trabalho, onde é exposto o estudo propriamente dito, por meio de introdução, revisões bibliográficas, metodologia, resultados etc. (elementos textuais); por fim, complementando o trabalho (elementos pós-textuais), devem aparecer as conclusões e as informações de fontes e documentos consultados.¹¹

¹⁰ Não devem aparecer números de página, também, na página da capa, da folha de rosto, da folha de identificação, da ficha catalográfica, da dedicatória, dos agradecimentos e da epígrafe. Este é um detalhe que causa certo incômodo às vezes quanto a sua formatação, porém há algumas dicas para quem utiliza o processador de textos Word. É possível inserir quebras de seção para cada nova parte do trabalho, e depois configurar para o número continuar da seção anterior não exibindo o número na primeira página dessa nova seção. Há, também, a possibilidade de, descartando o método de seções, colocar o número de páginas em todo o trabalho e imprimir apenas as páginas que devem aparecer numeradas, e logo em seguida retirar os números de todas as páginas, imprimindo apenas as que faltaram da impressão anterior (sem os números aparecendo) e intercalar com as páginas numeradas, impressas na primeira vez. Ou, ainda, ir de página em página (nas que não devem aparecer numeradas) desenhando um quadro com fundo e linha branca bem em cima dos números, para depois imprimir todas as páginas juntas, com os números encobertos pelos quadros, não precisando intercalar.

¹¹ Quando houver a necessidade de exibir-se os próprios documentos consultados, estes podem aparecer em forma de apêndices ou anexos no final do trabalho (depois das referências).



Estrutura de trabalhos acadêmicos solicitados em disciplinas.



Estrutura de trabalhos de conclusão de curso (monografias, dissertações e teses).

4.2.1 Capa

Proteção externa onde são impressas as informações básicas para identificação do trabalho. Deve ser apresentado com todas as palavras em maiúsculas (com exceção do nome do autor e do local) e em fonte Times New Roman, tamanho 12, com todos os parágrafos centralizados¹². As definições individuais são as seguintes:

- 1) nome da instituição – junto à margem superior (ou a 3 cm da borda superior);
- 2) nome do autor – a 5 cm abaixo do nome da instituição (se houver mais que um autor os nomes deverão ser dispostos em ordem alfabética), apenas com iniciais em maiúsculas;
- 3) título – a 7 cm abaixo do nome do(s) autor(es);
- 4) subtítulo (se houver) – aparece sem negrito, precedido de dois pontos (:) e em maiúsculas;
- 5) local (cidade) de apresentação – a um espaço 1,5 acima do ano, com apenas as iniciais em maiúsculas;
- 6) ano da entrega do trabalho – junto à margem inferior (ou a 2 cm da borda inferior).

4.2.2 Folha de rosto

Folha que contém as informações essenciais à identificação do trabalho¹³:

- 1) nome do autor – junto à margem superior (ou a 3 cm da borda superior), apenas com iniciais em maiúsculas e em negrito;
- 2) título – a 9 cm do nome do autor;
- 3) subtítulo (se houver) – aparece sem negrito, precedido de dois pontos (:) e em maiúsculas;

¹² Anexo A.

A FAPLAN adotou como obrigatória a apresentação de capa e folha de rosto apenas para os artigos, TCCs e relatórios de estágios. Logo, as resenhas, resumos, ensaios (*paper*) e demais trabalhos acadêmicos podem ser apresentadas sem capa, porém com as informações sobre a natureza do trabalho em nota de rodapé. Vide exemplo de resenha (Anexo V).

Lembre-se, ainda, de que a capa não é numerada nem é contada e que a folha de rosto é a primeira folha do trabalho – é contada, mas não é numerada. A numeração deve aparecer na primeira página de texto.

¹³ Anexo B.

- 4) natureza (tese, dissertação, trabalho de conclusão de curso e outros), objetivo (aprovação em disciplina, grau pretendido e outros), nome da instituição a que é submetido e área de concentração; nome do orientador (ou professor da disciplina) – devem aparecer em um único parágrafo de texto do meio da mancha¹⁴ da página até a margem direita;
- 5) local (cidade) de apresentação – a 1 espaço 1,5 acima do ano, com apenas as iniciais em maiúsculas;
- 6) ano da entrega do trabalho – junto à margem inferior (ou a 2 cm da borda inferior).

4.2.3 Ficha catalográfica

No anverso da folha de rosto deve constar a ficha catalográfica, centralizada horizontalmente e verticalmente, conforme o Código de Catalogação Universal – CDU. Tal ficha, devido à complexidade que implica seu feitiço, é geralmente elaborada pelo departamento técnico da biblioteca da instituição mediante solicitação aos órgãos competentes, o que não priva o acadêmico, salvo definições da própria instituição, de solicitar que outro bibliotecário faça a ficha catalográfica¹⁵.

4.2.4 Errata

É um espaço para retificar erros que por ventura ainda existam antes da entrega do trabalho. Contudo, hoje em dia com a facilidade que o computador oferece para reimprimir folhas, praticamente não se utiliza a errata, porém quando houver necessidade, deve constar após a folha de rosto, a 5 cm da margem superior, sob o título “ERRATA”. A dois espaços 1,5 abaixo, ocorrem as retificações e o número da página em que aparecem¹⁶, em entrelinha 1,5.

4.2.5 Termo de aprovação

Folha que contém as informações básicas à identificação dos avaliadores¹⁷. Como a NBR 14724 (2002, p. 4) não informou a disposição dos itens nesta folha, sugerimos uma apresentação:

¹⁴ A mancha pode ser entendida pela área compreendida dentro das margens básicas do trabalho.

¹⁵ Anexo C.

¹⁶ Anexo D.

¹⁷ Anexo E.

- 1) título a 5 cm da margem superior (ou a 8 cm da borda superior), em letras maiúsculas e em negrito;
- 2) texto: “Considerando verídicas as informações deste instrumento, os professores que compõem a banca de defesa consideram este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) aprovado, o qual preenche os requisitos para obtenção do título de Bacharel do Curso de (nome do curso)”. Justificado do início da margem esquerda até a margem direita, com espaço de entrelinha simples;
- 3) nome do(a) professor(a) orientador(a); nome de mais dois (duas) professores(as) avaliadores(as);
- 4) local (cidade) de apresentação – a 1 espaço 1,5 acima do ano, com apenas as iniciais em maiúsculas;
- 5) ano da entrega do trabalho – junto à margem inferior (ou a 2 cm da borda inferior).

4.2.6 Dedicatória

Elemento opcional, num único e curto parágrafo onde, reservadamente, o acadêmico dedica o trabalho a alguém especial. Deve aparecer após a folha de aprovação a 5 cm da margem superior (ou 8 cm da borda superior) e a 7 cm da margem esquerda (ou 10 cm da borda esquerda) até a margem direita, com entrelinha de espaço 1,5, sem itálico¹⁸.

4.2.7 Agradecimentos

Elemento opcional, onde se agradece às pessoas, departamentos ou instituições que colaboraram de alguma forma à realização do trabalho. Segue as mesmas normas da dedicatória¹⁹.

4.2.8 Epígrafe

Frase de efeito relacionada ao trabalho, às virtudes humanas, entre outras coisas. É opcional, mas quando houver, deve ser exibida dentro dos mesmos preceitos da dedicatória²⁰.

4.2.9 Resumo em língua vernácula

Texto constituído de uma seqüência de frases concisas e objetivas que não ultrapassa 500 palavras, em entrelinha de espaço simples,

¹⁸ Anexo F.

¹⁹ Anexo G.

²⁰ Anexo H.

seguido, logo abaixo de três a seis palavras representativas do conteúdo trabalhado (palavras-chave). O título deve iniciar a 5 cm da margem superior (ou a 8 cm da borda superior), em maiúsculas, justificado à esquerda sem primeira linha deslocada.

O texto do resumo deve ter entrelinha de espaço 1,5, distando a dois espaços 1,5 do seu título e as palavras-chave a um espaço 1,5 do parágrafo do resumo²¹.

A expressão “palavras-chave” deve vir em negrito, alinhada à esquerda e cada expressão iniciada com maiúsculas e finalizada com ponto-final. As palavras-chave deverão ser descritas por ordem de relevância, conforme o tema principal do texto.

4.2.10 Resumo em língua estrangeira

Texto geralmente exigido para trabalhos de conclusão de curso ou artigos a serem publicados em periódicos correntes²². Segue as mesmas regras de apresentação do resumo, porém em língua vernácula, em maiúsculas. Em inglês, o título significa “ABSTRACT”, em espanhol, “RESUMEN”, em francês “RESUMÉ”.

4.2.11 Listas

Folhas reservadas à listagem das ilustrações, tabelas, abreviaturas, siglas e ou símbolos utilizados no trabalho. É obrigatória quando um dos elementos aparecer mais do que uma vez dentro do trabalho.

4.2.11.1 Lista de ilustrações

São listadas todas as ilustrações exatamente ordenadas conforme aparecem no corpo do trabalho ou nos anexos, com cada item identificado por sua legenda específica, acompanhado do respectivo número de página. Quando houver muitas ilustrações diferentes, recomenda-se que faça listas próprias para cada tipo de item (figuras, quadros, gráficos, desenhos, fotografias, gravuras, mapas, plantas, organogramas, fluxogramas, fórmulas e outros)²³.

²¹ Anexo I.

²² Anexo J.

²³ Anexo L.

4.2.11.2 Lista de tabelas

Esta lista trata de outro tipo de informação (estatística), servindo mais para comparações percentuais, por isso é feita em separado da lista de ilustrações (caracteristicamente visual-textual)²⁴. As medidas de disposição das listas seguem o modelo do sumário.

4.2.11.3 Lista de abreviaturas e siglas

O uso da lista de abreviaturas e siglas é opcional e consiste na relação alfabética das abreviaturas e siglas utilizadas no texto, seguida das palavras ou expressões correspondentes grafadas por extenso. Quando utilizada, segue-se o que manda o item 4.2.11. (anexo n)

4.2.11.4 Lista de símbolos

Também o uso da lista de símbolos é opcional, devendo ser elaborada de acordo com a ordem em que esses são apresentados no texto, com o devido significado descrito ao lado. (anexo O)

4.2.12 Sumário

Elemento obrigatório, cujas partes são acompanhadas do respectivo número da página em que aparecem dentro do trabalho²⁵. Deve iniciar com o título “SUMÁRIO” a 5 cm da margem superior (ou 8 cm da borda superior), centralizado, em negrito e em maiúsculas. Os títulos principais deverão estar em letras maiúsculas, justificados e o número das páginas devem constar à direita ligados ao respectivo título ou subtítulos por uma linha pontilhada; a listagem dos subtítulos secundários e terciários também deve ser alinhada à esquerda, apenas com inicial maiúscula. Para que não haja problemas de organização, a listagem deve ser feita abrangendo até os títulos terciários apenas. O espaço da entrelinha deve ser 1,5. (anexo P)

²⁴ Anexo M.

²⁵ Anexo N.

4.2.13 Introdução

Parte inicial do texto, onde devem constar a delimitação do assunto tratado, objetivos da pesquisa e outros elementos necessários para situar o tema no trabalho²⁶.

4.2.14 Desenvolvimento

Parte principal do texto, que contém a exposição ordenada e pormenorizada do assunto. Divide-se em secções (capítulos) e subsecções, que variam em função da abordagem do tema e do método²⁷.

4.2.15 Conclusão

Parte final do trabalho, na qual apresentam-se os resultados correspondentes aos objetivos ou hipóteses²⁸.

4.2.16 Referências

Estas devem aparecer justificadas, com entrelinha de espaço simples, justificadas sem a primeira linha deslocada, com entrelinha de espaço simples, separadas uma da outra por um espaço simples, em ordem alfabética crescente²⁹. Esta parte do trabalho exige regras de composição importantes que serão apresentadas reservadamente adiante.

4.2.17 Glossário

É uma lista, em ordem alfabética, de palavras ou expressões técnicas de uso restrito ou de sentido obscuro, utilizadas no texto, acompanhadas das respectivas definições. É elemento opcional.

4.2.18 Apêndice

Elemento opcional, que consiste num texto ou documento elaborado pelo autor, a fim de complementar sua argumentação, sem prejuízo da

²⁶ Anexo Q.

²⁷ Anexos R e S.

²⁸ Anexo T.

²⁹ Anexo S, conforme NBR 6023.

unidade do trabalho. Os apêndices são identificados por letras maiúsculas consecutivas, travessão e pelos respectivos títulos. Pode-se utilizar letras maiúsculas dobradas, quando esgotadas as 23 letras do alfabeto. Iniciam com o título “Apêndices” (letras maiúsculas, tamanho 12 e negrito), em uma folha única, no centro da página. Nas folhas seguintes, cada apêndice é indicado na parte superior da folha (3 cm) em ordem alfabética e com sua identificação. Por exemplo: “Apêndice A - Modelo de capa de trabalho acadêmico”.

4.2.19 Anexo(s)

É parte opcional, inicia com o título “ANEXOS” em uma folha única³⁰; depois em cada folha diferente deve aparecer a palavra “ANEXO” em letras maiúsculas, com uma letra de ordem (de “A” a “Z”), um travessão e o respectivo título da subparte³¹. Deve constar, ainda, o indicativo das páginas às quais é referido no corpo do texto. (anexo X)

Por exemplo: “Anexo A – Modelo de capa de trabalho acadêmico”.

4.3 Ilustrações

Quando aparecer no corpo do trabalho deve constituir-se num auxílio ao esclarecimento das idéias. No caso de ilustração localizada em anexo, deve ser auto-explicativa, ou seja, deve conter os dados e as informações de modo que não obrigue o leitor a consultar o texto constantemente.

A identificação de uma ilustração aparece centralizada na parte inferior da ilustração, precedida da palavra designativa, seguida de seu número (algarismo arábico) de ordem de ocorrência no texto e do respectivo título, em letra tamanho 10 e em espaço de entrelinha simples. A ilustração aparece próxima ao trecho onde foi mencionada pela primeira vez, devendo ser centrada sem moldura entre as margens esquerda e direita da folha. A fonte aparece imediatamente após o título da ilustração e, caso seja de elaboração do próprio autor, não precisa indicar a fonte.

A utilização de bordas nas ilustrações é opcional.

³⁰ Anexo T.

³¹ Anexo U.

Exemplos de ilustração:

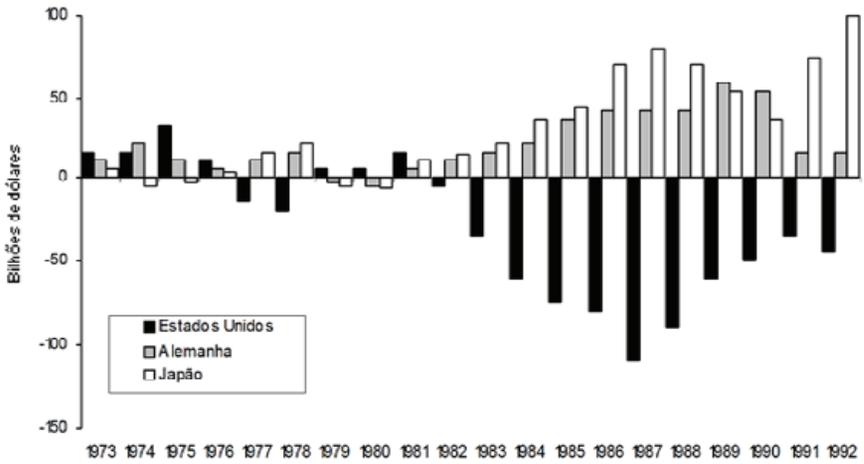


Ilustração 11. Saldos da conta corrente para países industriais - 1973-1992.

Fonte: KENEN apud BEM, 2003, p. 68.



Ilustração 23. Eugene Delacroix. Liberdade guiando o povo, 1830.
Óleo sobre tela, 260 x 325 cm.

Fonte: FERREIRA, 2004.

Constituição	Ano	Texto
1ª Constituição	1824	Artigo 147: "A força militar é essencialmente obediente, jamais poderá reunir-se, sem que lhe seja ordenado pela autoridade legítima".
2ª Constituição (Republicana)	1891	Artigo 14: "As Forças de terra e mar são instituições nacionais permanentes, destinadas à defesa da pátria no exterior e à manutenção das leis no interior. A Força Armada é essencialmente obediente, dentro dos limites da lei, aos seus superiores hierárquicos e obrigada a sustentar as instituições constitucionais.
3ª Constituição	1934	Artigo 162: "As Forças Armadas são instituições nacionais permanentes e, dentro da lei, essencialmente obedientes aos seus superiores hierárquicos. Destinam-se a defender a Pátria e a garantir os poderes constitucionais, a ordem e a lei".
4ª Constituição	1937	Artigo 161: "As Forças Armadas são instituições nacionais permanentes, organizadas sobre a base da disciplina hierárquica e da fiel obediência à autoridade do presidente da República.
5ª Constituição	1946	Artigos 176 e 177: "As Forças Armadas, constituídas essencialmente pelo Exército, Marinha e Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do presidente da República e dentro dos limites da lei. Destinam-se as Forças Armadas a defender a Pátria e a garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem".
6ª Constituição	1967	Artigo 92: "As Forças Armadas, constituídas pela Marinha de Guerra, Exército e Aeronáutica, são instituições nacionais, permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e disciplina, sob a autoridade suprema do presidente da República e dentro dos limites da lei. Destinam-se as Forças Armadas a defender a Pátria e a garantir os poderes constituídos, a lei e a ordem".
7ª Constituição	1969	Artigos 90 e 91: "As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais, permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do presidente da República e dentro dos limites da lei. As Forças Armadas, essenciais à política de segurança nacional, destinam-se à defesa da Pátria e à garantia dos poderes constituídos, da lei e da ordem".
8ª Constituição	1988	Artigo 142: "As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantir dos poderes constituídos e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem".

Quadro 1. Textos constitucionais referentes às Forças Armadas no Brasil de 1824 a 1988.

Fonte: OLIVEIRA apud ALMEIDA, J. E. Denuncismo & censura nos meios de comunicação de Passo Fundo - 1964/1978. Passo Fundo: Méritos, 2006, p. 77-78.

4.4 Tabelas

A tabela apresenta basicamente informações numéricas coletadas ou tratadas estatisticamente (IBGE, 1993). As linhas e colunas da tabela são separadas por linhas, no entanto as laterais não devem ser fechadas por linhas.

A identificação aparece centralizada na parte superior da tabela, precedida da palavra designativa, seguida de seu número (algarismo arábico) de ordem de ocorrência no texto e do respectivo título, em letra tamanho 10 e em espaço de entrelinha simples. A tabela aparece próxima ao trecho onde foi mencionada pela primeira vez, devendo ser centrada entre as margens esquerda e direita da folha. A fonte e eventual nota explicativa aparecem imediatamente abaixo da tabela, fora de suas linhas. Quando produzida pelo próprio autor, não precisa indicar fonte.

Caso a extensão da tabela seja superior à mancha da página, a tabela pode continuar na página seguinte, porém repetindo o título (acrescido da palavra “continuação” ou “cont.”) e o cabeçalho.

Exemplo de tabela:

Tabela 1. Comparação dos resultados entre empresas de rede e fora de rede.

Variáveis	Tipo de empresa	Número de empresas	Média	Desvio-padrão	t de Student
Fatura	Fora de rede	65	1,415	0,610	* 5,882
	Dentro de rede	40	2,050	0,389	
Pessoal	Fora de rede	65	1,831	1,635	* 5,240
	Dentro de rede	40	3,400	1,215	
Check-out	Fora de rede	65	2,338	2,252	* 4,926
	Dentro de rede	40	4,525	2,136	

* Teste t de *Student* significativo ao nível: $p < 0,001$.

Fonte: Fundação IBGE, 1993.

4.5 Notas de rodapé

As notas de rodapé devem aparecer sempre numeradas, abaixo do texto normal, com entrelinha de espaço simples, fonte Times New Roman, tamanho 10, com um fio isolando-as do texto normal. Como os trabalhos são formatados geralmente no processador de textos Word, não deve haver preocupação com este detalhe, visto que o programa faz a enumeração e posiciona o rodapé automaticamente.

4.6 Citações e notas

Citar é reproduzir, transcrever, duplicar algo dito por alguém, e isto foi largamente utilizado na história da evolução humana. Tomando um exemplo comum, não teríamos o automóvel como ele é hoje, por exemplo, caso não fossem reunidos os esforços de vários inventores, como rodas, pneus, assentos, transmissão, parte elétrica, hidráulica etc. Quando estamos fazendo um trabalho científico procedemos da mesma forma que os fabricantes de automóveis, nos apropriando de idéias de outras pessoas para construir algo totalmente novo.

Porém, para que não passemos por *plagiadores* precisamos declarar o autor de determinada idéia que está servindo de argumento para nossas suposições inovadoras.

Essa identificação do autor da idéia é feita ao fim ou no início do próprio parágrafo em que aparece a citação com uma referência reduzida (autor-data³²), e, ainda, ao final do trabalho, nas referências bibliográficas, deve aparecer os dados completos do autor consultado.³³

4.6.1 Citação direta

É caracterizada pela reprodução fiel de parte de um texto consultado.

³² A referência reduzida (autor-data) é simples, pois convencionou-se que para referências dentro do texto, devido ao espaço, deve-se indicar apenas o sobrenome do autor, o ano e o intervalo de páginas em que aparece a citação.

³³ Existe uma uniformização para essas menções de fontes, que é regulada pela NBR 10520 (2002), descrita em dois momentos mais a frente.

4.6.1.1 Citação direta breve

Ocorre quando se transcreve um trecho breve (até três linhas) de um texto consultado. Por ser um trecho pequeno de autoria de outra pessoa, deve utilizar um artifício para diferenciá-lo do texto do acadêmico. Deve-se, então, aparecer destacada entre aspas (no início e no fim), refutando-se outras formas de destaque, a não ser que numa ou noutra palavra conste destaque original.

TEXTO TEXTO TEXTO TEXTO TEXTO TEXTO TEXTO
TEXTO “O que é válido para o entendimento no âmbito da comunidade comunicativa dos pesquisadores, vale também, *mutatis mutandis*, para as comunicações do dia-a-dia”. (HABERMAS, 1997, v. I, p. 34).

4.6.1.2 Citação direta longa

Ocorre quando se transcreve um trecho longo (mais de três linhas) de um texto consultado.

As citações diretas longas devem obedecer a uma forma única de destaque (refutando-se as aspas e quaisquer outros destaques). Aparecem sempre recuadas distantes 4 cm da margem esquerda, em entrelinha de espaço simples, justificadas, em fonte Times New Roman, tamanho 10, como mostra o exemplo:

O moderno direito normatizado, que se apresenta com a pretensão à fundamentação sistemática, à interpretação obrigatória e à imposição. O direito não representa apenas uma forma do saber cultural, como a moral, pois forma, simultaneamente, um componente importante do sistema de instituições sociais. O direito é um sistema de saber e, ao mesmo tempo, um sistema de ação. (HABERMAS, 1997, p. 110).

4.6.2 Citação indireta

A citação indireta ocorre quando se parafraseia³⁴ as palavras do autor consultado. Para este tipo de citação não é necessário usar aspas

³⁴ Descreve o que se entendeu do texto com as próprias palavras, geralmente, dando novo enfoque às idéias, contudo, deve-se ter muita cautela quando se parafraseia um texto alheio.

nem recuar o parágrafo, recursos estes exclusivos da transcrição, entretanto a referência reduzida é obrigatória a todas as citações.

TEXTO TEXTO TEXTO TEXTO TEXTO TEXTO TEXTO
TEXTO TEXTO TEXTO. Conforme Bertilo Brod (2002, p. 40 et seq.³⁵), o relacionamento educativo se caracteriza pela mediatização social.

4.6.3 Citação de citação

Trata-se, como sugere o subtítulo, de algo citado por alguém (intermediário) que citou de um autor (original). Ocorre geralmente quando não se tem acesso ao texto original, porém, sempre que possível, a citação deve ser feita diretamente do autor original.

Pode aparecer nas três formas já conhecidas de citação (direta breve, direta longa e indireta), acrescentando-se a identificação do autor (original) seguida da palavra latina “apud” (que significa “citado por”) antes da referência reduzida (intermediária) de onde se extraiu a citação.

Como já explicado, “devem ser entendidos sempre, simultaneamente, como resultado de uma vinculação à tradição existente do direito e da moralidade numa forma de vida dada.” (APEL apud CARBONARI, 2002, p. 145).

4.6.4 Demais normas para citação

Supressão ou acréscimo

Ocorre apenas nas transcrições, quando se extrai ou acrescenta algo à citação, porém para que o ato não se caracterize por leviandade, deve ser declarado, ou seja, deve-se avisar o leitor que determinado ponto da transcrição foi alterado e isto deve ser feito entre colchetes, da seguinte maneira:

³⁵ “Et seq.” significa “e seguintes” e é utilizado para quando o pesquisador indicar que serviram de referência todas as páginas daquele ponto em diante, ou quanto não sabe exatamente a página que encerrou a referência. No entanto, deve-se referenciar sempre que possível a página inicial e a final.

“o conceito sem objetividade seria uma mera abstração [...] a objetividade sem conceito seria um materialismo empírico.” (WOHLFART, 2003, p. 64).

“O mesmo [o universal], possui esta característica fundamental.” (WOHLFART, 2003, p. 54).

Esses recursos, geralmente, são utilizados para excluir trechos longos que não servem de subsídio às idéias que se está trabalhando no momento; e também para clarear ou situar a transcrição dentro do contexto trabalhado pelo acadêmico.

Ênfase

Pode-se, também, enfatizar parte da transcrição (destacando-a com negrito ou itálico), porém deve-se declarar este ato, colocando entre parênteses a expressão “grifo nosso” ao final da referência reduzida. Se o texto já estiver destacado no original, deve-se mudar a expressão para “grifo do autor”.

“**Hannah Arendt reconhece** que a Declaração dos Direitos do Homem do final do século XVIII foi um marco decisivo na história.” (SIVIERO, 2004, p. 167, grifo nosso).

“Tais fenômenos são observados no **Judaísmo** (a exigência de que os pagãos se fizessem judeus para se tornarem cristãos).” (BENINCÁ, 2004, p. 229, grifo do autor).

Coincidência de sobrenomes

Ao fazer a referência reduzida (autor-data) para citações de vários autores, pode haver coincidência de sobrenomes. Quando acontecer tal coisa, deve-se procurar na referência completa outras informações que particularizem os autores, como, por exemplo, adicionando os prenomes dos autores na referência reduzida.

(CÂNDIDO, A., 2005, p. 115) (CÂNDIDO, ARTHUR, 2005, p. 115)
(CÂNDIDO, M., 2004, p. 12) (CÂNDIDO, MARCIA, 2004, p. 12)

Obras de mesmo autor num mesmo ano

Se for preciso citar mais de uma obra publicada por um único autor num mesmo ano, deve-se evitar ambigüidades diferenciando-as por uma seqüência de letras, em minúsculas, juntas ao ano:

(CONTI, 2003a, p. 25)
(CONTI, 2003b, p. 65)

Citações em língua estrangeira

Nestes casos é importante que a citação apareça já traduzida, e, se for possível, citada no idioma original em notas de rodapé. Caso a citação for traduzida pelo autor do trabalho, deve aparecer, entre parênteses após a referência reduzida a expressão “tradução nossa”.

Citações subseqüentes da mesma obra

Havendo uma citação subseqüente à obra citada, pode-se elaborar a nota das seguintes formas:

1) **idem** ou **Id.**, que significa “mesmo autor”.

(Id., 1978, p. 20)

2) **ibidem** ou **Ibid.**, querendo dizer “na mesma obra”.

(Ibid., p. 20)

3) **op. cit.**, que significa “obra citada”. O uso deste termo pode ser feito a qualquer momento após a obra ter sido citada na íntegra uma primeira vez.

(HABERMAS, 1997, v. I, p. 10.)

(APEL, 1977, p. 20)

(HABERMAS, op. cit., p. 32)

4) **cf.**, que significa “confira”, “confronte”.

Ex: Cf. HEGEL, 1968.

4.7 Referências

As referências são todas as informações que identificam a fonte pesquisada e de onde se buscou idéias que sustentam a argumentação do trabalho acadêmico. É preciso referenciar para comprovar a veracidade das suposições científicas defendidas, como já explicado no início deste capítulo, e, sobretudo, é preciso organizar a maneira como mostramos essas fontes consultadas. Para tal existem as normas reguladas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), responsável por difundir o padrão a todo o país, para que um acadêmico/pesquisador entenda os caminhos seguidos por outros seus colegas.

Uma informação que sirva de argumento pode ser tirada de qualquer coisa escrita, falada, desenhada ou comprovada de alguma forma. É por isso que a referenciação pode ocorrer de diversas formas, não sendo possível referenciar da mesma maneira todas as coisas consultadas. Um livro tem características diferentes de uma fala, de uma revista, de um discurso apresentado em um evento, que dirá, então, de uma caixa de fósforos de 1950. Todas essas coisas podem ser referenciadas caso sirvam para alguma argumentação científica. Por isso apresentamos adiante as normas de referenciação, explicadas de acordo com a singularidade de cada fonte.

4.7.1 Livros

Um autor

SOBRENOME, Nome. **Título:** subtítulo. (Tradutor³⁶. Número da edição).
Cidade: Editora, ano.

SCLIAR, Moacyr. **A mulher que escreveu a Bíblia.** São Paulo: Companhia das letras, 2000.

GOYARD-FABRE, Simone. **O que é democracia?** A genealogia filosófica de uma grande aventura. Trad. Claudia Berliner. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

Dois ou três autores

SOBRENOME, Nome; SOBRENOME, Nome. **Título:** subtítulo. (Tradutor. Número da edição). Cidade: Editora, ano.

GOMES, Abel Fernandes; PRADO, Geraldo; DOUGLAS, Willian. **Crime organizado:** suas conexões com o poder público. Rio de Janeiro: Impetus, 2000.

Mais que três autores sem indicação de responsável pela obra

SOBRENOME, Nome “et al.” **Título.** Subtítulo. ed. Trad. Nome Sobrenome. Cidade: Editora, ano.

SILVA, Joaquim et al. **Lucrando com a competitividade.** Videira: Servo, 1990.

³⁶ Observe-se que as informações o tradutor, ilustrador, revisor, adaptador, compilador, número de páginas, volume, ilustrações, dimensões, série editorial, ou coleção, notas (obs.: no prelo, título original), ISBN e índice são elementos complementares da referência.

Mais que três autores com responsáveis (organizador, colaborador)

SOBRENOME, Nome; SOBRENOME, Nome; SOBRENOME, Nome (Org.). **Título:** subtítulo. (Número da edição). Cidade: Editora, ano.

NAPOLI, Ricardo B. di; ROSSATO, Noeli; FABRI, Marcelo (Org.). **Ética e justiça.** Santa Maria: Palotti, 2003.

Trecho de uma obra com autores diferentes para os capítulos

SOBRENOME, Nome. Título (da parte): subtítulo. In: SOBRENOME, Nome (do autor ou organizador do livro). **Título** (do livro): subtítulo. (Número da edição). Cidade: Editora, ano. (Intervalo das páginas consultadas).

REIS, Cláudio. Liberalismo político e desacordo moral. In: NAPOLI, B. di Ricardo; ROSSATO, Noeli; FABRI, Marcelo (Org.). **Ética e justiça.** Santa Maria: Palotti, 2003. p. 117-126.

NOGUEIRA, D. P. Fadiga. In: FUNDACENTRO. **Curso de médicos do trabalho.** São Paulo, 1974. v. 3, p. 807-813.

4.7.2 Dicionários e glossários

SOBRENOME, Nome. **Título.** (Tradutor. Número da edição). Cidade: Editora, ano. Volume.

GUERRERO, Rosa Trinidad; SILVEIRA, Rosa M. Borges da. **Glossário ilustrado de fungos:** termos e conceitos aplicados à micologia. Porto Alegre: Universidade/UFRGS, 1996. v. I.

4.7.3 Periódicos (revistas, jornais)

Todo o fascículo

TÍTULO DA COLEÇÃO. **Título do fascículo**. Local de publicação: Editora, volume, número, mês, ano.

REVISTA CONTEMPORÂNEA DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS DA FAPLAN. Passo Fundo: FAPLAN, v. 1, n. 1, 2004.

Artigo de revista

SOBRENOME, Nome (do autor do artigo). Título do artigo. **Nome da revista**, local de publicação, volume, número, intervalo das páginas consultadas, mês e ano.

ZAMBAM, Neuro José; HAMEL, Márcio Renan. John Rawls e a interrogação dos valores da globalização. **Revista Contemporânea de Ciências Sociais Aplicadas da FAPLAN**. Passo Fundo, vol. 2, n. 2, p. 81-90, jan./jun. 2005.

Artigo de jornal

SOBRENOME, Nome (do autor do artigo). Título do artigo. **Nome do jornal**, local de publicação, data completa (dia, mês e ano).

CRUZ SOBRINHO, Sidinei. Literatura: fator de conhecimento e humanização. **O Nacional**, Passo Fundo, 4, out. 2002.

4.7.4 Dissertações, teses e monografias

SOBRENOME, Nome. **Título**: subtítulo. Ano de apresentação. Categoria (monografia, dissertação ou tese). (nível e curso/área de concentração) – Unidade de ensino, Instituição, local de apresentação, ano (da consulta³⁷).

³⁷ Como a ABNT não especifica qual a finalidade deste “ano” que exige que aparece, entendemos que seja referente ao ano em que foi realizada a consulta.

SOUSA, Maria de Lourdes. **O *welfare state* brasileiro: causas e conseqüências a partir de uma leitura keynesiana.** Belo Horizonte, 1989. 180f. Dissertação (Mestrado em economia) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2003.

4.7.5 Documentos jurídicos

Constituição federal

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado, 1988.

Código

BRASIL. **Código civil.** 40. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

Decreto

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 42.822, de 20 de janeiro de 1998. **Lex:** coletânea de legislação e jurisprudência, São Paulo, v. 62, n. 3, p. 217-220, 1998.

Emenda constitucional

BRASIL. Constituição (1988). Emenda constitucional n. 9, de 9 de novembro de 1995. **Lex:** legislação federal e marginália, São Paulo, v. 59, p. 1996, out /dez. 1995.

Medida provisória

BRASIL. Medida provisória nº 1569-9, de 11 de dezembro de 1997. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil,** Poder Executivo, Brasília, DF, 14 dez. 1997. Seção 1, p. 29514.

Resolução do senado

BRASIL. Congresso. Senado. Resolução nº 17, de 1991. **Coleção de leis da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, v. 183, p. 1156-1157, maio/jun. 1991.

Súmula

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Súmula nº 14. In: _____. **Súmulas**. São Paulo: Associação dos Advogados do Brasil, 1994. p. 16.

4.7.6 Verbetes de enciclopédia

SOBRENOME, Nome (do autor do verbete, quando constar). Verbetes usados. In: **Título da enciclopédia**. Cidade: editora, ano. Volume, página(s) em que consta o verbete.

MIRANDA, Jorge. Regulamento. In: POLIS. **Enciclopédia Verbo da Sociedade e do Estado: Antropologia, Direito, Economia, Ciência Política**. São Paulo: Verbo, 1987. v. 5, p. 266 – 278.

4.7.7 Verbetes de dicionários

SOBRENOME, Nome (do autor do verbete, quando constar). Verbetes usados. In: SOBRENOME, Nome (do autor do dicionário). **Título do dicionário**. Cidade: editora, ano. Volume, página(s) em que consta o verbete.

HALLISEY, Charles. Budismo. In: OUTHWAITE, William, BUTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento social do século XX**. Trad. Eduardo Francisco Alvez. Rio de Janeiro: Zahar, 1996. p. 47-49.

4.7.8 Homepage

SOBRENOME, Nome. **Título:** subtítulo. Disponível em: <protocolo://referencial/instituição.tipo.país/diretório/subdiretório/arquivo>. Acesso em: dia, mês e ano.

ARAÚJO, Wagner Frederico. **Jürgen Habermas:** estado, mercado e movimentos sociais. Disponível em: <<http://www.sapereaudare.hpg.ig.com.br/sociologia/texto05.html>>. Acesso em: 22 maio 2003.

4.7.9 CD-ROM

SOBRENOME, Nome. **Título:** subtítulo. Local de publicação: editora, ano. Quantidade CD-ROM.

SILVEIRA, Lucas. **Anatomia humana.** Rio de Janeiro: Medicis, 1999. 3 CD-ROM.

4.7.10 Filmes, videocassetes, DVD etc.

TÍTULO. Diretor. Produtor. Local: produtora, data. Especificação do suporte em unidades físicas.

DIVAS NO DIVÃ. Uma emocionante comédia. Produção de Chris Linhares. São Paulo: Videolar, 2003. 1 DVD.

4.7.11 E-mail

SOBRENOME, Nome (do autor do e-mail). Re. (se for mensagem-resposta). **Título da mensagem** (ou assunto). [mensagem pessoal].

Mensagem recebida por <endereço do receptor da mensagem> em (data, mês e ano do recebimento da mensagem).

CRUZ SOBRINHO, Sidinei. **Hegel e a revolução francesa.** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <marcossantos@tpo.com.br> em 10 de ago. de 2003.

4.7.12 Documento sonoro (CD etc.)

COMPOSITOR(ES) OU INTÉRPRETE(S). **Título.** Local, Gravadora (ou equivalente), data, especificação do suporte.

GUEDES, Beto. **Dias de paz.** Sony, 1998, 1 CD.

4.7.13 Autor desconhecido

TÍTULO (primeira palavra do título em maiúsculo e o restante em minúsculo). **Veículo de publicação,** páginas, dia, mês. ano.

CONSIDERAÇÕES sobre o ensino superior. **A Folha,** São Paulo, p. 10-11, 20, abr. 1998.

DIVERSIFICAÇÃO e pluratividade. Disponível em: www.mapa.gov.br . Acesso em: 10 dez 2007.

4.7.14 Trabalho apresentado em eventos

AUTOR(ES). Título apresentado. In: NOME DO EVENTO. Numeração do evento (se houver), ano e local (cidade) de realização. **Título do documento** (anais, atas, tópico temático etc.), local editora, data de publicação e página inicial e final da parte referenciada. Se houver necessidade, registram-se outros elementos complementares para melhor identificar o documento.

Exemplo:

FRANTZ, Walter. Educação em organizações cooperativas. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL: ANPED SUL, 5., 2004, Curitiba. **Anais...**, Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2004. p. 195.

4.7.15 Outros

a) Entrevistas

SANTOS, Theophilo de Azeredo. **Brasil só entra nos eixos se reduzir os impostos.** Entrevista concedida à Revista Escola, Porto Alegre, v. 23, n. 180, p. 3-7, em 08 jul. 2001.

b) Palestras

CHIAVENATO, Idalberto. **O papel das pessoas no êxito empresarial:** um esforço orquestrado de ação conjunta. 2005. Palestra realizada na Faculdades Planalto, Passo Fundo, 30 out. 2001.

c) Anotações de aula

AGOSTINI, João Paulo. **Teoria geral da administração.** 2005. 45 f. Notas de aula.

4.7.16 Abreviatura dos meses em diferentes idiomas

Mês	Português	Espanhol	Inglês
Janeiro	jan.	enero	jan.
Fevereiro	fev.	feb.	feb.
Março	mar.	marzo	mar.
Abril	abr.	abr.	apr.
Maió	maio	mayo	may
Junho	jun.	jun.	june.
Julho	jul.	jul.	july
Agosto	ago.	agosto	aug.
Setembro	set.	sept.	sept.
Outubro	out.	oct.	oct.
Novembro	nov.	nov.	nov.
Dezembro	dez.	dic.	dec.

Fonte: ABNT, NBR 2002.



5. O trabalho científico

5.1 Resenha crítica

A resenha crítica consiste no resumo e no comentário com o objetivo de aprofundar a compreensão e a crítica de um determinado tema, livro ou artigo. Os diversos recursos possibilitam uma organização completa, sintética e eficiente do conteúdo, do autor, dos aspectos relevantes, das possíveis limitações e também a opinião crítica por parte do resenhista.

Apesar de normalmente ser um instrumento utilizado por especialistas em determinados temas, a elaboração de uma resenha pode ser um importante instrumento de avaliação acadêmica. O aluno deverá perceber este instrumento, não apenas em sua rigidez técnica e como mecanismo para quantificar o seu rendimento acadêmico, mas especialmente como um instrumento de aprimoramento e síntese do conhecimento construído e a ser discutido nas diversas esferas pedagógicas e profissionais.

O leitor, ao deparar-se com uma resenha, espera encontrar um roteiro que o instigue, favoreça e indique um caminho para melhor proceder a leitura e a compreensão da temática³⁸.

³⁸ Sobre a importância de uma resenha destacamos a elucidativa contribuição de Marconi e Lakatos. 2003, p. 90. "Ante a explosão da literatura técnica e científica e a exigüidade de tempo do trabalho intelectual, sem condições de ler tudo o que aparece sobre o campo de seu interesse,

5.1.1 Estrutura da resenha crítica³⁹

- a) *Título* – optamos por usar a palavra “RESENHA” (a referência conforme ABNT consta em nota de rodapé e no corpo do texto se faz a referência de forma livre).
- b) *Autor* – as informações sobre o autor devem constar em nota de rodapé, e contemplar sua formação acadêmica, área de atuação profissional, especialidade de sua produção científica, tópicos relevantes de suas publicações e endereço eletrônico.
- c) Autor da obra resenhada: biografia do autor da obra resenhada;
- d) Breve descrição da obra – apresentação e comentário geral.
- e) *Síntese da obra ou texto* – é a síntese fiel do conteúdo da obra, com atenção especial às características peculiares do texto que podem destacar tópicos importantes, auxiliando a leitura e a compreensão do tema.
- f) *Apreciação crítica* – são as conclusões pessoais sobre a importância, contribuição e especificidade da obra. Nesta parte o autor exercita sua capacidade de argumentação, livre de opiniões preconcebidas em relação ao autor e ao conteúdo, visando demonstrar independência e maturidade diante de uma temática de valor incontestável; apontará as possíveis limitações, podendo indicar aspectos a serem investigados ou referências que auxiliam o aprofundamento e esclarecimento do tema.
- g) *Público alvo* – o autor indica os diversos campos onde a obra resenhada pode ser apreciada e com que objetivos, assim como o público para quem a obra é indicada (estudantes, profissionais, especialistas entre outros) com motivações suficientes e convincentes para a leitura e aproveitamento do tema em palestras, escolas, grupos de interesse etc.

o recurso é voltar-se para a resenha. A resenha crítica foi uma das formas encontradas para solucionar esse problema que afligia os cientistas de modo geral. No campo da comunicação técnica e científica, a resenha é de grande utilidade, porque facilita o trabalho profissional ao trazer um breve comentário sobre a obra e uma avaliação da mesma. A informação dada ajuda na decisão da leitura ou não do livro”.

³⁹ Anexo V.

Outras orientações

- a) O resenhista deve preocupar-se, em especial, com o uso de linguagem e recursos destacáveis que possam atrair a atenção do leitor;
- b) O acadêmico, quando para fins de avaliação, precisa ser informado quanto ao tamanho da resenha, que deve ter no máximo cinco páginas;
- c) O conhecimento antecipado da obra resenhada é indispensável, pois disso depende a qualidade do texto apresentado. O resenhista que não primar pelo conhecimento antecipado da temática compromete sua produção acadêmica, descaracteriza a fonte original e desperdiça uma oportunidade de crescimento pessoal.
- d) Embora já anteriormente mencionado, a fidelidade ao pensamento do autor, cabe destacar que este tópico não significa limitação da criatividade, mas a oportunidade de oferecer a um público especializado uma reconstrução crítica e criativa de uma obra ou texto.

5.2 Artigo

Um artigo acadêmico é a exposição de uma pesquisa sobre determinado tema e serve de subsídio para discussões em eventos; avaliação em disciplinas universitárias; publicação em revistas ou livros específicos. Também, é uma oportunidade especial para exposição e discussão do assunto com o público. Seu conteúdo deve obedecer a um espaço determinado, por isso deve ter conteúdo condensado. Os temas tratados obedecem a diferentes interesses, como aqueles tratados em sala de aula e sob orientação de um professor responsável ou quando solicitados para publicações especializadas. O artigo acadêmico pode vir também de uma iniciativa pessoal ou de um grupo (professores e pesquisadores) com o objetivo de expor o resultado de seus estudos e para qualificar o debate em torno de temas de interesse especial⁴⁰.

⁴⁰ Anexo X.

Principais características do artigo acadêmico

- Assunto específico;
- apresentação de resultados de forma concisa e com objetivo previamente determinado;
- linguagem clara e precisa, boa argumentação;
- cuidado com a correção gramatical;
- parágrafos equilibrados e corretamente numerados;
- a introdução e a conclusão apresentadas com tamanho equitativo.

Sendo o artigo acadêmico resultado de uma pesquisa, é indispensável que o autor utilize várias fontes de informação (referências bibliográficas⁴¹) que lhe dêem condições de, ao mesmo tempo em que dialoga com várias formas de perceber o assunto, possa também alargar sua compreensão sobre o que está sendo apresentado.

Vantagens da elaboração de um artigo

- 1) Superar concepções preconcebidas do tema tratado, normalmente proveniente do senso comum escolar e da convivência sem o aprofundamento e a crítica adequados;
- 2) Discutir sua produção com um universo mais amplo de pessoas, o que oportuniza submeter o conteúdo elaborado à crítica e avaliação públicas;
- 3) Estruturar a arquitetura do texto conforme normas preestabelecidas e de domínio universal, neste particular as normas da ABNT, o que demonstra a seriedade e a qualificação do autor por ocasião da apresentação e exposição do assunto;
- 4) Apresentar o texto com boa estrutura de linguagem e revisão gramatical, o que demonstra a qualidade de um texto e a evolução da sua concepção de mundo;
- 5) Vencer resistências pessoais ou pedagógicas em relação à construção do conhecimento e disposição para expor e debater com um universo mais amplo e exigente, o que oportuniza uma elaboração e apresentação de melhor qualidade.

⁴¹ O autor deve dar atenção especial aos recursos obtidos da *internet*, com a citação da fonte consultada, pois já falamos que constitui falha grave citar sem informar a fonte consultada, o que se caracteriza como plágio.

Estrutura do artigo

O artigo é constituído de elementos *pré-textuais*: Título e subtítulo, nome do (os) autor(es), resumo e palavras-chave na língua do texto; resumo e palavras-chaves em língua estrangeira; *textuais*: introdução, desenvolvimento e conclusão e *pós-textuais*: título e subtítulo em língua estrangeira, notas explicativas, referências, glossário, apêndice(s) e ou anexo(s).

- a) Título – Corresponde de maneira adequada ao conteúdo, devendo estar localizado na página de abertura do artigo e na língua do texto.
- b) Nome(s) do(s) autor(es) – deve estar acompanhado de breve currículo que o qualifique na área de conhecimento do artigo, além do endereço eletrônico. O currículo deve aparecer em nota de rodapé.
- c) Resumo – Constitui uma seqüência de frases concisas e objetivas que não deve ultrapassar 250 palavras, seguido das palavras-chave (de três a cinco), antecedidas da expressão “palavras-chave” separada por dois pontos e finalizada por ponto. Palavra-chave é a palavra representativa do conteúdo do documento, escolhida em vocabulário controlado.
- d) Título e subtítulo (se houver) em língua estrangeira – são separados por dois pontos e precedem o resumo em língua estrangeira.
- e) Resumo em língua estrangeira – Elemento obrigatório, possui as mesmas características do resumo em língua vernácula, seguido das palavras-chave em língua estrangeira (*key words*).
- f) Introdução – Apresenta, diferentemente do resumo, a estrutura, a metodologia e o interesse por que apresenta determinado estudo. A relação com o conteúdo é feita no decorrer da exposição dos tópicos citados. É importante que a introdução contenha a publicidade do assunto, atraindo a atenção e o interesse do leitor de forma que se sinta cativado à leitura. Para melhor elaboração, o autor deve perguntar-se: o que vou apresentar?
- g) Desenvolvimento – É a parte central do artigo, o resultado da investigação, o qual deve ser apresentado de forma expositiva, aprofundando o tema de interesse. É muito importante que, no decorrer da elaboração o autor evite certos distanciamentos ou tratativas dispersas, que podem ser contempladas em futuras

apresentações. O diálogo com outros autores e diferentes formas de interpretar o tema tratado deve ser pontual, sem ofuscar a argumentação que está sendo considerada. Quando da elaboração, o autor deve perguntar-se: como vou apresentar esse conteúdo? A numeração começa no primeiro capítulo.

- h) Conclusão – De forma resumida, o autor destacará os tópicos principais, as interrogações surgidas, as dúvidas que ainda persistem e os possíveis indicativos de continuidade da investigação. Para a elaboração da conclusão, o autor deve perguntar-se: por que foi importante investigar esse assunto?
- i) Nota (s) explicativa (s) – Serve para comentários, esclarecimentos e explanações que não possam ser incluídas no texto. A numeração das notas explicativas é feita em algarismos arábicos, devendo ser única e consecutiva para cada artigo.
- j) Referências – É a apresentação das fontes que serviram de base à investigação. Essas demonstram a seriedade e a autenticidade do artigo apresentado, e a prova de que o autor não está apresentando um conteúdo sem fundamentação.
- k) Glossário – Lista em ordem alfabética de palavras ou expressões técnicas de uso restrito ou de sentido obscuro utilizadas no texto, acompanhadas das respectivas definições (elemento opcional).
- l) Apêndice – É elaborado para complementar a argumentação, sem prejuízo da unidade nuclear do trabalho. É um elemento opcional, sendo identificados por letras maiúsculas consecutivas, travessão e pelos respectivos títulos.
- m) Anexo – Texto ou documento não elaborado pelo autor, mas que serve de fundamentação, comprovação e ilustração. É opcional, sendo identificado por letras maiúsculas consecutivas, travessão e pelos respectivos títulos.

Outras orientações que podem ser observadas

- a) Quando apresentado para fins de avaliação o aluno tem direito de ser orientado pelo professor em relação ao tamanho da elaboração (quantidade de páginas)⁴², ao qual procurará manter-se fiel. Orientamos que a apresentação contenha entre cinco e dez páginas;

⁴² Quando para apresentação em eventos especializados, o edital normalmente estabelece as normas específicas.

- b) As divisões e subdivisões precisam ser bem planejadas de forma a não se multiplicarem sem necessidade, entretanto é vetada a apresentação de um artigo com um único capítulo;
- c) Os parágrafos merecem atenção especial e precisam ser apresentados de forma equilibrada, assim como os capítulos. Tamanhos muito díspares devem ser evitados;
- d) A introdução e a conclusão também precisam ter a elaboração equivalente, são raras as exceções que justificam tamanhos diferentes;
- e) Em relação às citações (sejam diretas, indiretas ou outras) que servem para sustentar a argumentação do autor, pede-se o cuidado para que não sejam excessivas, o que descaracteriza e empobrece a apresentação. Da mesma forma, as notas de rodapé devem ser explicativas ou de esclarecimento quando possível.
- f) O autor terá especial preocupação com o público a ser atingido, adaptando a linguagem, didática e outros aspectos da elaboração.

5.3 Ensaio ou *paper*

Ensaio é a apresentação de um estudo com fins de avaliação em disciplina ou criado por interesse pessoal para uma possível publicação. Tem como característica fundamental ser uma exposição sintética, condensada e com tema bem delimitado, oportunizando ao autor uma apresentação objetiva e lógica que permite, além da exposição temática, a possibilidade de debater com um grupo de interesse restrito ou apresentar defesa ou crítica pontual de uma posição ou investigação⁴³.

Pode-se afirmar que o ensaio é um texto breve, com aproximadamente 5 (cinco) páginas, elaborado de forma dissertativa com exposição crítica e criativa das idéias, as quais expressam características e estilo pessoal do autor. Sem renunciar à seriedade da investigação, ao bom nível de interpretação e à coerência da argumentação, o ensaio não

⁴³ Anexo Z.

exige grande aparato de provas empíricas ou apoio documental, o que permite maior liberdade de exposição, interpretação, problematização e originalidade de quem o elabora.

Estrutura do ensaio

- a) Título;
- b) Nome do autor;
- c) Introdução;
- d) Desenvolvimento;
- e) Conclusão;
- f) Referências.



6. Pesquisa acadêmica

○ investimento em processos de pesquisa e a produção de conhecimento são características do ensino superior contemporâneo, sem as quais o estudo acadêmico perderia sua razão de ser. A tarefa pedagógica não pode limitar-se à simples reprodução de resultados, publicações ou estudos até então realizados. O processo de pesquisa auxilia ao meio acadêmico atualizar o conteúdo das diferentes disciplinas, desafiando particularmente o corpo docente à atualização permanente. O resultado das pesquisas é percebido na prática pedagógica de sala de aula, na relação professor/aluno, assim como nas diferentes publicações (livros, revistas e similares) que o corpo docente realiza, com apoio institucional, a partir do exercício da docência. A produção acadêmica é uma forma privilegiada de contribuir para o progresso do conhecimento.

Quando o acadêmico ingressa no ensino superior, precisa perceber que faz parte de sua nova identidade o compromisso com a pesquisa, e as diferentes disciplinas devem oferecer os métodos e técnicas específicas a sua iniciação e desenvolvimento. Da mesma forma, pode acompanhar e ser informado das publicações que o corpo docente realiza, assim como da respectiva participação em eventos (congressos, seminários, debates e outros) que objetivam a sua permanente qualifica-

ção e a melhoria da qualidade do ensino. Considera-se parte integrante da iniciação à pesquisa a promoção de congressos, debates, grupos de estudo e semanas acadêmicas promovidos pela instituição de ensino ou por iniciativas articuladas por professores e alunos.

Segundo Mezzaroba e Monteiro (2006, p. 105), “pesquisa é o que fazemos quando nos ocupamos de estudar de forma sistemática um objeto (o objeto de pesquisa), mas fazemos isso sempre tendo uma meta a ser alcançada, isto é, pretendemos fazer alguma coisa com o resultado da pesquisa.” Não é suficiente que o estudante tenha um objeto para a sua pesquisa ou vontade pessoal para isso, é necessária também boa orientação, espaço físico adequado, recursos para sua viabilização, assim como clareza dos métodos e técnicas adequadas.

6.1 Roteiro de projeto de pesquisa

Quando se pretende executar uma pesquisa, primeiro deve-se planejá-la, elaborando um plano de trabalho, denominado “projeto de pesquisa”.⁴⁴ A seguir, em forma de tópicos, apresentamos a estrutura (com suas orientações devidas) para a elaboração do projeto de pesquisa.

6.1.1 Introdução

A introdução demonstra a necessidade do estudo, indicando o que o pesquisador pretende alcançar com a pesquisa.

Na introdução, deve constar o *tema* e *delimitação do tema*. O tema deve ter relevância e a possibilidade de desenvolver bem o assunto. Depois de escolhido o tema, deve-se delimitá-lo, ou seja, definir sua extensão e profundidade, o tipo de abordagem.

Na introdução, também deve constar a *problematização*, isto é, deve-se determinar e delimitar um problema de pesquisa, o qual deve ter um conhecimento do objeto de estudo, o *que* se deseja pesquisar, envolvendo uma dificuldade teórica e prática, que será solucionado no decorrer da pesquisa. O pesquisador deve descobrir as dificuldades que o tema sugere, formular perguntas ou levantar hipóteses.

As hipóteses são proposições que se realizam na tentativa de verificar a validade da resposta existente a um problema. A função da

hipótese, na pesquisa científica, é propor explicações de determinados fatos, tentando orientar a busca de outras informações. Os resultados finais da pesquisa poderão comprovar ou rejeitar as hipóteses.

Cabe salientar que nem todas as questões devem ser consideradas “problemas de pesquisa”, mas somente aquelas questões que necessitem de uma resposta devido à importância no contexto em que se está pesquisando. As perguntas devem ter a possibilidade de resposta através da pesquisa. A formulação do problema irá desencadear a investigação, fornecendo pistas para a coleta de materiais e dados.

6.1.2 Objetivos

Os objetivos de uma pesquisa dividem-se em: *geral* e *específicos* e devem ser extraídos diretamente do problema.

a) Objetivo geral

Define o que se pretende alcançar com a pesquisa.

Exemplo:

Verificar os fatores que contribuem para a migração rural-urbana no Estado do Rio Grande do Sul.

b) Objetivos específicos

Definem os aspectos determinantes que se pretende estudar, os quais contribuem para alcançar o objeto geral. Exemplo (relacionado ao item anterior):

- Verificar a relação entre o nível de desenvolvimento dos municípios e o desejo de migrar;
- Verificar a relação entre os fatores pessoais, as características dos municípios e o desejo de migrar.

6.1.3 Justificativa

O pesquisador deve perguntar-se: por que desejo fazer a pesquisa?

A justificativa envolve a delimitação do problema, a análise da situação que o projeto pretende modificar. Normalmente é o elemento que contribui na aceitação da pesquisa pela pessoa ou entidade que vai financiá-la. É formada por uma exposição sucinta, das razões de ordem teórica e dos motivos de ordem prática que tornam importante a realização da pesquisa.

A justificativa não apresenta citações, diferindo da revisão bibliográfica, além de diferir da teoria de base, que irá servir de elemento unificador entre o concreto da pesquisa e o conhecimento teórico. Assim, deve-se ressaltar a importância da pesquisa de campo da teoria, devendo enfatizar:

- o estágio em que se encontra a teoria respeitando o tema;
- as contribuições teóricas que a pesquisa pode trazer;
- a importância do tema do ponto de vista geral;
- a importância do tema para os casos particulares em questão;
- a possibilidade de sugerir modificações no âmbito da realidade pelo tema proposto;
- descoberta de soluções para casos gerais e/ou particulares.

6.1.4 Metodologia

A metodologia de um projeto apresenta basicamente a *forma como* a pesquisa será realizada. Nesse sentido cabe destacar que essa *forma* envolve vários aspectos, desde operacionais até aspectos menos objetivos que constituem a percepção de quem realiza a pesquisa.

Portanto, não se pode partir de uma visão simplista de metodologia, pois sua compreensão depende da forma como cada pessoa constrói seu próprio conhecimento. A forma como cada ser humano reflete a respeito do mundo é determinante na escolha da metodologia da pesquisa.

Pádua (1996, p. 31) afirma que:

No plano da pesquisa, epistemologia, método e procedimentos técnicos constituem elementos indissociáveis em todo o processo de investigação

que se desencadeia com o pesquisar; entretanto este processo está longe de ser homogêneo, linear, uniforme, a-histórico. Ao contrário, é histórico e repleto de contradições; é justamente em decorrência deste caráter histórico do processo de produção do conhecimento, que encontramos as diferentes concepções de ciência e de método [...], cada uma pressupondo formas diferenciadas para o pesquisar.

Percebe-se essa característica inclusive nos autores que teorizam a respeito da metodologia, pois cada um adota uma nomenclatura, uma classificação e uma definição, a partir da maneira como compreende a pesquisa. Neste manual adotamos as seguintes denominações:

Abordagens	Métodos	Tipos de pesquisa	Técnicas de coleta de dados	Análise de dados
<ul style="list-style-type: none"> - <i>Quantitativa</i> - <i>Qualitativa</i> 	<ul style="list-style-type: none"> - <i>Indutivo</i> - <i>Dedutivo</i> - <i>Hipotético-dedutivo</i> - <i>Dialético</i> - <i>Fenomenológico</i> 	<ul style="list-style-type: none"> - <i>Teórica</i> - <i>Empírica</i> <i>(De campo experimental, exploratória descritiva e estudo de caso)</i> 	<ul style="list-style-type: none"> <i>Documento, bibliografia, questionário, entrevista, história de vida etc.</i> 	<ul style="list-style-type: none"> - <i>Estatística</i> - <i>De conteúdo</i> - <i>De discurso</i>

Esquema de metodologia da pesquisa.

Portanto, optar por uma e não por outra metodologia implica vários fatores, entre eles a postura, as vivências e as crenças do pesquisador. A opção por uma metodologia também está intimamente vinculada à problemática e aos objetivos do projeto.

6.1.4.1 Abordagens

As abordagens consistem em uma postura filosófica diante do mundo, por isso envolvem um aspecto mais abstrato da pesquisa. As abordagens quantitativa e qualitativa estão vinculadas a teorias que fundamentam práticas em todos os campos. A teoria positivista fundamentou a pesquisa quantitativa e as teorias dialéticas influenciaram no surgimento da pesquisa qualitativa. Dessa forma entende-se que, por mais que não seja consciente, sempre há uma orientação teórica por trás da forma como se concebem as coisas do mundo e é esta que irá determinar a opção que o pesquisador fará em relação às abordagens.

Então a pesquisa qualitativa difere da quantitativa devido à sistemática e à forma de abordagem do problema que está sendo objeto de estudo, sendo necessária adequação do problema e dos objetivos ao tipo de pesquisa que se deseja desenvolver.

6.1.4.1.1 Quantitativa

A abordagem quantitativa é caracterizada pela quantificação, tanto na coleta de informações quanto no tratamento dessas, através de técnicas estatísticas, desde a mais simples (percentual, média, desvio padrão) às mais complexas (coeficiente de correlação, análise de regressão etc).

É muito utilizada no desenvolvimento das pesquisas descritivas, pois procura descobrir e classificar a relação entre variáveis, assim como na investigação da relação de causalidade entre o fenômeno *causa e efeito*.

A abordagem quantitativa representa a intenção de garantir precisão de resultados, evitar distorções de análise e interpretação, possibilitando uma margem de segurança quanto às inferências (conclusões).

Até meados do século XX, considerou-se como *científico* o conhecimento produzido a partir das bases estabelecidas pelo método **positivista**, apoiado na experimentação, mensuração e controle rigoroso dos dados (fatos), tanto nas ciências naturais como nas ciências humanas. Associou-se a idéia de cientificidade à pesquisa experimental e *quantitativa*, cuja objetividade seria garantida pelos instrumentos e técnicas de mensuração e pela *neutralidade* do próprio pesquisador frente à investigação da realidade.

6.1.4.1.2 Qualitativa

Com o desenvolvimento das investigações nas ciências humanas, as chamadas pesquisas *qualitativas* procuraram consolidar procedimentos que pudessem superar os limites das análises meramente quantitativas. A partir de pressupostos estabelecidos pelo método dialético e, também, fenomenológico, pode-se dizer que as pesquisas qualitativas preocupam-se com o *significado* dos fenômenos e processos sociais, levando em consideração as motivações, crenças, valores, representações sociais, que permeiam a rede de relações sociais. Como tais aspectos não são passíveis de mensuração e controle, nos mesmos moldes da ciência dominante, sua cientificidade tem sido freqüentemente questionada.

A abordagem qualitativa difere da abordagem quantitativa à medida que não emprega um instrumento estatístico como base do processo de análise de um problema. Não pretende numerar ou medir unidades.

Os estudos que compreendem uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de um problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos. Para Gouveia (apud PÁDUA, 1984, p. 31), há problemas que exigem informações sobre um grande número de sujeitos, por isso necessitam de uma abordagem quantitativa, já outros casos, como quando se quer apreender a dinâmica de um processo, a abordagem qualitativa é a indicada. Contudo há situações que exigem a combinação das duas.

Destaque-se, ainda, que

[...] a pesquisa qualitativa apresenta duas distinções básicas em relação à pesquisa quantitativa. A primeira é que **a distinção quantitativo/qualitativo não se refere à presença ou ausência de quantificação**. Na verdade, o enfoque implica iniciar com conjuntos de conceitos amplos e de idéias cujo conteúdo vai consolidando-se durante o processo de coleta. Não se trata portanto de um enfoque diferente de coleta. **É uma forma diferente de conhecer**. A segunda distinção é a ênfase na perspectiva do indivíduo pesquisado. **Enquanto na pesquisa quantitativa o pesquisador parte de conceitos *a priori* sobre a realidade, o pesquisador qualitativo sai a campo não estruturado, justamente para captar as perspectivas e interpretações das pessoas**. (BRYMAN, 1989 apud ROESCH, 1999, p. 124-125, grifo nosso).

6.1.4.2 Tipos de pesquisa

Destacamos neste espaço quatro fontes privilegiadas de pesquisa, com as quais o aluno do ensino superior poderá contar como instrumento especial para o melhor desenvolvimento e aproveitamento do estudo.

6.1.4.2.1 Pesquisa bibliográfica

Tem como característica a busca privilegiada de informações nas referências já publicadas, especialmente em livros⁴⁵, revistas especiali-

⁴⁵ Segundo Gil (2002, p. 44) “os livros constituem as fontes bibliográficas por excelência” e podem ser classificados como de leitura corrente ou de referência. Os livros de leitura corrente abrangem

zadas, dissertações, teses, jornais, órgãos públicos, associações e outros impressos. Procura inteirar-se da produção elaborada pela tradição cultural e científica sobre determinado tema. O acadêmico buscará as referências bibliográficas, considerando especialmente o seu interesse pessoal, assim como a orientação recebida dos professores. O sucesso de uma investigação depende, fundamentalmente, das leituras realizadas pelo acadêmico, onde poderá confrontar o tema de seu interesse com os estudos já realizados, assim como complementar, questionar e integrar os seus próprios conhecimentos. O uso de técnicas, como fichamentos, dicionários, sínteses e outras contribuem para o melhor aproveitamento das leituras, assim como a qualidade do vocabulário e a comunicação.

A biblioteca, onde normalmente são encontradas as referências, é parte integrante da vida acadêmica e local indispensável para que o estudante busque as informações necessárias à realização das tarefas solicitadas em sala de aula. O contato com a biblioteca representa a maturidade do acadêmico na busca da sua autonomia na produção do conhecimento, a valorização da tradição cultural da humanidade e a capacidade de dialogar com variadas e divergentes formas de responder aos desafios conjunturais. Por isso, o contato permanente com a biblioteca deve tornar-se um hábito dos estudantes de todos os cursos.

Particularmente para os acadêmicos, a pesquisa bibliográfica responde, inicialmente, à necessidade de elaboração dos trabalhos e às solicitações dos professores, constituindo-se num processo de iniciação indispensável à pesquisa. Durante o ensino superior, atinge o ápice na elaboração do trabalho de conclusão de curso, o qual representa a investigação e a síntese mais aprofundadas e a capacidade de investigação desenvolvida pelo aluno no decorrer da sua vida acadêmica.

6.1.4.2.2 Pesquisa na internet

A partir do evento das consultas através dos meio eletrônicos, o acesso ao conhecimento tornou-se mais fácil e rápido, considerando os recursos que caracterizam estes meios de comunicação. Esses tipos constituem-se num meio privilegiado de acesso ao conhecimento porque

as obras referentes aos diversos gêneros literários e também as obras de divulgação, isto é, as que objetivam proporcionar conhecimentos científicos ou técnicos. Já, os livros de referência, também denominados "livros de consulta", são aqueles que têm por objetivo possibilitar a rápida obtenção das informações requeridas, ou, então, a localização das obras que as contêm.

possibilitam a interação em tempo real a um número incontável de dados disponibilizados por centenas de países, instituições, empresas, centros de pesquisa e outros.

A *internet*, cada vez mais popularizada, por diferentes iniciativas públicas e privadas, caracteriza-se por ser uma rede mundial de computadores interligados, com capacidade de oferecer informações necessárias a determinados campos de interesse, com o objetivo de facilitar e acelerar a produção do conhecimento. Especificamente, para os acadêmicos que ingressam no ensino superior, a *internet* oportuniza o acesso às principais bibliotecas do mundo, revistas especializadas, jornais, publicações oficiais e de empresas privadas, centros de pesquisa entre outros, de modo que permita afirmar com segurança: o estudante do ensino superior deve utilizá-la como fonte de informações para dar qualidade a sua produção acadêmica.

A importância do uso deste mecanismo de domínio universal para a qualidade do conhecimento, na organização das informações, assim como, na aceleração do ritmo das pesquisas científicas é destacada por Antônio Joaquim Severino (2002, p. 133),

A internet, rede mundial de computadores, tornou-se uma indispensável fonte de pesquisa para os diversos campos de conhecimento. Isso porque representa hoje um extraordinário acervo de dados que está colocado à disposição de todos os interessados, e que pode ser acessado com extrema facilidade por todos eles, graças à sofisticação dos atuais recursos informacionais e comunicacionais acessíveis no mundo inteiro.

É indispensável que as fontes consultadas sejam corretamente informadas no espaço reservado às referências, assim como nas citações que ocorrem no interior do texto. A utilização das demais informações tem como objetivo a melhor fundamentação das conclusões ou a elaboração de um texto consistente. Porém, lembre-se de que a cópia indiscriminada de textos da *internet*, sem a devida citação, ou com critérios obscuros, acarreta penalidades legais e, principalmente, descaracteriza a pesquisa, da mesma forma que compromete o rendimento do acadêmico. Tal prática é condenada em todas as instâncias do ensino superior.

Por diversas vezes o acadêmico pode perguntar-se: o que se pode pesquisar na internet?

Como se trata de uma enorme rede, com excessivo número de informações, sobre todos os domínios e assuntos, é preciso saber garantir o que se quer, sobretudo dirigindo-se a endereços certos. Porém,

quando não se dispõe de um endereço específico na *internet* para fazer a pesquisa, pode-se iniciar o trabalho tentando localizar os endereços dos *sites* relacionados ao assunto de interesse. Isso pode ser feito através dos *sites* de busca, programas que se encarregam de localizar os sites a partir da indicação de palavras-chave, assuntos, nomes de pessoas, de entidades etc. Entre os maiores sites podemos destacar: Google, Yahoo, Altavista, Infosek, Lycos, Weber Crawle, Excecite, Miner, Cadê.

A seguir apresentamos alguns endereços e sites que os acadêmicos poderão dispor.

a) Endereços das principais bibliotecas públicas do mundo

- Biblioteca do Congresso Americano: <<http://icweb.loc.gov> ou <http://loc.gov>>;
- Biblioteca Nacional da França: <<http://www.bnf.fr/>>;
- Biblioteca do Vaticano: <http://sunsite.unc.edu/expo/vatican.exhibit/Main_hall.html>;
- Biblioteca Nacional (Divisão de Música e Acervo Sonoro, Rio): <<http://info/incc.br/dimas/>>;
- Sistema Integrado de Bibliotecas da USP: <<http://www.usp.br/sibi/dedalus.html>>.

b) Endereços das maiores bibliotecas do mundo

- The Universal Library: <<http://www.cybertown.com/library.html>>;
- Virtual Libraries: <<http://www.w3.org/pub/>>;
- DataSources/bySubjects/Virtual_libraries/overview.html
- Libcat: <<http://www.metronet.lib.mn.us/ic/icl.html>>;
- Bibliomania: <<http://www.bibliomania.com>>;
- Prateleira virtual: <<http://www.algarnet.net/pacodasartes/exli-brishomepage>>.

c) Pesquisa em bases de dados

Muitas bibliotecas dispõem de assinaturas de bases de dados, que armazenam informações em CD-ROM ou possibilitam seu acesso via internet. Nelas, o usuário pode fazer buscas por assunto, por periódico,

ou por meio de palavras-chave. Base internacional na área das ciências sociais:

Sociological Abstracts – sociologia e ciência política. Referências e resumos de mais de 600 mil artigos e periódicos, livros, capítulos de livros, filmes e outros materiais publicados nas áreas de sociologia, educação, desenvolvimento social, psicologia, ciência política, antropologia, medicina, serviço social e direito.

d) Caminhos para busca de textos científicos

A busca por textos científicos em universidades apresenta duas possibilidades: em bancos de dados e serviços, ou diretamente em publicações.

Banco de dados e serviços: entra-se no site da universidade e, após, seleciona-se a instituição. Na biblioteca, pode-se escolher as alternativas apresentadas.

Para acessar a biblioteca da Faplan, por exemplo, deve-se ir ao endereço <www.faplan.edu.br>; selecionar a palavra “biblioteca” e proceder-se a busca conforme as orientações e temas de interesse.

Publicações: quando não se tem o site da publicação, entra-se na página inicial da universidade e, após, seleciona-se “graduação”. Dentro destas, escolhe-se o curso onde se deseja pesquisar a publicação (Direito, Administração, Ciências Contábeis, Matemática, Letras, etc.). Há situações em que tais publicações são veiculadas aos cursos de pós-graduação.

As instituições de Ensino Superior (entre elas, a Faplan) dispõem do serviço chamado de “Comutação de Dados (COMUT)”, o qual possibilita buscar capítulos de livros e artigos publicados em revistas nacionais e internacionais de forma rápida e a baixo custo. Tal serviço é responsabilidade da biblioteca de cada instituição.

Exemplos:

Administração e Habilitações

- Universidade Federal do Rio Grande do Sul: <www.read.ea.ufrgs.br>

- Universidade Federal de Santa Catarina: <www.inpeau.ufsc.br/revista_eletronica/index_teaser.htm>

Direito

- USP: <<http://143.107.2.22/fdusp/publicacoes.htm#alertape>>
- Univali: <www.sj.univali.br/rjsj/index.html>

Ciências Contábeis

- Núcleo dos Indicadores Contábeis Brasileiros (UFSC): <www.nicb.ufsc.br/>

6.1.4.2.3 Pesquisa de campo

Tem como uma das principais características a verificação de dados, comprovação de hipóteses, verificação das reações e comportamentos da opinião pública etc. Especificamente no âmbito do ensino superior, a pesquisa de campo objetiva oferecer ao acadêmico dados e referências importantes para que tenha condições e comprovar, comparar, refutar e obter informações relevantes e objetivas que se relacionem com o objeto da sua pesquisa.

Para a obtenção de dados ou outras informações que a Pesquisa de Campo pode oferecer, faz-se necessário a elaboração de instrumentais próprios que correspondam aos objetivos anteriormente traçados ou aos problemas elencados necessários ao melhor desenvolvimento da pesquisa acadêmica. Dessa forma, é importante notar que o planejamento de uma pesquisa com estas características ocorre no ambiente acadêmico, sala de aula ou espaço oferecido pela instituição, e a aplicação no campo social, no dia-a-dia, onde os fatos acontecem. O contexto social onde são coletados os dados é previamente selecionado conforme o interesse do investigador. Nesse sentido, o número de pessoas ou fatos a serem consultados ou analisados será sempre representativo, considerando que a metodologia utilizada garante, com pequena margem de erro, o resultado confiável. Como exemplo confiável de pesquisa de campo, pode-se citar as pesquisas eleitorais.

Maria Helena Michel, quando comenta sobre a pesquisa de campo, sua importância e características, destaca quatro elementos fundamentais:

- é utilizada para conseguir informações e/ou conhecimento acerca de um problema;
- não se limita à simples coleta de dados, que é uma de suas fases, mas requer outros procedimentos também;
- caracteriza-se pela coleta de dados no ambiente real no qual a situação ou o problema ocorre, constituindo parte integrante da pesquisa descritiva;
- presta-se mais para o estudo de indivíduos, grupos, comunidades, instituições, aspectos gerais da sociedade. (2005, p. 37).

Embora alguns autores afirmem que a pesquisa de campo é desenvolvida apenas nas áreas das ciências sociais e humanas, ela é determinante, também, nos campos da administração, *marketing*, saúde, turismo etc., com objetivo de auxiliar nas decisões administrativas, para verificar a necessidade de produção de bens ou as reações frente a situações específicas. A pesquisa de campo é fundamental à qualificação, complementação e coerência de várias investigações. Constitui grave erro a distorção ou manipulação de resultados em favor de interesses particulares ou corporativistas, sejam oriundos do interesse da produção acadêmica ou outros quaisquer. Tal prática caracteriza-se como corrupção sendo moralmente injustificada.

6.1.4.2.4 Pesquisa experimental

Caracteriza-se pela análise de dados perceptíveis ou aplicação de uma determinada teoria a situações, ambientes ou casos previamente delimitados auxiliadas por métodos e técnicas rigorosamente selecionados objetivando, através de provas empíricas, comprovar resultados desejados, negar concepções e práticas recorrentes, apresentar soluções para preocupações e dilemas humanos, sociais ou ambientais. As características dessa modalidade de pesquisa são também destacadas por Maria Helena Michel:

- é um procedimento mais difícil, porém mais exato;
- faz simulação de situações a partir de uma teoria;
- descreve e analisa o que será ou ocorrerá em situações controladas;
- exige instrumental específico, preciso e ambientes adequados;
- presta-se a situações que devem ser controladas pelo pesquisador, sem tomar parte da experiência. (2005, p. 37).

Quando o pesquisador encontra-se diante de determinado fenômeno que é de interesse pessoal ou de interesse institucional, deve procurar, por meio dos instrumentos que dispõe, desvendar as causas primeiras que o causaram, assim como os demais aspectos envolvidos no processo de sua manifestação. As variáveis que envolvem a manifestação do fenômeno são rigorosamente investigadas, esclarecidas, julgadas e comprovadas, preferencialmente através de provas. A atitude do investigador será, primeiramente, observar como o fenômeno se apresenta, para, em seguida, delimitar o seu campo de interesse e buscar os meios necessários para atingir os objetivos previamente definidos. Sua conduta será uma metódica perseguição das metas traçadas e completa isenção para que as conseqüências de sua pesquisa contribuam para o progresso do conhecimento e o bem da humanidade.

É importante observar que, além dos instrumentos técnicos, a pesquisa experimental necessita do auxílio da produção bibliográfica para o julgamento apropriado e o embasamento das investigações e posteriores conclusões. Da mesma forma, a pesquisa de campo é, muitas vezes, indispensável para comparar, julgar e realizar experimentos confrontando-os com a realidade.

As relações que se estabelecem no contexto da realização da pesquisa experimental são sintetizadas por Cervo & Bervian (2002, p. 68), quando afirmam que

a pesquisa experimental caracteriza-se por manipular diretamente as variáveis relacionadas com o objeto de estudo. Nesse tipo de pesquisa, a manipulação das variáveis proporciona o estudo da relação entre causas e efeitos de um determinado fenômeno. Com a criação de situações de controle, procura-se evitar a interferência de variáveis intervenientes. Interfere-se diretamente na realidade, manipulando-se a variável independente a fim de observar o que acontece com a dependente.

O acadêmico vai se defrontar inúmeras vezes com o resultado de pesquisas experimentais, com procedimentos em execução, assim como, com a necessidade de realizar investigações que demandarão procedimentos desse nível. O ensino superior é um espaço privilegiado à iniciação teórica e metodológica nesse campo da produção do conhecimento, conseqüência direta do interesse pessoal ou proveniente do contexto sociopolítico e cultural do aluno. É de responsabilidade da instituição de ensino superior oferecer condições necessárias: acervo

bibliográfico, orientação pedagógica, espaço físico e laboratórios atualizados à necessária investigação. Recursos esses, indispensáveis à qualificação técnica e profissional dos acadêmicos.

6.1.4.3 Métodos

Em pesquisa, é a escolha de procedimentos sistemáticos para descrição e explicação de fenômenos. Portanto, o trabalho de pesquisa deve ser planejado e executado de acordo com as normas requeridas por cada método de investigação. O método é caracterizado por uma abordagem mais ampla, em nível de abstração mais elevado, dos fenômenos da natureza e da sociedade. O método de abordagem é o raciocínio que o pesquisador elabora sobre o objeto pesquisado. Nas ciências sociais e humanas podemos destacar os seguintes métodos: indutivo, dedutivo, hipotético-dedutivo, dialético e fenomenológico.

6.1.4.3.1 Método indutivo ou indução

A aproximação dos fenômenos caminha para planos cada vez mais abrangentes, indo das constatações mais particulares às leis e teorias (conexão ascendente). É uma operação mental que consiste em estabelecer uma verdade universal ou uma proposição geral com base no conhecimento de certo número de dados singulares ou proposições de menores generalidades. É um processo que permite descobrir e confirmar certas hipóteses e leis de caráter geral.

Para distinguir os problemas, faz-se necessário considerar que:

- uma indução exige dados, começando com o ato da coleta (observações);
- compreende idéias que se submetem à discussão (hipóteses);
- elabora-se pelo confronto das idéias e dos dados (discussão experimental).

Os procedimentos indutivos participam da concretização das diversas operações de aplicação do método, tais como a observação do fenômeno; formulação provisória do problema a ser estudado; análise dos elementos constituintes do fenômeno; descoberta das relações entre eles; construção e verificação das hipóteses de trabalho; elaboração das generalidades.

Na indução, a conclusão está para as premissas, como o todo está para as partes.

6.1.4.3.2 Método dedutivo

Processo que baseado em enunciados ou premissas que leva a uma conclusão necessária devido à correta aplicação de regras lógicas, sendo caracterizado pelo emprego de cadeias de raciocínio.

É dedutivo o raciocínio que parte do geral para chegar ao particular (do universal ao singular). O processo dedutivo leva o pesquisador do conhecido ao desconhecido, mas é também de alcance limitado.

Existem algumas regras indispensáveis a qualquer trabalho científico, a saber:

- não aceitar como verdadeira qualquer coisa, sem a conhecer bem;
- dividir cada uma das dificuldades em várias parcelas para resolvê-las do melhor modo possível;
- ordenar o pensamento com base em fatos mais simples e mais fáceis, pouco a pouco, até chegar aos complexos;
- enumerar e revisar cada fato para ter certeza de nada omitir.

Como o método dedutivo desenvolve-se em forma de raciocínios, seus fundamentos, suas formas de realização e o valor de suas conclusões encontram-se na própria natureza dos raciocínios dedutivos. O método dedutivo envolve procedimentos indutivos, onde ambos exigem diversas modalidades de instrumentação e de operações adequadas.

6.1.4.3.3 Método hipotético-dedutivo

Consiste na construção de conjecturas que devem ser submetidas a testes, os mais variados possíveis, à crítica intersubjetiva, ao controle mútuo pela discussão e ao confronto dos fatos. Esse procedimento permite verificar quais as hipótese que sobrevivem e quais as mais resistentes às tentativas de refutamento e falseamento.

- a) Problema – conjunto de expectativas que vai desencadear a pesquisa, surgida de um problema teórico-prático que indica se será importante ou não observar os dados a serem selecionados.
- b) Conjecturas – consiste em uma solução apresentada em forma

de proposição sujeita a teste, direto ou indireto, em suas conseqüências, sempre dedutivas. A conjectura explica ou prevê aquilo que despertou interesse intelectual ou dificuldade teórica e prática. As duas condições básicas do enunciado-conjectura (hipóteses) são a compatibilidade com o conhecimento existente e a falsidade.

- c) Tentativa de falseamento – são efetuados os testes que se constituem na tentativa de falsear ou eliminar os erros. Eles podem ser realizados por meio da observação e da experimentação que consiste em falsear as conseqüências deduzidas ou derivadas da hipótese.

6.1.4.3.4 Método dialético

Conforme Platão, a dialética é o caminho que conduz o viajante ao termo da jornada. A partir dessa premissa, já podemos afirmar porque a dialética pode ser considerada um método, pois é um caminho, um instrumento, uma possibilidade segura para se chegar a um determinado fim, para se realizar um determinado objetivo, comprovar, refutar e ou criar teses e hipóteses.

Ocorre que, desde a antigüidade, quando surge o termo, “dialética”, com os filósofos gregos, aquilo que se entende sobre o significado da dialética, desdobrou-se em várias concepções, ou seja, “o caminho para o termo da jornada” recebeu atalhos e os caminhantes desenvolveram mapas (conceitos) com direções e sentidos diversos, tanto sobre qual é o melhor caminho, método, quanto sobre como deve ser demonstrado esse caminho.

A compreensão geral que se tem sobre dialética é a de que ela consiste na arte do diálogo. Mas cabe perguntar: “O que é diálogo?”. Etimologicamente, diálogo é um termo com radicais provindos do grego: *diá* = duas; *logos* = razão. Diálogo seria então o discurso, o confronto entre razões. Ora, mas que vantagem se tem nesse confronto? A importância do diálogo reside justamente no fato de que através da exposição da minha razão contraposta à razão do interlocutor posso verificar se os meus argumentos e os dele são sustentáveis. Posso, ainda, a partir desse diálogo chegar a novas conclusões. Por este motivo a dialética foi e ainda é um dos mais importantes métodos de estudo. Através da

dialética, conseguimos demonstrar e sustentar os argumentos que fundamentam a nossa tese.

O cuidado que se deve ter com o uso do termo “dialética” é o de que, como falamos no decorrer da história, alguns pensadores reelaboraram a idéia de Dialética para além do mero diálogo. Ouvimos falar então em “dialética materialista” de Marx, “dialética hegeliana”, “dialética negativa” e muitas outras explicações e compreensões sobre dialética que facilmente confundem o estudante desavisado que não questiona o significado dos termos que lê.

Como o escopo desse trabalho é o de apresentarmos da forma mais clara possível em que consiste o método dialético, deixaremos à parte todas as concepções de pensadores específicos e suas teorias específicas. Vamos nos deter na idéia central, naquilo que a dialética teria de comum em todos os casos, sua essência, embora isso seja uma ousadia de nossa parte em tão pouco espaço e com poucas palavras. Mas tentaremos ser simples, sem sermos simplórios.

Contemporaneamente um dos conceitos mais aceitos e utilizados do método dialético é o formulado pelo filósofo alemão Hegel. Conforme este autor, o método dialético consiste numa disputa de teses opostas que levam a uma nova tese sem anular as anteriores. Vamos com calma, pois à primeira vista essa idéia parece meio confusa.

Na concepção hegeliana a dialética trabalha sempre com a tríade: tese, antítese e síntese. É importante deixar claro que o método dialético, nesse caso, não se trata apenas de eliminar, refutar argumentos como pensavam os gregos, mas de, na Síntese, percebermos como que guardadas nela, a tese e a antítese. Vamos usar dois exemplos que permitem simplificar isso.

Quando atiramos uma pedra no lago vemos formar-se um primeiro círculo (pequena onda), essa seria nossa *tese*. Ocorre que esse primeiro círculo, forma um segundo ainda maior, seria a *antítese*; que por sua vez forma um terceiro círculo, a *síntese*. Perceba que a *síntese* e a *antítese* não seriam possíveis sem a tese inicial. Percebam também que na *síntese* ainda é possível ver, embora menores, os dois primeiros momentos. Ou seja, a *tese* e a *antítese* estariam superadas e guardadas na síntese. É uma relação de superação e crescimento.

Algo interessante no método dialético é que aquele terceiro círculo, o que era *síntese*, pode gerar um outro. Ou seja a *síntese* se transfor-

ma em uma nova tese e, assim, como que em espiral, desdobra-se o conhecimento através do método dialético. Você terá mais *ondas* quanto maior e com maior força for a *pedra* (tese) lançada no lago (pesquisa).

Outro exemplo, esse usado por Hegel, é o do fruto. Considere a semente como sendo a *tese*. A flor será a *antítese*. A *síntese* será o fruto. Ambos se superam e se complementam gerando o novo sem excluir totalmente os anteriores.

À guisa de conclusão, podemos então afirmar que o método dialético consiste na análise constante das teses e hipóteses que se apresentam durante a pesquisa, para que possamos produzir o conhecimento. Esse método pode ser usado em todo tipo de pesquisa, pois não há pesquisa sem teses apresentadas e não há teses que não possam ser questionadas (antíteses) gerando conclusões (síntese). Das conclusões, que por sua vez agora se tornaram uma nova tese, podemos estender nossa pesquisa e, assim, como costuma-se dizer, aprofundar o conhecimento. Essa perspectiva leva à pergunta: “Quando ou onde termina a jornada (pesquisa)?”

Para responder e concluir, resgatamos Platão. A dialética é o método. O viajante é o pesquisador. O termo da jornada é a verdade. Como hoje sabemos que não há verdade absoluta, a jornada, no mundo científico é infinita e a *verdade*, a síntese a que cheguei, só será aceita como tal até que não se lhe demonstre o contrário. Mas agora já estaríamos entrando no âmbito da epistemologia (estudos das ciências) e da teoria do conhecimento, no que autores como Karl Popper e outros podem nos auxiliar. O importante é que o estudante pesquisador tenha presente que o método dialético possibilita eliminar contradições no discurso e verificar a fundamentação e sustentabilidade dos argumentos usados para se demonstrar a tese defendida, portanto, um método que deve ser considerado e bem desenvolvido para que não se criem sofismas, argumentos com aparência de verdade.

6.1.4.3.1 Método fenomenológico

É um método de investigação crítico, rigoroso e sistemático, apropriado à abordagem qualitativa, aplicável ao estudo dos fenômenos importantes em vários campos, incluindo o *marketing*, recursos humanos, desenvolvimento organizacional, pesquisa de gerência etc. Sempre que se queira dar destaque à experiência de vida das pessoas, o método

de pesquisa fenomenológico pode ser adequado. Roesch (1999, p. 123) afirma que:

A tradição fenomenológica parte da perspectiva de que o mundo e a “realidade” não são objetivos e exteriores ao homem, mas socialmente construídos e recebem um significado a partir do homem. Dentro dessa visão, a tarefa do cientista social não é levantar fatos e medir a frequência de certos padrões, mas apreciar as diferentes construções e significados que as pessoas atribuem a sua experiência. Deve-se tentar **entender e explicar por que as pessoas têm experiências diferentes**, em vez de procurar causas externas e leis fundamentais para explicar seu comportamento. (grifo nosso).

Assim, esse método difere do dialético por abordar o objeto de forma individual. A dialética tem um caráter mais amplo e globalizador.

Pode-se dizer que a fenomenologia busca explicar:

- conflitos e confusões;
- configuração;
- figura estruturada;
- forma do objeto investigado.

Existem, ainda, outros métodos, os chamados “métodos de procedimento”, os quais são as etapas mais concretas da investigação, com finalidades mais restritas no que se refere à explicação geral dos fenômenos menos abstratos. Pressupõem uma atitude concreta em relação ao fenômeno e estão limitadas a um domínio particular. Os principais métodos de procedimentos são: histórico; comparativo; monográfico (ou estudo de caso); estatístico; tipológico; funcionalista; estruturalista; etnográfico.

6.1.4.4 Técnicas de coleta de dados

Esta etapa consiste na operacionalização da pesquisa, através da aplicação dos instrumentos elaborados e selecionados para efetivar-se a coleta de dados previstos. Existem vários procedimentos para a realização da coleta de dados, variando de acordo com as circunstâncias ou com o tipo de investigação, podendo ser: coleta instrumental, observação, entrevista, formulário, questionário, medidas de opiniões e de atitudes, técnicas mercadológicas, testes, sociometria, análise do conteúdo e história de vida.

Na entrevista e no do formulário, o informante conta com a presença do pesquisador, entretanto na fase do questionário não há a presença do pesquisador.

Também é necessário indicar o universo ou a população a ser pesquisada, sendo que o universo pesquisado é o conjunto de seres animados ou inanimados que apresentam pelo menos uma característica em comum. A delimitação do universo consiste em declarar quais pessoas, coisas ou fenômenos que serão pesquisados, enumerando suas características comuns (sexo, faixa etária, organização a que pertencem, comunidade onde vivem etc.).

6.1.4.4.1 Documentação indireta

É a fase de pesquisa realizada para recolher informações prévias sobre o campo de interesse. Assim, as técnicas são:

- a) *Pesquisa documental* – a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, o que se constitui de fontes primárias, podendo ser recolhida no momento em que o fenômeno ocorre ou depois.
- b) *Pesquisa bibliográfica* – de fonte secundária, abrange toda bibliografia pública com relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc., incluindo meios de comunicação orais, como rádio, gravações em fitas magnéticas ou audiovisuais (filmes, televisão). A finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre certo assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos de alguma forma.

6.1.4.4.2. Documentação direta

A documentação direta constitui-se no levantamento de dados no próprio local onde os fenômenos ocorreram, podendo ser obtidos através da pesquisa de campo ou da pesquisa de laboratório.

Técnicas de documentação direta

- *Observação*: utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade, não consistindo apenas em ver e ouvir, mas também em examinar fatos ou fenômenos que se deseja estudar. Pode ser sistemática, assistemática, participante, não participante, individual, em equipe, na vida real, em laboratório.
- *Entrevista*: é uma conversação efetuada face a face, de maneira metódica, que proporciona ao entrevistador, a informação necessária verbalmente. Pode ser padronizada ou estruturada, despadronizada ou não estruturada, painel.
- Questionário – constituído por uma série de perguntas que devem ser respondidas por escrito na ausência do pesquisador.
- Formulário – roteiro de perguntas enunciadas pelo entrevistador e preenchidas por ele com as respostas do pesquisado.
- Medidas de opinião e de atitude – instrumento de padronização, pelo qual pode-se assegurar a equivalência de diferentes opiniões e atitudes, com a finalidade de compará-las.
- Testes – instrumentos utilizados com finalidade de obter dados que permitam medir o rendimento, a freqüência, a capacidade ou a conduta de indivíduos de forma quantitativa.
- Sociometria – técnica quantitativa que procura explicar as relações pessoais entre indivíduos de um grupo.
- História de vida – tenta obter dados relativos à “experiência íntima” de alguém que tenha significado importante ao conhecimento do objeto de estudo.
- Pesquisa de mercado – é a obtenção de informações sobre o mercado, de maneira organizada e sistemática, tendo em vista ajudar o processo decisivo nas empresas, minimizando a margem de erros.

6.1.4.5 Análise e interpretação dos dados

Depois de coletados os dados, estes são elaborados e classificados de forma sistemática. Antes da análise e interpretação, os dados devem ser selecionados, codificados e tabulados.

- a) *Seleção* – De posse do material coletado, o pesquisador deverá realizar uma verificação crítica para detectar falhas, erros, evitan-

do informações confusas, distorcidas, incompletas que poderão prejudicar o resultado da pesquisa. Assim, a seleção poderá apontar excesso ou carência de informações coletadas.

- b) *Codificação* – Através da codificação, os dados são transformados em símbolos, podendo ser tabelados e contados. Codificar significa transformar o que é qualitativo em quantitativo, facilitando a comunicação. A codificação é dividida em duas partes: primeiro, classifica-se os dados, agrupando-os sob determinadas categorias; segundo, atribui-se um código, número ou letra que terá um significado individual.
- c) *Tabulação* – Dispor os dados em tabelas, facilitando a verificação das inter-relações dos dados. Os dados são classificados pela divisão em subgrupos e reunidos de forma que as hipóteses possam ser comprovadas ou refugadas.

A análise é a tentativa de evidenciar as relações que existem entre os fenômenos estudados e outros fatores. Portanto, a elaboração da análise é realizada em três níveis, conforme Marconi & Lakatos (2003, p. 35):

- *Interpretação* – verificação das relações entre as variáveis independentes e dependentes e da variável interveniente (anterior à dependente e posterior à independente), a fim de ampliar os conhecimentos sobre o fenômeno (variável dependente).
- *Explicação* – esclarecimento sobre a origem da variável dependente e necessidade de encontrar a variável antecedente (anterior às variáveis independente e dependente).
- *Especificação* – explicitação sobre até que ponto as relações entre as variáveis independente e dependente são válidas (como, onde e quando).

Na análise, o pesquisador consegue respostas as suas indagações, estabelecendo relações entre os dados obtidos e as hipóteses formuladas.

Já a interpretação é a atividade intelectual que busca dar um significado mais amplo às respostas, vinculando-as a outros acontecimentos. A interpretação significa a exposição do verdadeiro significado do material apresentado com relação aos objetivos e ao tema.

Técnicas de análise de dados:

- análise estatística;
- análise de conteúdo;
- análise do discurso.

6.4.4.9 Cronograma

O cronograma responde à pergunta: *quando?*

A pesquisa deverá ser dividida em partes, fazendo-se uma previsão do tempo necessário para passar de uma fase a outra. Algumas fases podem ser executadas simultaneamente. Expõem as atividades que irão ser desenvolvidas no decorrer dos três módulos de estágio, bem como o tempo necessário para cumpri-las. O cronograma é representado em forma de tabela.

Exemplo:

Meses/atividades	Elaboração do projeto	Pesquisa na empresa	Coleta de dados bibliográficos	Entrega do relatório parcial 1
<i>Março/ 2005</i>	x		x	
<i>Abril/ 2005</i>		x	x	
<i>Maiol/ 2005</i>		x	x	
<i>Junho/ 2005</i>		x	x	
<i>Julho/ 2005</i>		x	x	x

6.4.4.10 Revisão bibliográfica

O aluno desenvolverá uma pesquisa completa sobre o tema e a delimitação escolhidos para desenvolver a pesquisa durante os módulos de estágio supervisionado, devendo definir os principais conceitos, definições do tema escolhido para desenvolver a pesquisa.

6.5.4.II Referências

O pesquisador deverá listar as obras referidas no trabalho, incluindo qualquer espécie de publicação, notadamente as de caráter científico, abrangendo livros, artigos, publicações e documentos utilizados.



7.1 Trabalho de conclusão de Curso - TCC⁴⁶

A monografia é um estudo sobre um tema específico ou particular, com suficiente valor representativo e que obedece a uma metodologia. Investiga determinado assunto não apenas em profundidade, mas em todos os seus aspectos e ângulos, dependendo do fim a que se destina.

Características da monografia

- trabalho escrito, sistemático e completo;
- possui um tema específico ou particular de uma ciência ou parte dela;
- estudo pormenorizado e exaustivo, abordando vários aspectos e ângulos do caso;
- tratamento extenso em profundidade, mas não em alcance;
- metodologia científica;
- contribuição importante, original e pessoal à ciência.

⁴⁶ Ver modelo de projeto de pesquisa: Anexo A2.

Porém, a monografia **não é**:

- repetir o que outro já disse sem apresentar nada de novo em relação ao enfoque, desenvolvimento ou a conclusão;
- responder a uma espécie de questionário;
- manifestar meras opiniões pessoais sem fundamentá-las com dados comprobatórios logicamente correlacionados e embasados em raciocínio;
- expor idéias demasiado abstratas, alheias aos pensamentos, preocupações, conhecimentos ou desejos pessoais do autor da monografia;
- manifestar uma erudição livresca, citando ferramentas irrelevantes, não pertinentes e mal assimiladas, ou desenvolver perífrases sem conteúdo ou distanciadas da particular experiência de cada caso.

Assim, a monografia é um trabalho que observa e acumula informações, organizando-as, além de procurar relações e regularidades que podem haver entre elas. Também indaga os seus porquês, utilizando de forma inteligente as leituras e experiências para comprovação, comunicando aos demais seus trabalhos.

7.1.1 Estrutura do trabalho de conclusão de curso - TCC

Da mesma maneira que os outros resultados de estudo científico, o TCC obedece a determinadas normas de formatação, as quais estão descritas pormenorizadamente no capítulo 4.

7.2 Relatório de pesquisa

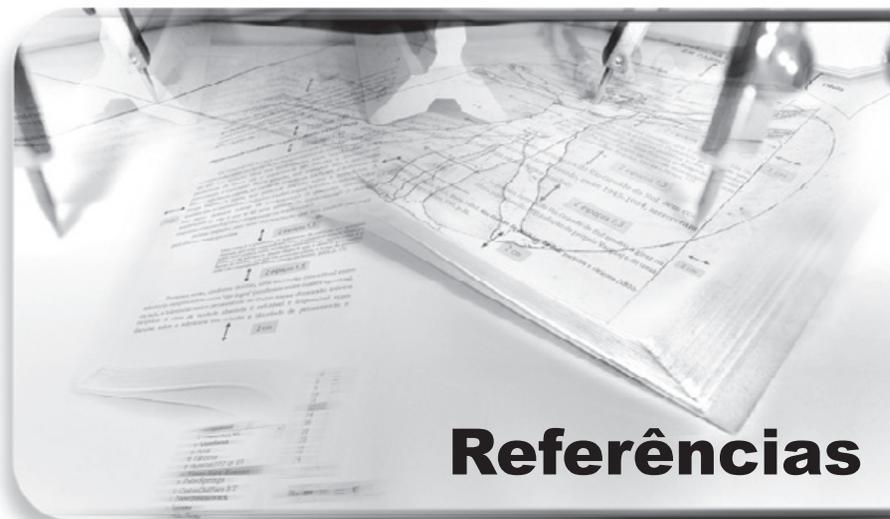
O relatório é um texto acadêmico-científico que relata uma pesquisa. Sua estrutura, no que se refere aos elementos pré-textuais e pós-textuais, segue as orientações aos demais trabalhos acadêmico-científicos, conforme as normas do TCC.

Contudo, no que se refere à parte textual, muda a natureza e a forma do texto. Assim, o texto de um relatório deve conter:

- Introdução – contendo o planejamento elaborado no projeto da pesquisa: tema, delimitação do tema, problema, hipóteses, objetivos e justificativa.
- Revisão bibliográfica
- Metodologia
- Apresentação dos dados, análise e interpretação
- Conclusão – contendo recomendações e sugestões

Conforme Salomon (1994, p. 160), “o relatório tem uma posição típica entre os trabalhos científicos: ‘relatar’ a pesquisa em toda sua dimensão, desde o planejamento até as conclusões, mas de maneira concisa. Ao mesmo tempo, deve ser feito visando ao destinatário”. (grifo nosso).

Quanto à natureza, o relatório diferencia-se de um texto monográfico por apresentar de maneira objetiva uma descrição dos fatos que ocorreram na pesquisa, com a análise do pesquisador, a fim de que se possa concluir ou tomar decisões em relação a esses fatos apresentados.



ANDRADE, M. Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

BEM, J. S. **Estado & economia na América Latina: a construção do pensamento neo-estruturalista cepalino**. Passo Fundo: Clío, 2003, p. 68.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**. 4. ed. São Paulo: Makron Books, 1996.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1995.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

DEMO, Pedro. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2000.

_____. **Metodologia científica em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1987.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1992.

_____. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

_____. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MATAR NETO, João Augusto. **Metodologia científica na era da informática**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação científica**: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Tratado de metodologia científica**: projetos de pesquisa, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses. São Paulo: Pioneira, 2002.

PÁDUA, Elizabete M. M. de. **Metodologia da pesquisa**: abordagem teórico-prática. 4. ed. Campinas, São Paulo: Papirus, 1997.

RAUBER, J. J.; ROSSETTO, M. S.; FÁVERO, M. A. et al. **Que tal um pouco de lógica?!** 3. ed. Passo Fundo: Méritos, 2006.

ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. **Projetos de estágio e de pesquisa em administração**: guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudos de caso. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

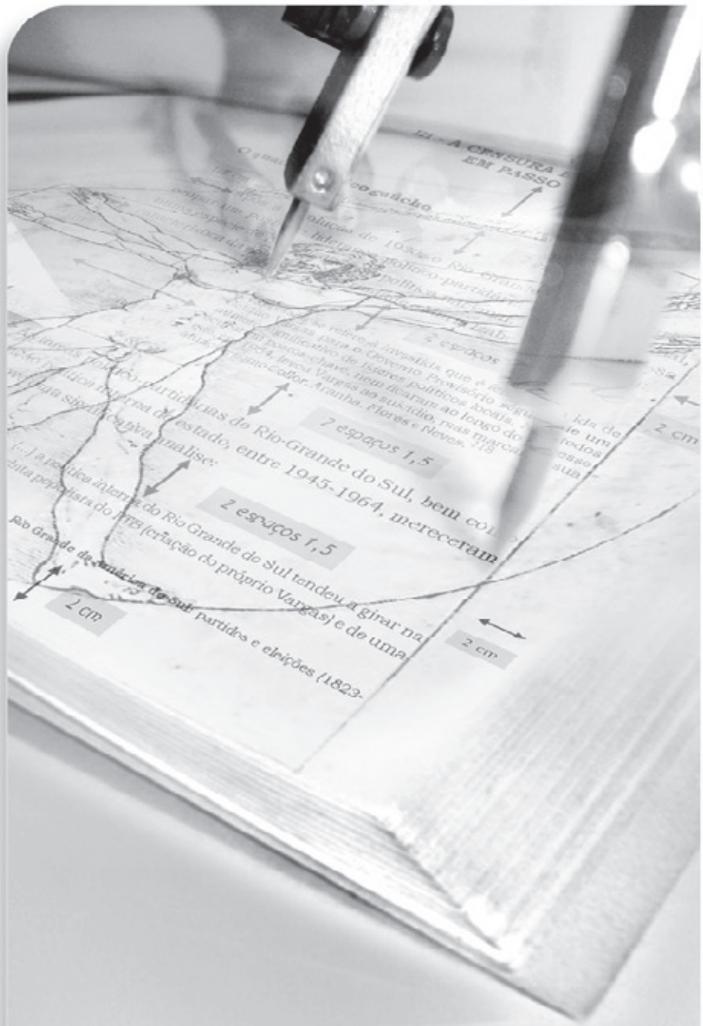
RUIZ, João Álvaro. **Metodologia científica**: guia para eficiência nos estudos. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

SALOMON, D. V. **Como fazer uma monografia**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 21. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

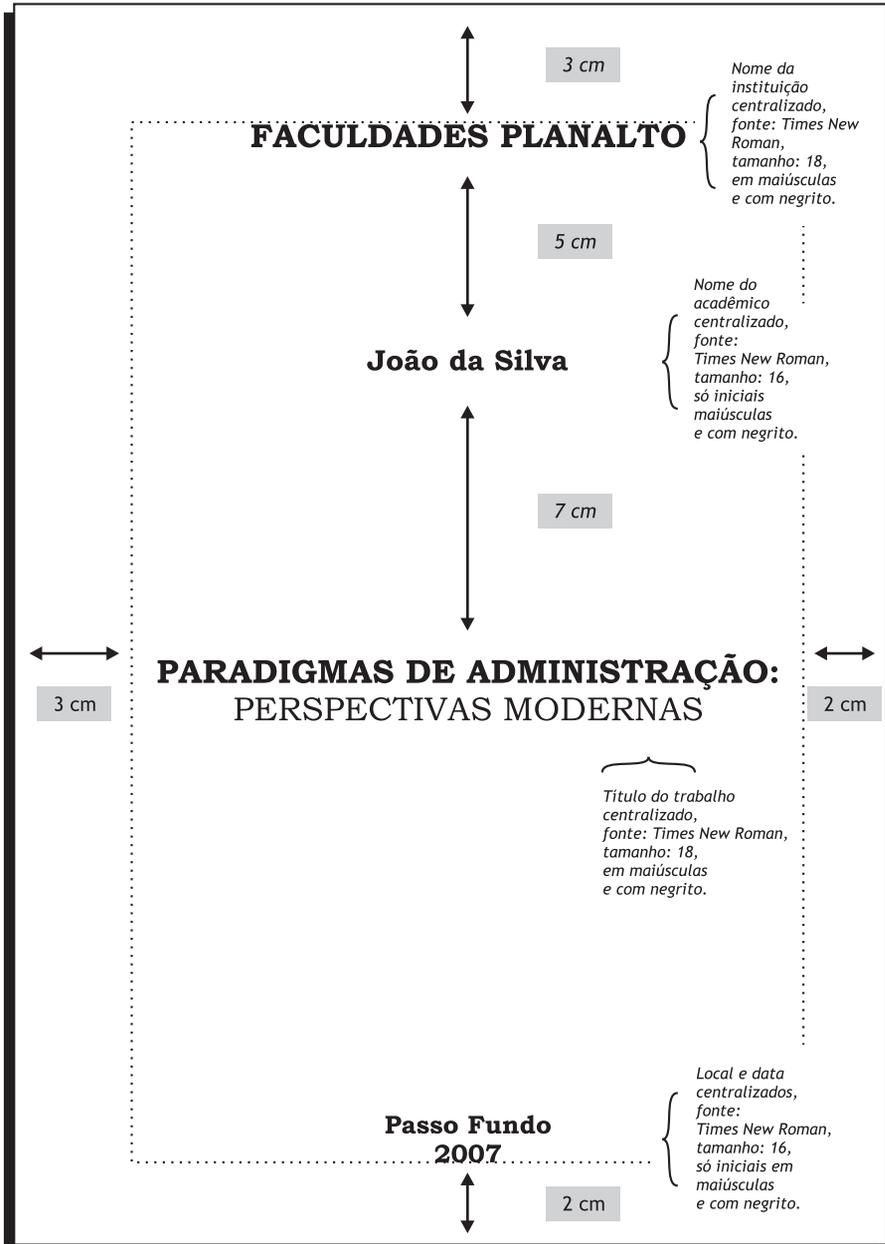
SNYDERS, Georges. **Feliz na universidade**: estudo a partir de algumas biografias. Paz e Terra: São Paulo, 1995.

VELLA, Ana Maria de Moraes Sarmiento. **Manual de orientações para a produção de textos acadêmicos**. Brasília: UNB. Disponível em: <www.unb.br/cet/manualdemonografi anew.pdf>. Acesso em: 06 out. 2003.

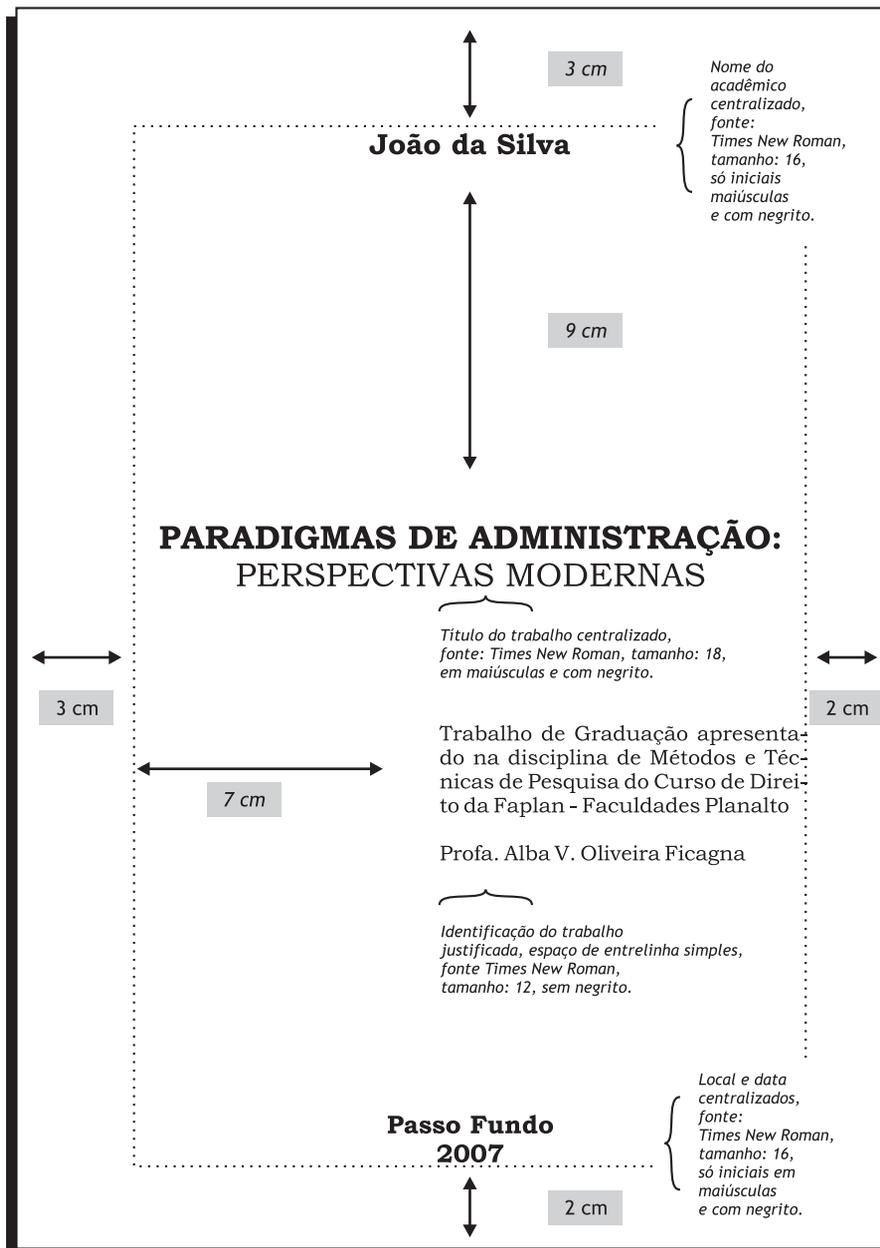


Anexos

Anexo A – Modelo de capa



Anexo B – Modelo de folha de rosto



Anexo C – Modelo de ficha catalográfica

The diagram shows a rectangular frame representing a catalog card. A dashed line indicates the inner area for text. Dimensions are marked with arrows and boxes: 3 cm at the top, 3 cm on the left, 2 cm on the right, and 2 cm at the bottom. A sample catalog entry is centered within the dashed area.

3 cm

3 cm

2 cm

2 cm

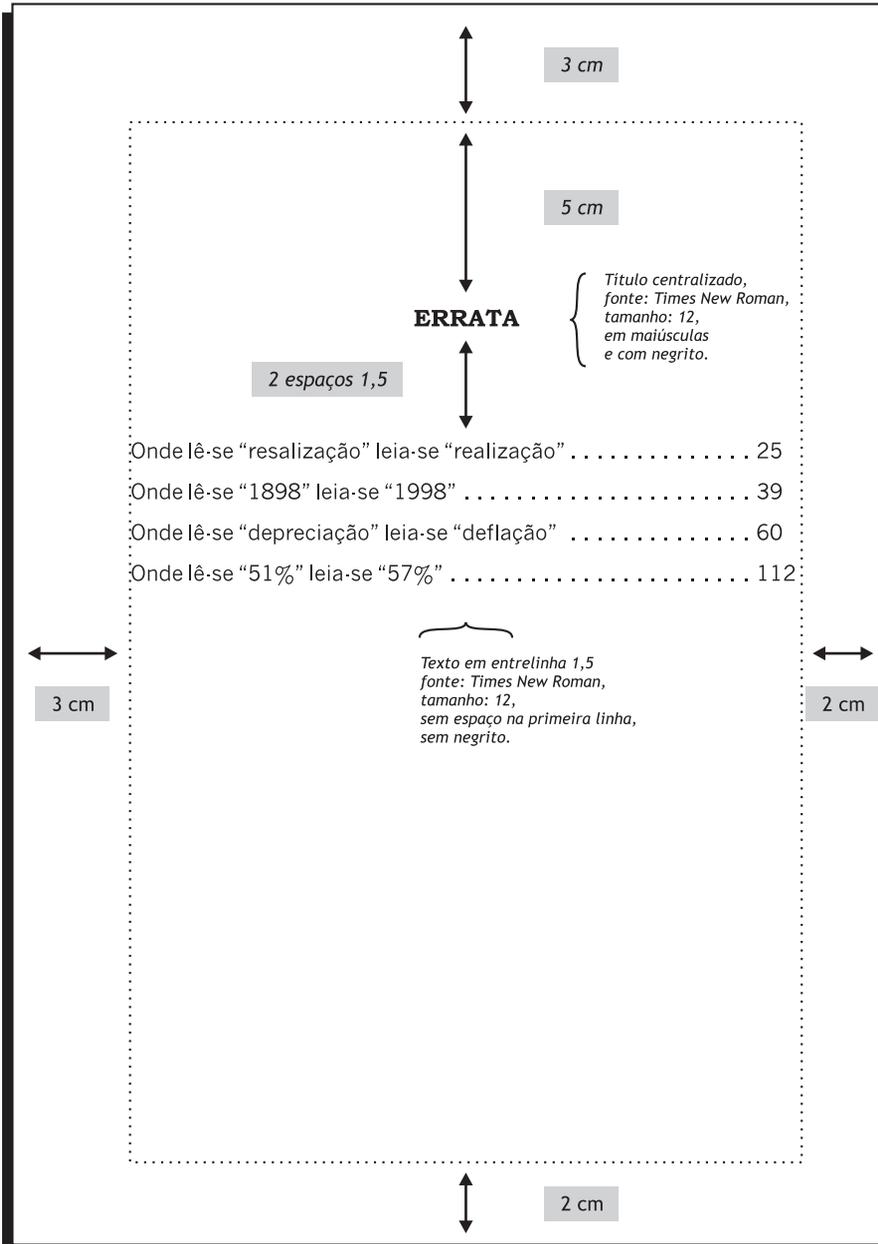
B411d Bertran, Fulano Pedro
Capital e sociedade na América Latina
Fundo-1964/1978 / Fulano Pedro Bertran. 2005.
179 f. ; 29 cm.

Dissertação (mestrado) Universidade Popular,
2005.
Orientação: Dr. Siclano de Tal.

1. Capital. 2. Sociedade. 3. Finanças. 4.
Investimento. I. Tal, Siclano de, orient. II. Título.
CDU 981.65

Catálogo: bibliotecário Justino de Tal Silva - CRB 11/1111

Anexo D – Modelo de errata



Anexo E – Modelo de termo de aprovação

O diagrama apresenta um modelo de termo de aprovação dentro de um retângulo com uma borda tracejada interna. No topo, o título "TERMO DE APROVAÇÃO" é centralizado em negrito. Abaixo dele, há um parágrafo de texto justificando a aprovação do TCC. Na parte inferior, há três linhas para a assinatura dos avaliadores, cada uma precedida por uma linha horizontal. No rodapé, o texto "Passo Fundo 2007" é centralizado em negrito. Dimensões e fontes são especificadas em caixas cinzas e blocos de texto.

TERMO DE APROVAÇÃO

Os professores que compõem a banca de defesa consideram este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) aprovado, o qual preenche os requisitos para obtenção do título de Bacharel do Curso de Administração de Empresas.

Prof. (nome)
Orientadora

Prof. (nome)

Prof. (nome)

**Passo Fundo
2007**

3 cm

5 cm

3 cm

3 cm

2 cm

3 cm

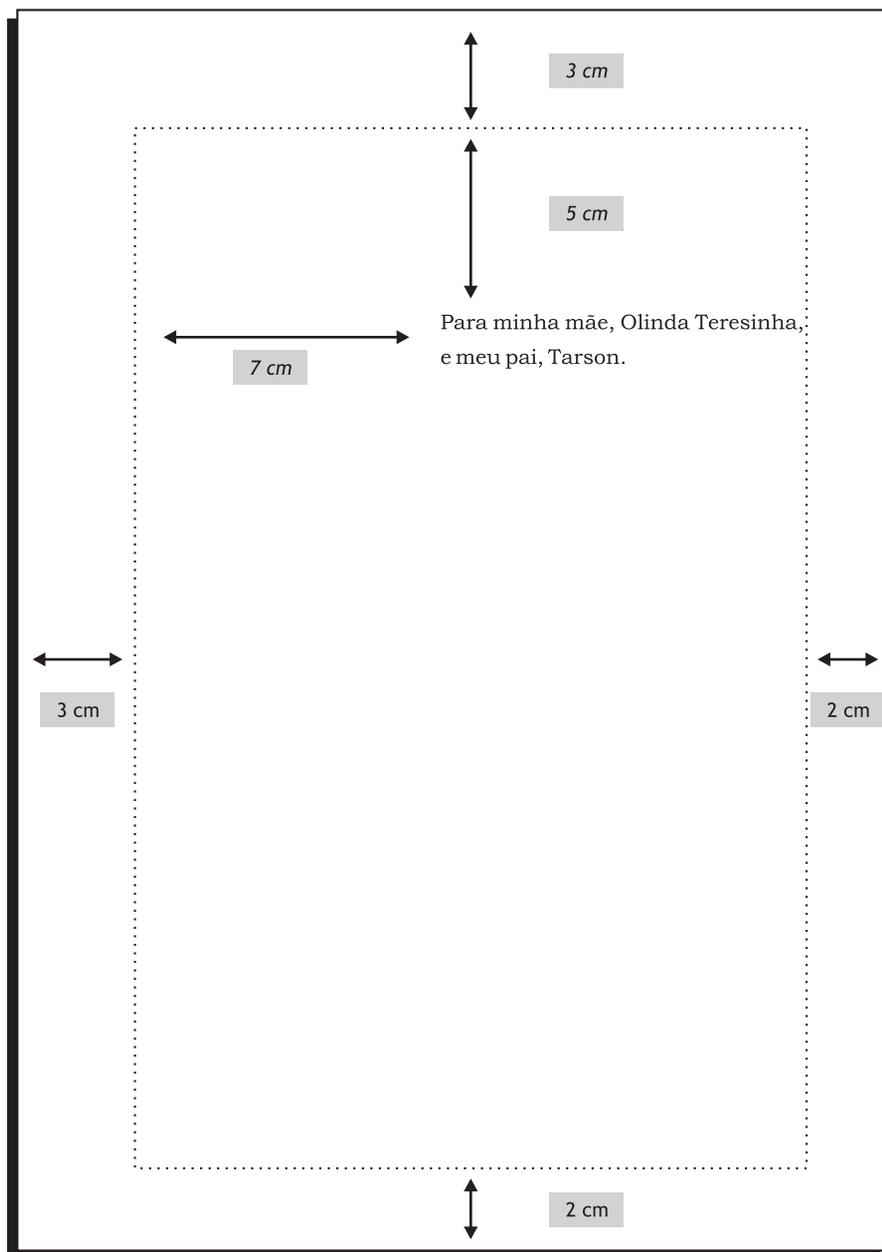
2 cm

Título centralizado, fonte: Times New Roman, tamanho: 12, em maiúsculas e com negrito.

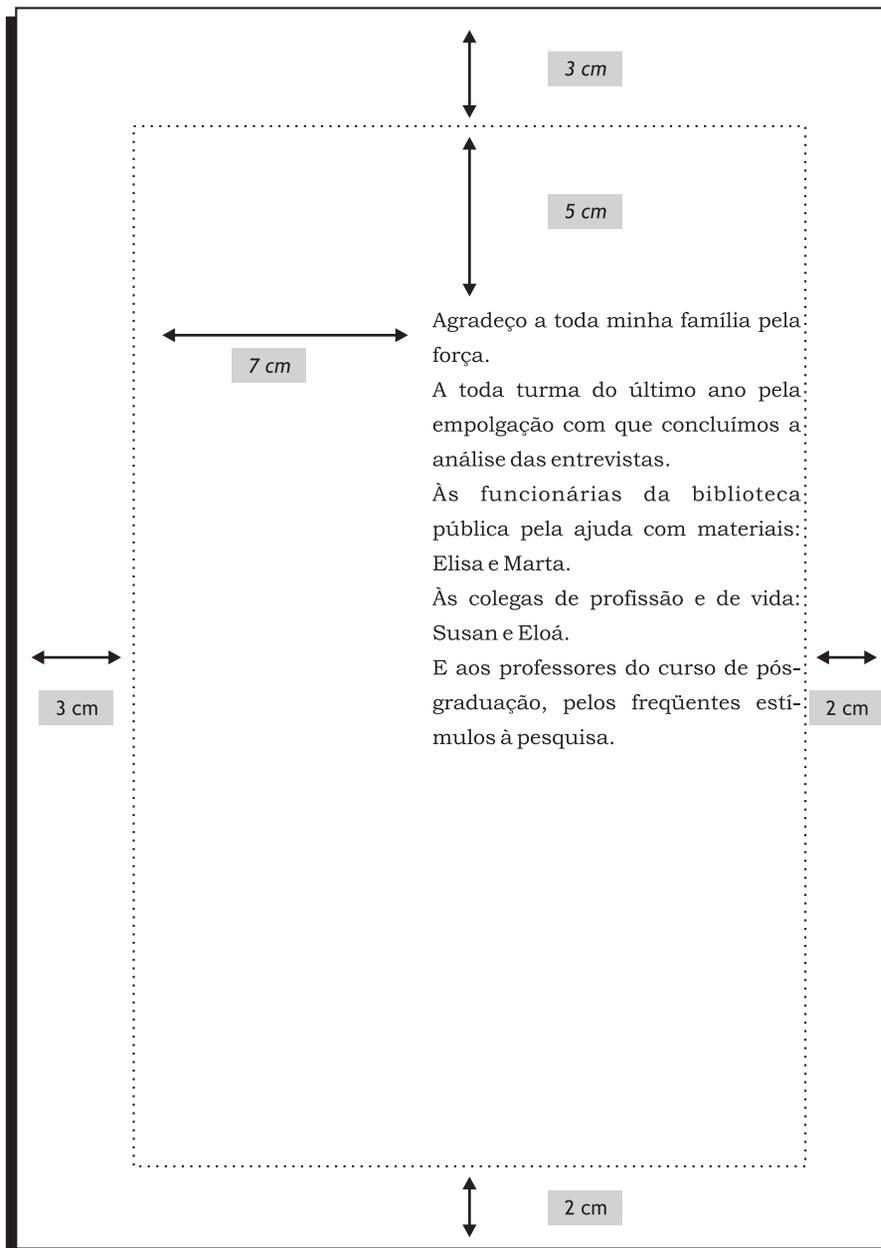
Nomes dos avaliadores fonte: Times New Roman, tamanho: 12, só com inicial em maiúsculas sem negrito.

Local e data centralizados, fonte: Times New Roman, tamanho: 16, só iniciais em maiúsculas e com negrito.

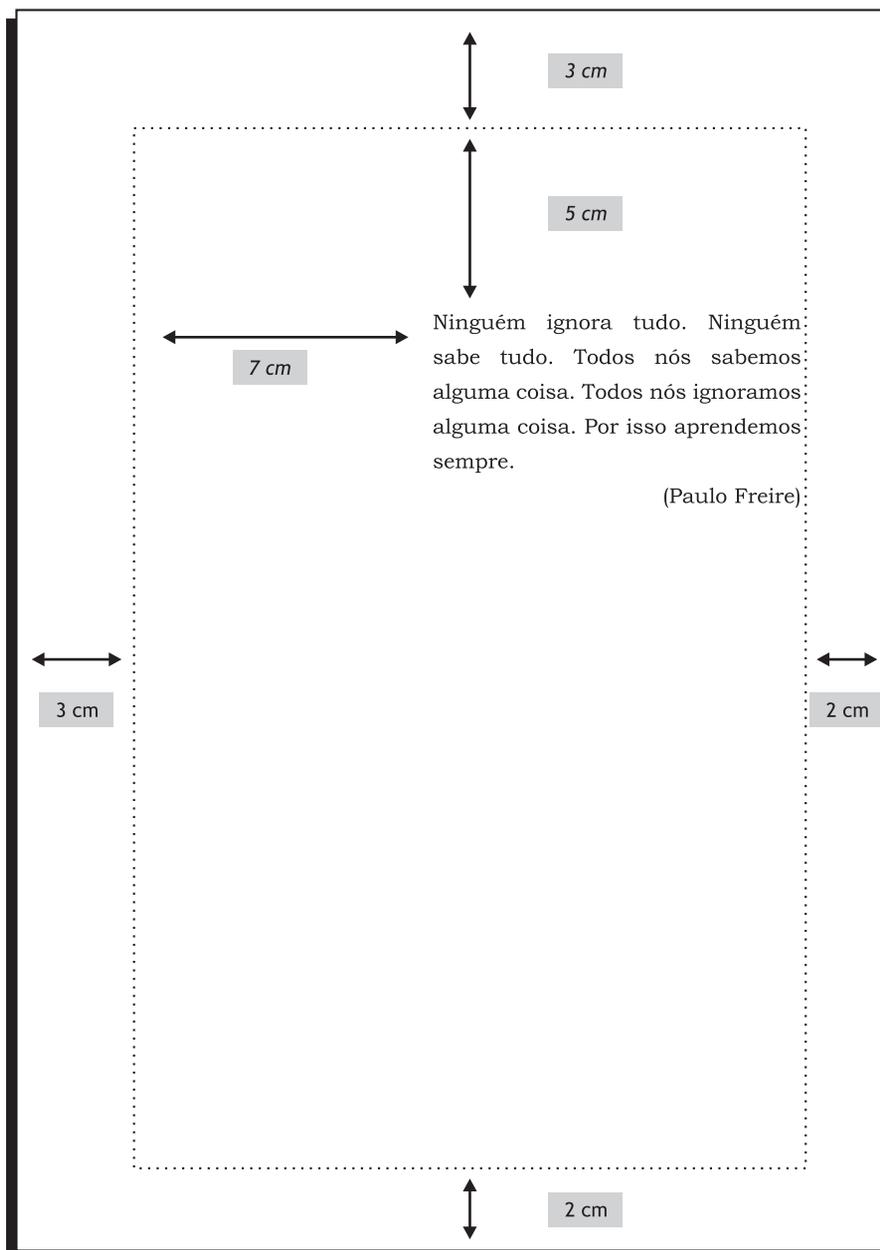
Anexo F – Modelo de dedicatória



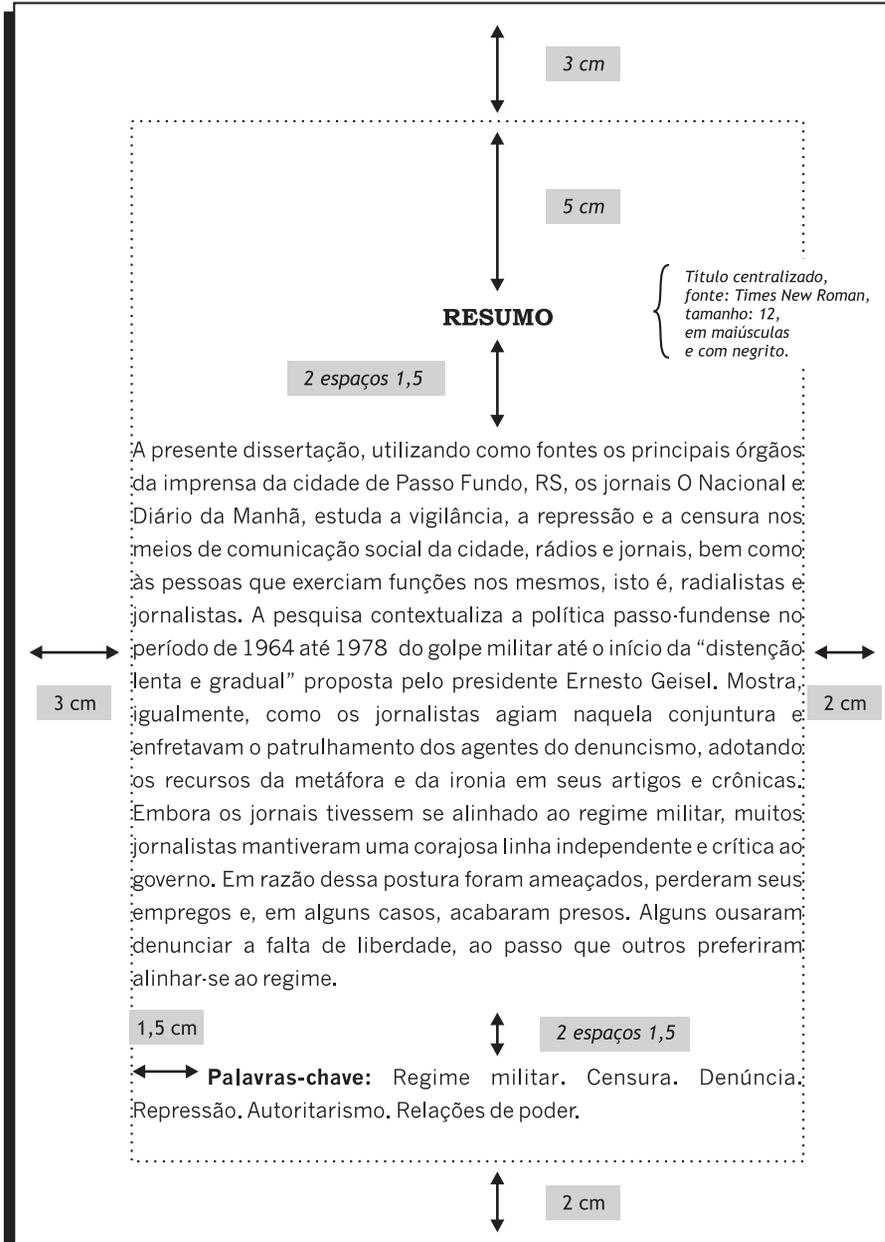
Anexo G – Modelo de agradecimentos



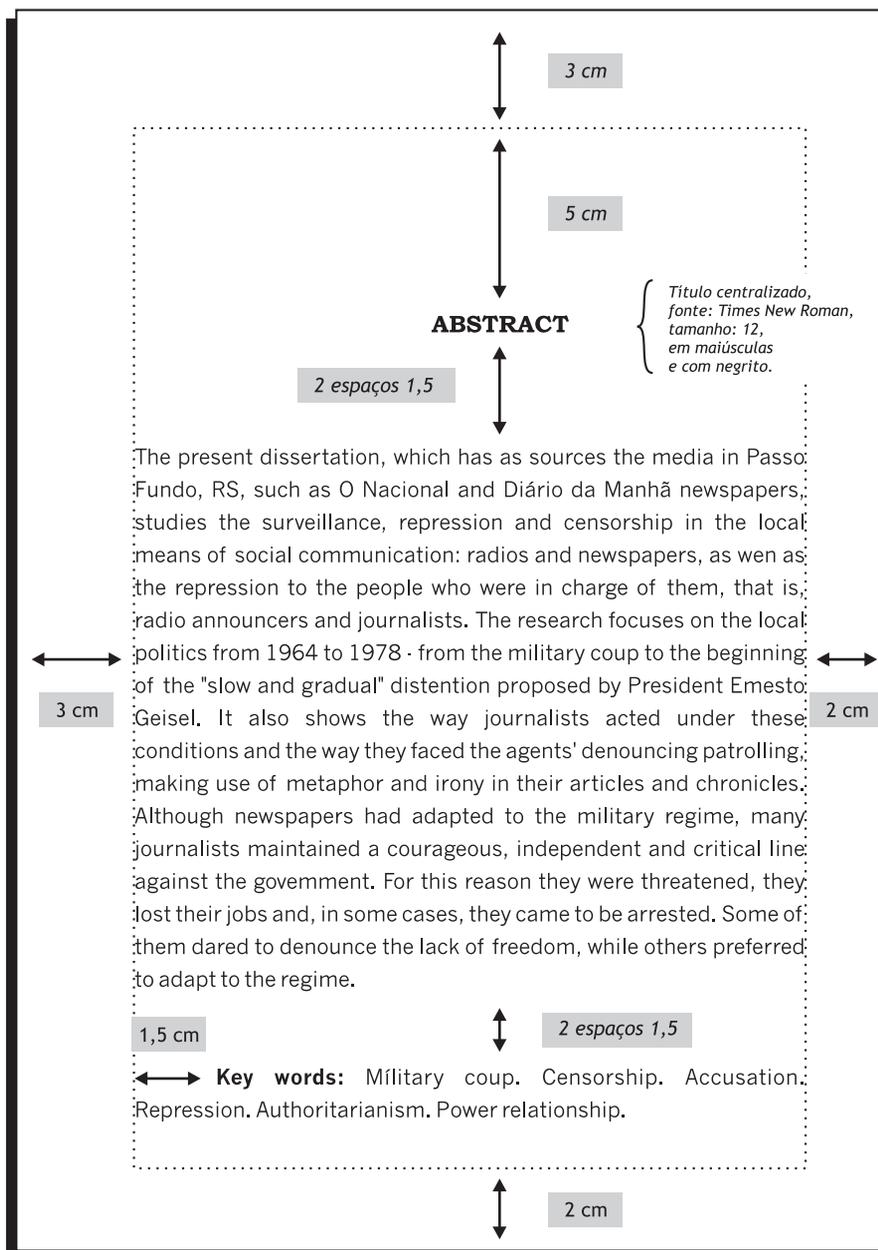
Anexo H – Modelo de epígrafe



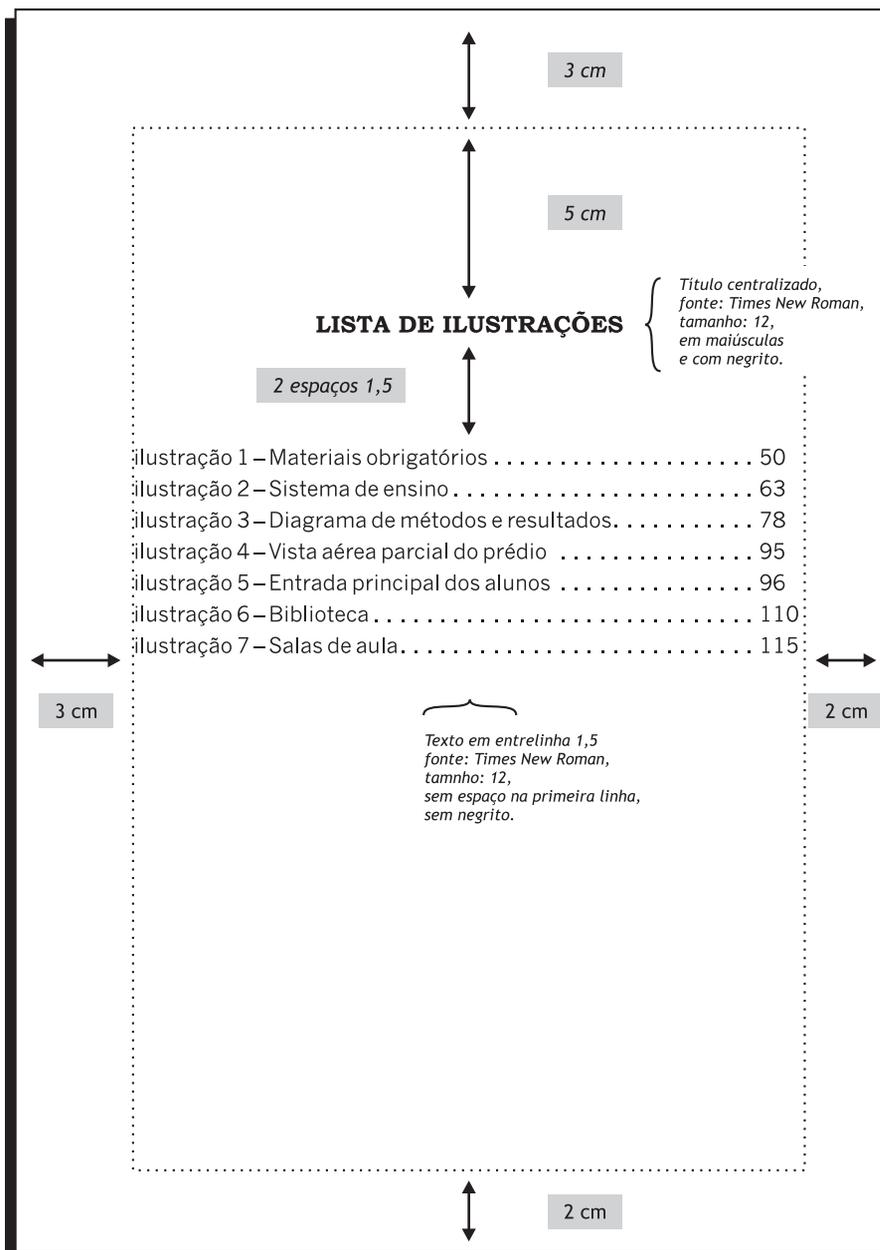
Anexo I – Modelo de resumo científico em língua vernácula



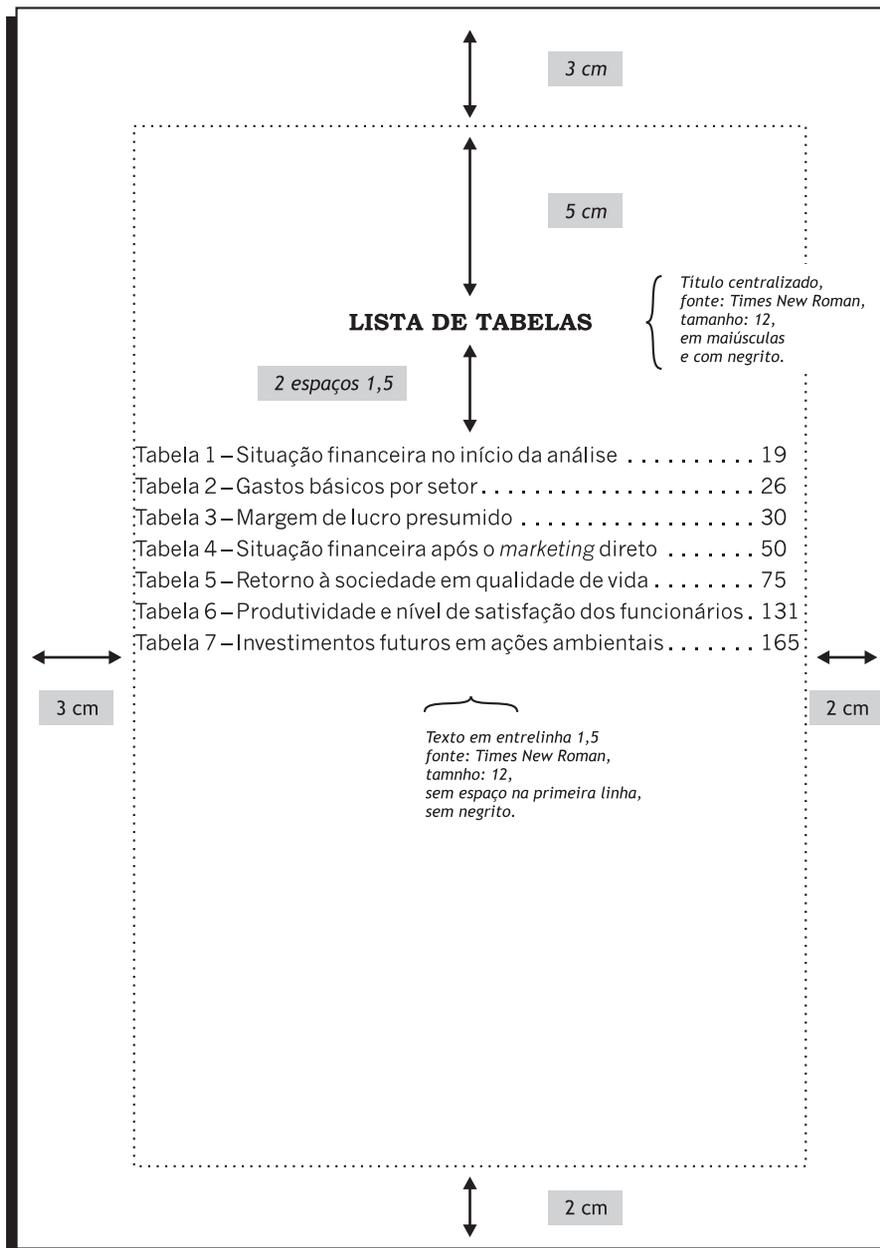
Anexo J – Modelo de resumo em língua estrangeira



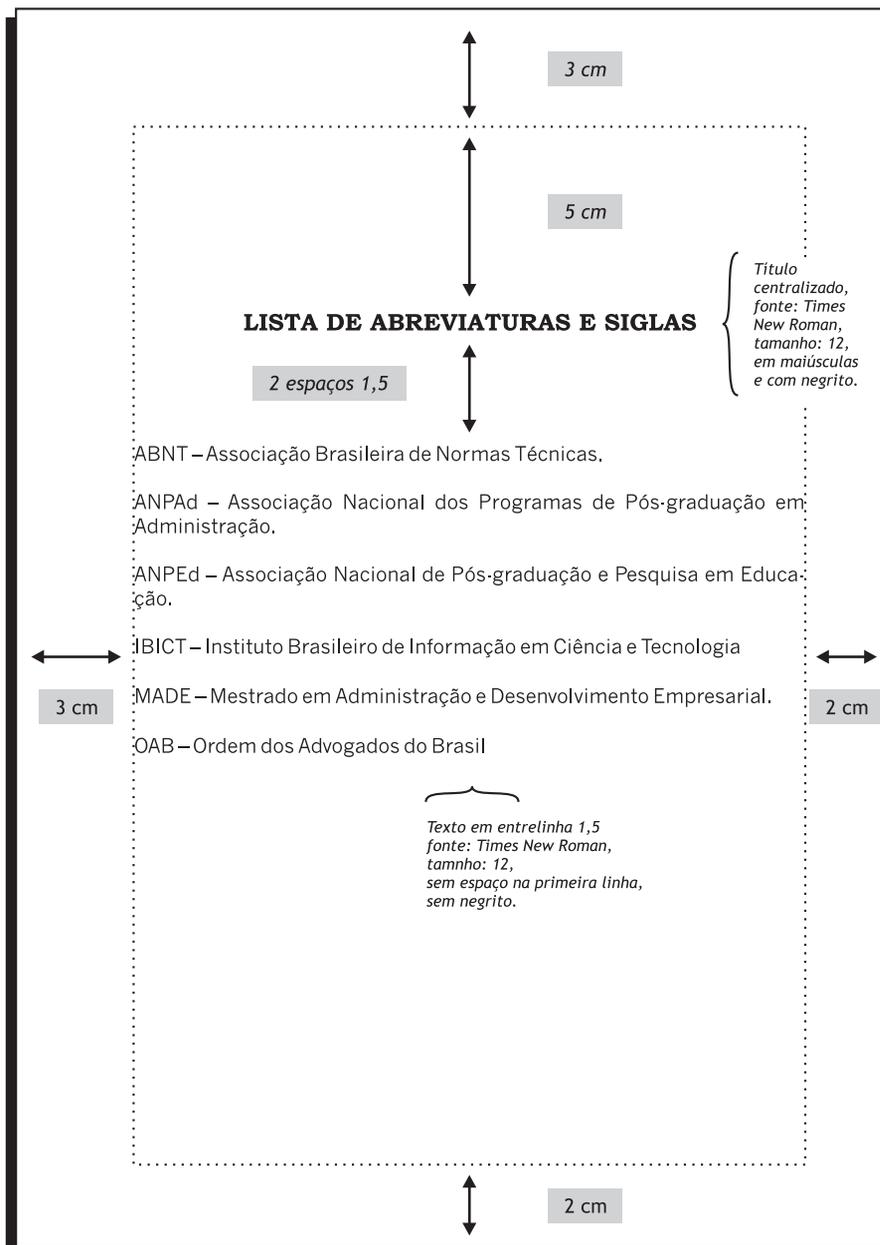
Anexo L – Modelo de lista de ilustrações



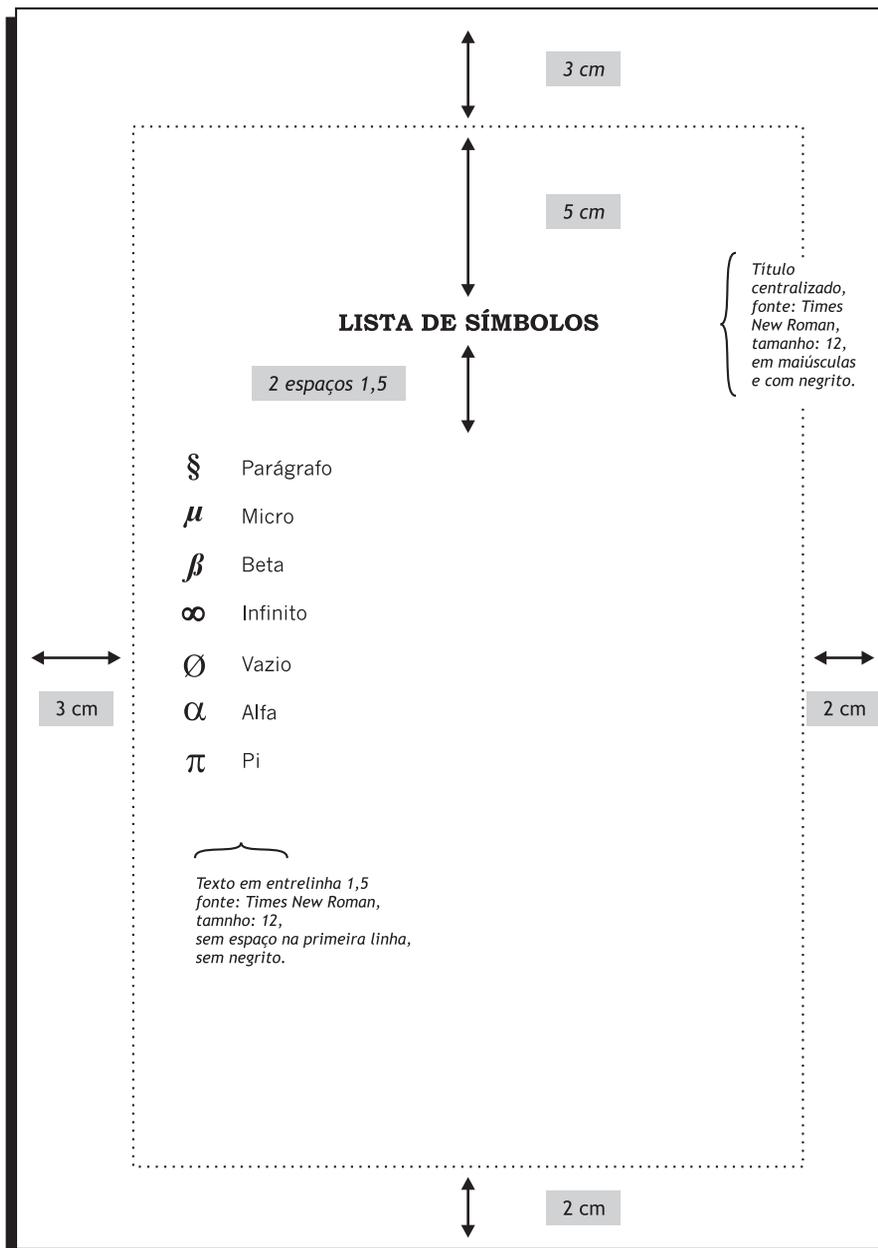
Anexo M – Modelo de lista de tabelas



Anexo N – Modelo de lista abreviaturas e siglas



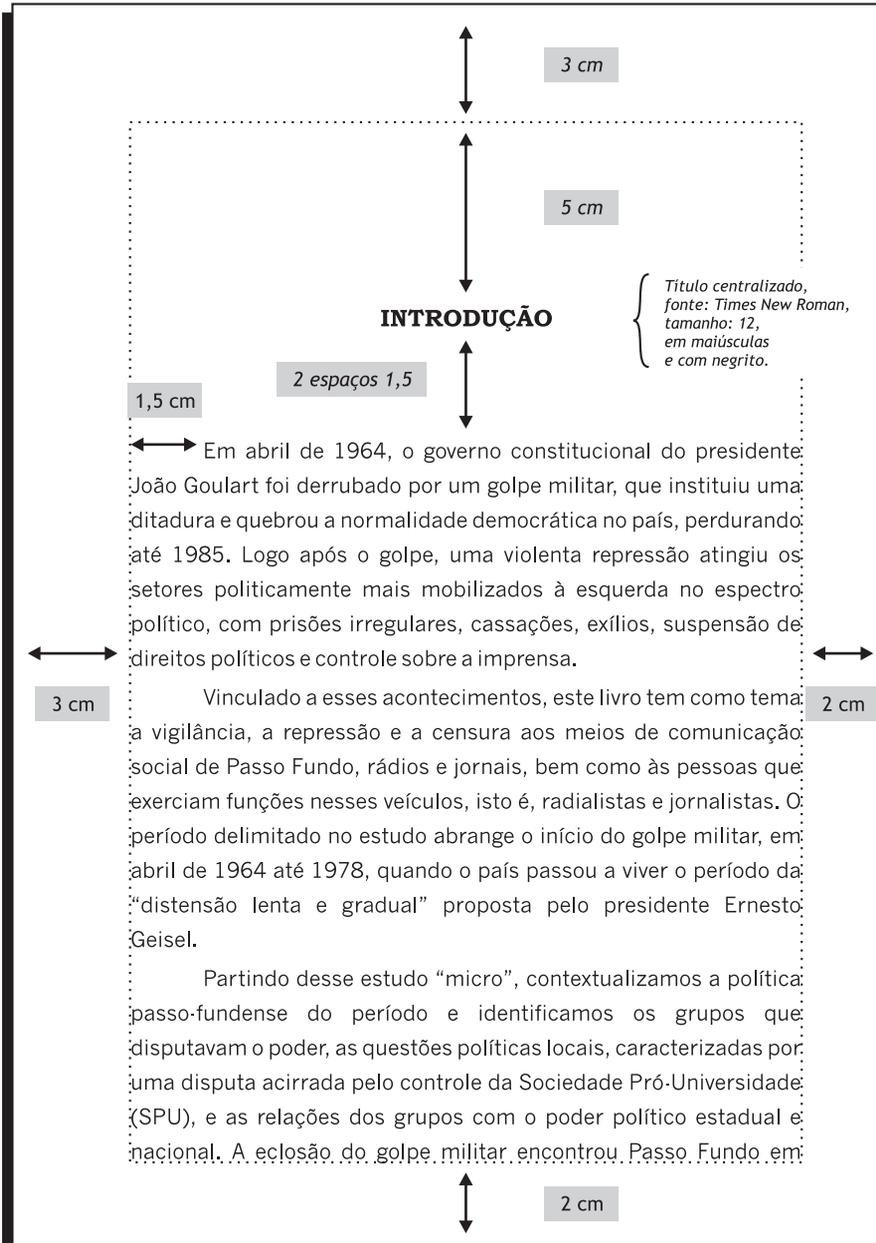
Anexo 0 – Modelo de lista de símbolos



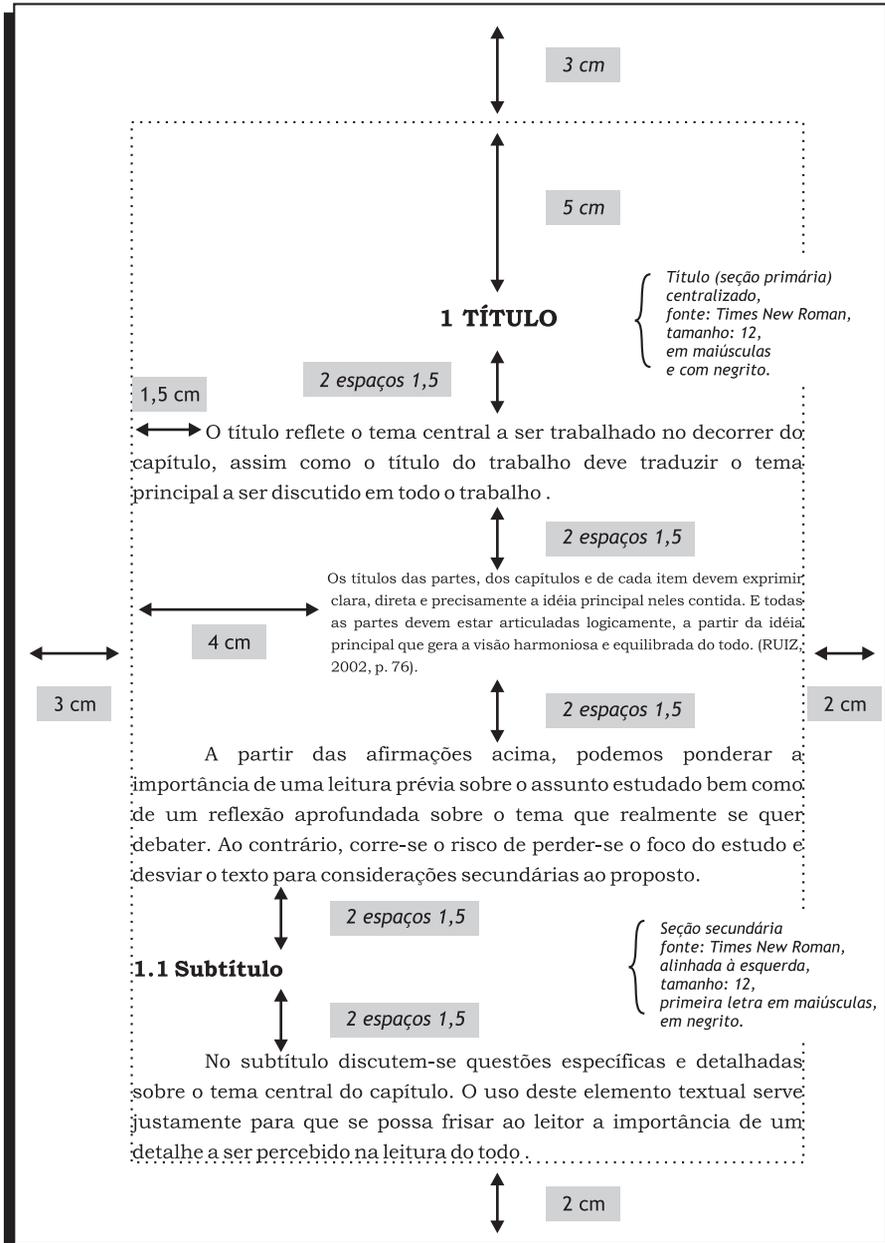
Anexo P – Modelo de sumário

		3 cm
		5 cm
	SUMÁRIO	<i>Título centralizado, fonte: Times New Roman, tamanho: 12, em maiúsculas e com negrito.</i>
	2 espaços 1,5	
	INTRODUÇÃO	07
	1 INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS	13
	1.1 Novas tecnologias	19
	1.2 Internet/intranet	25
	1.2.1 Vantagens e diferenças	30
	1.2.1 Custos e implantação.	36
3 cm	1.3 Biblioteca virtual	45
	2 A PROGRESSÃO DA TECNOLOGIA	65
	2.1 Tecnologia como facilidade	75
	2.2 Alcance e malefícios	90
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	112
	REFERÊNCIAS	117
	APÊNDICE	119
	ANEXOS	
	ANEXO A - Página da internet.	123
	ANEXO B - Página da biblioteca	124
		2 cm

Anexo Q – Modelo de introdução

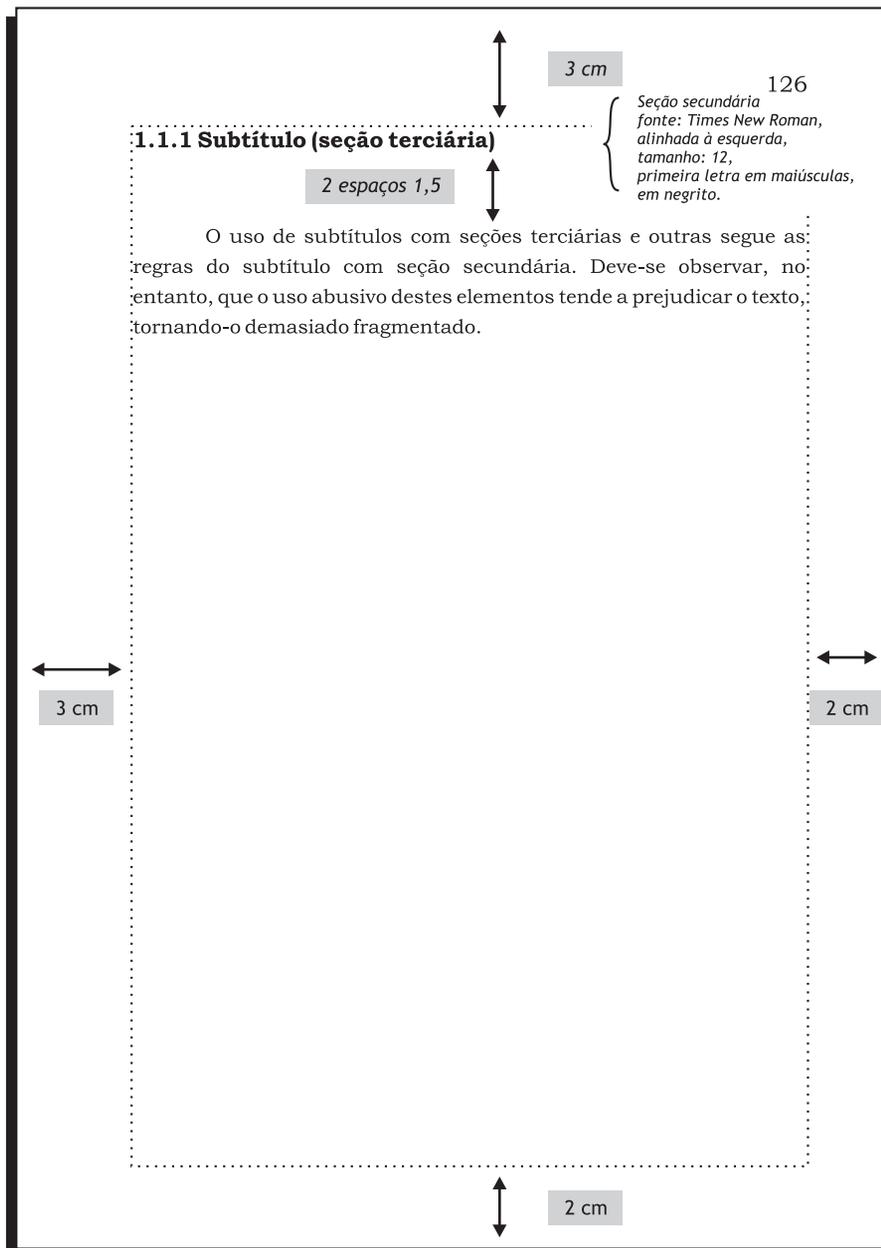


Anexo R – Modelo de desenvolvimento (início de um capítulo)

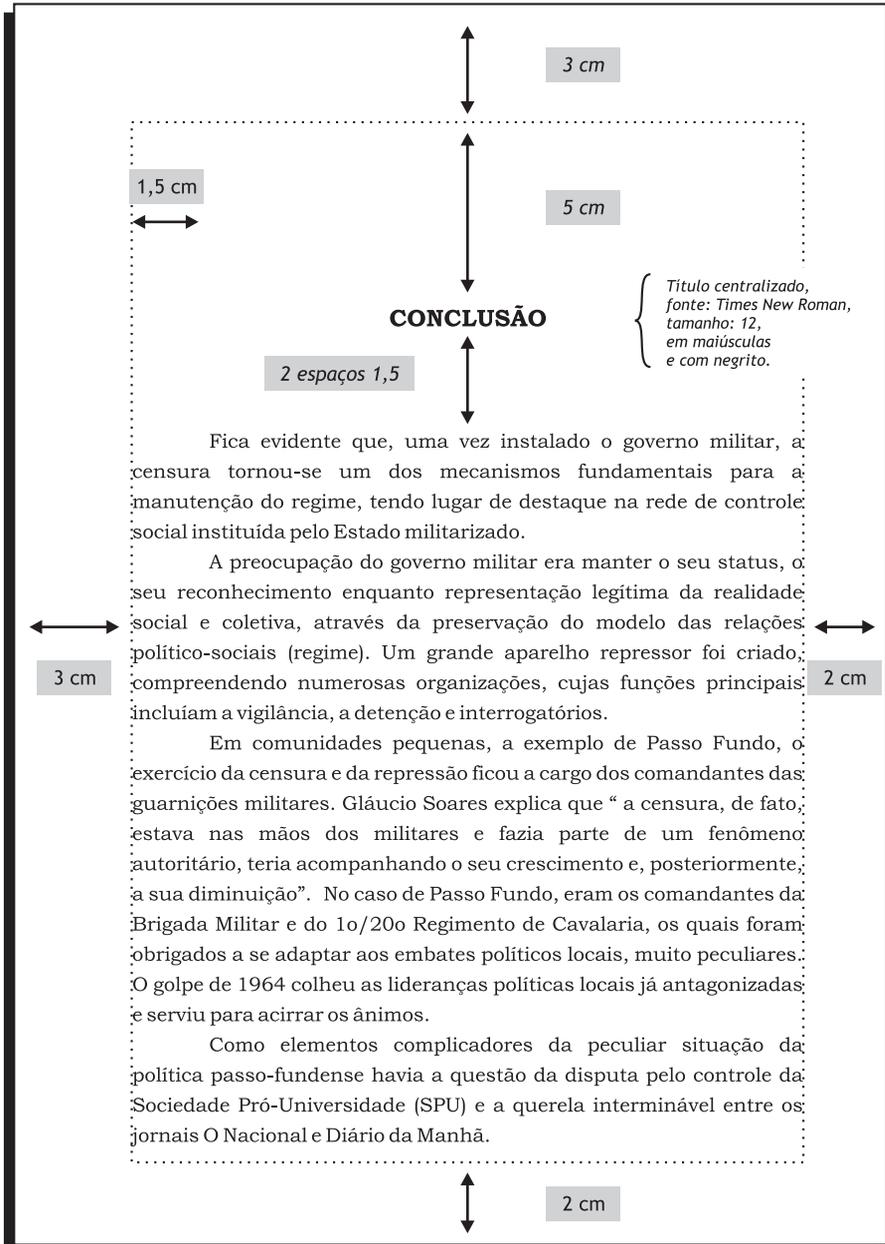


Anexo S – Modelo de desenvolvimento

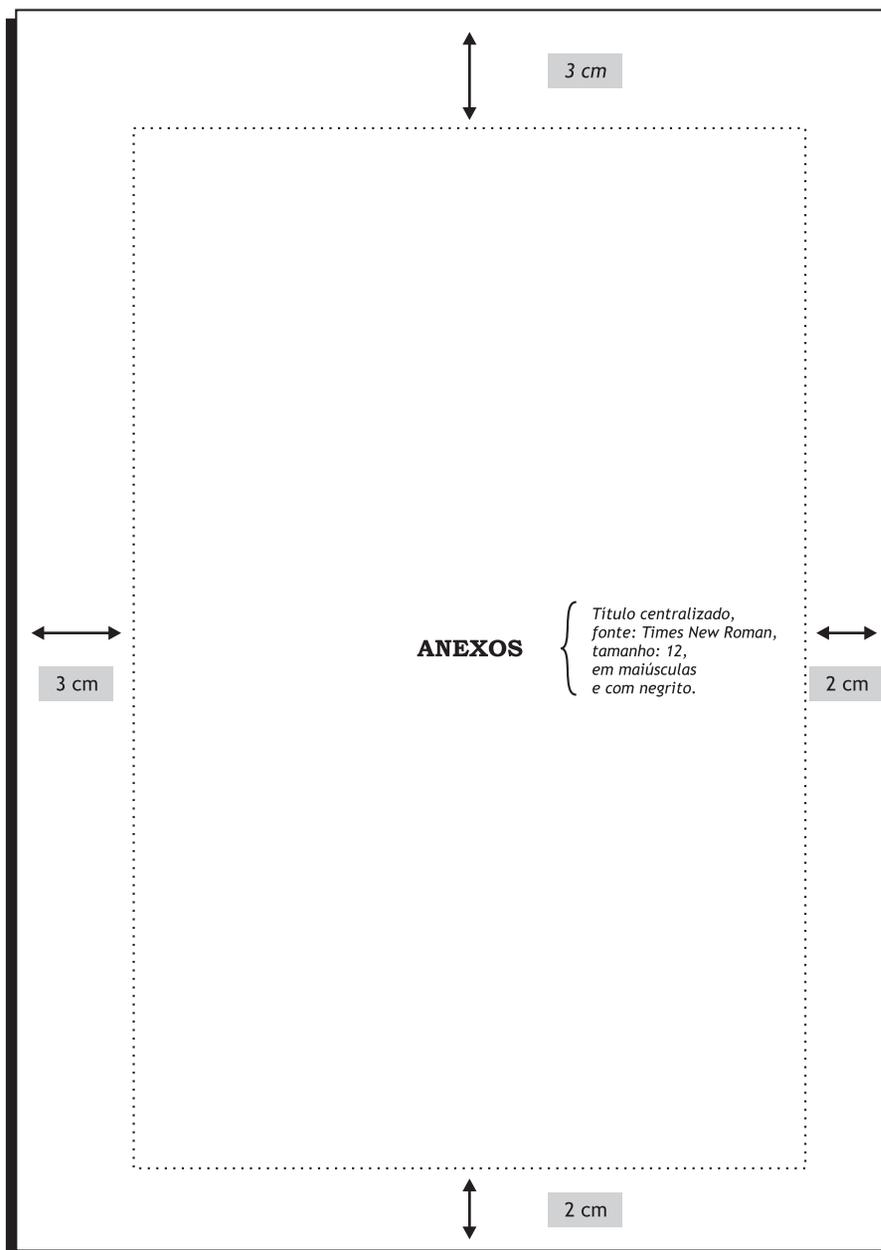
(página subsequente ao início de um capítulo)



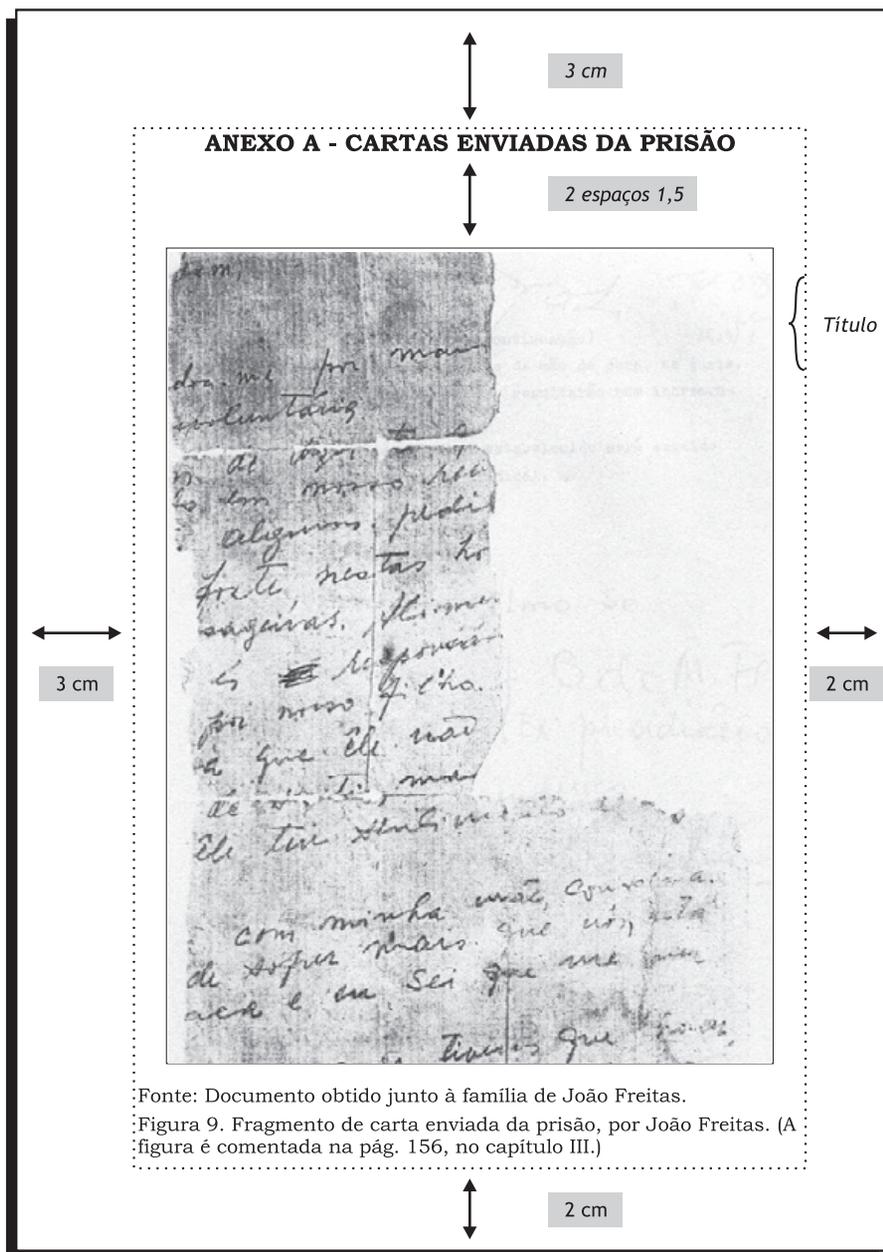
Anexo T – Modelo de conclusão



Anexo V – Modelo de capa de anexo



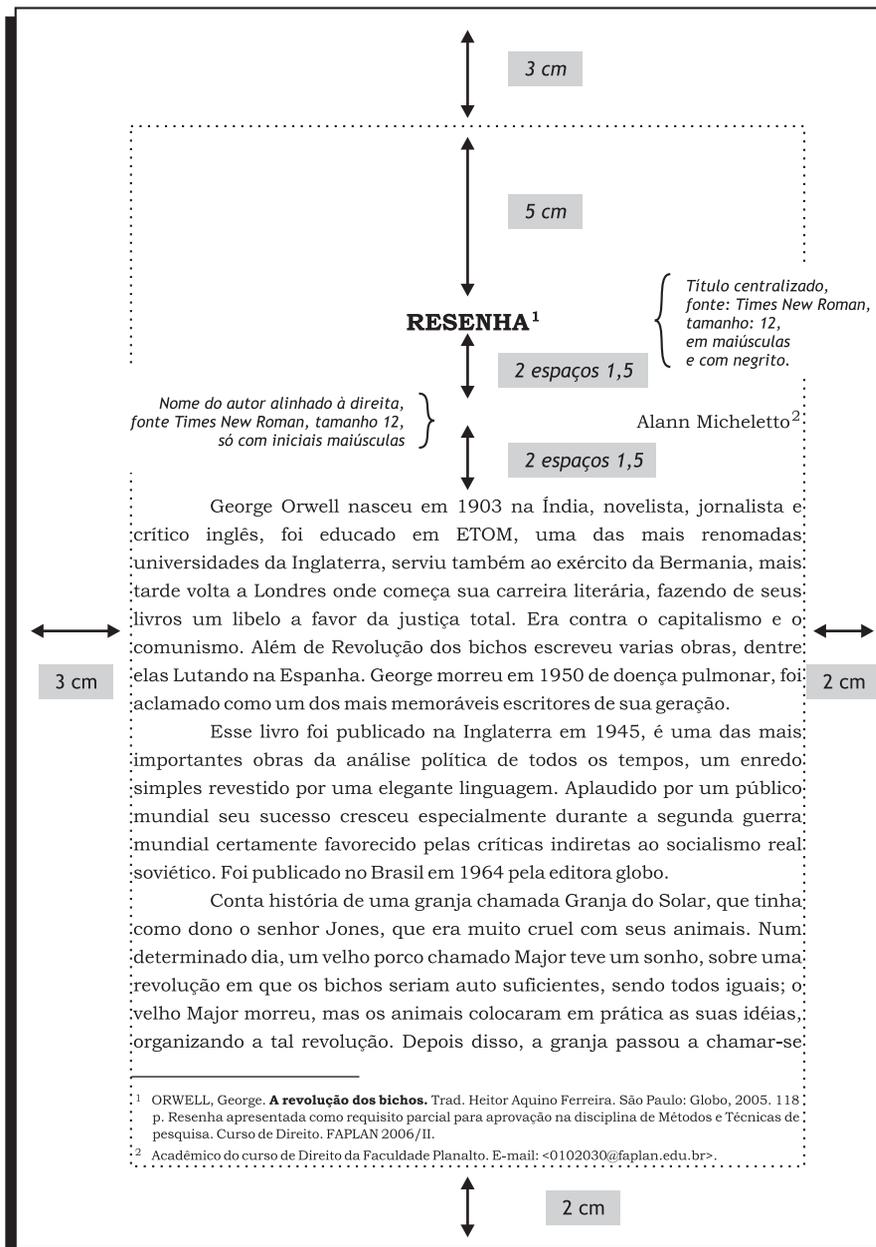
Anexo X – Modelo de anexo



Fonte: Documento obtido junto à família de João Freitas.

Figura 9. Fragmento de carta enviada da prisão, por João Freitas. (A figura é comentada na pág. 156, no capítulo III.)

Anexo Z - Modelo de resenha



2

3 cm

Granja dos Bichos, quem administrava tudo era também um porco: chamado Bola-de-Neve, que seguia o princípio do “animalismo” e mesmo: sendo superior em quesito de inteligência e cultura em relação aos outros: animais, sempre considerou-se igual a todos, não tendo privilégios por: causa da sua condição.

Havia um assistente chamado Napoleão, que na cobiça pelo poder: traiu o seu amigo e assumiu a administração da Granja dos Bichos.: Napoleão tornou-se competente e justo no começo, mas depois passou a: desrespeitar os Sete Mandamentos, os quais guiavam sua conduta.: Aproximadamente cinco anos, depois, Napoleão já ocupava a casa do: senhor Jones, bebia álcool, vestia roupas do ex-dono, andava somente: sobre duas pernas e convivia com seres humanos. Enfim, agia em benefício: próprio, instalando um regime ditatorial, dominando e hostilizando os: demais animais considerados seres inferiores e sem direito. Não era mais: possível distinguir, quando reunidos à mesa, o porco tirano e os homens: com quem confraternizavam. Napoleão saiu vitorioso graças à ajuda de: Garganta, que através de bons argumentos, convencencia os animais de que: tudo o que acontecia era para o bem deles.

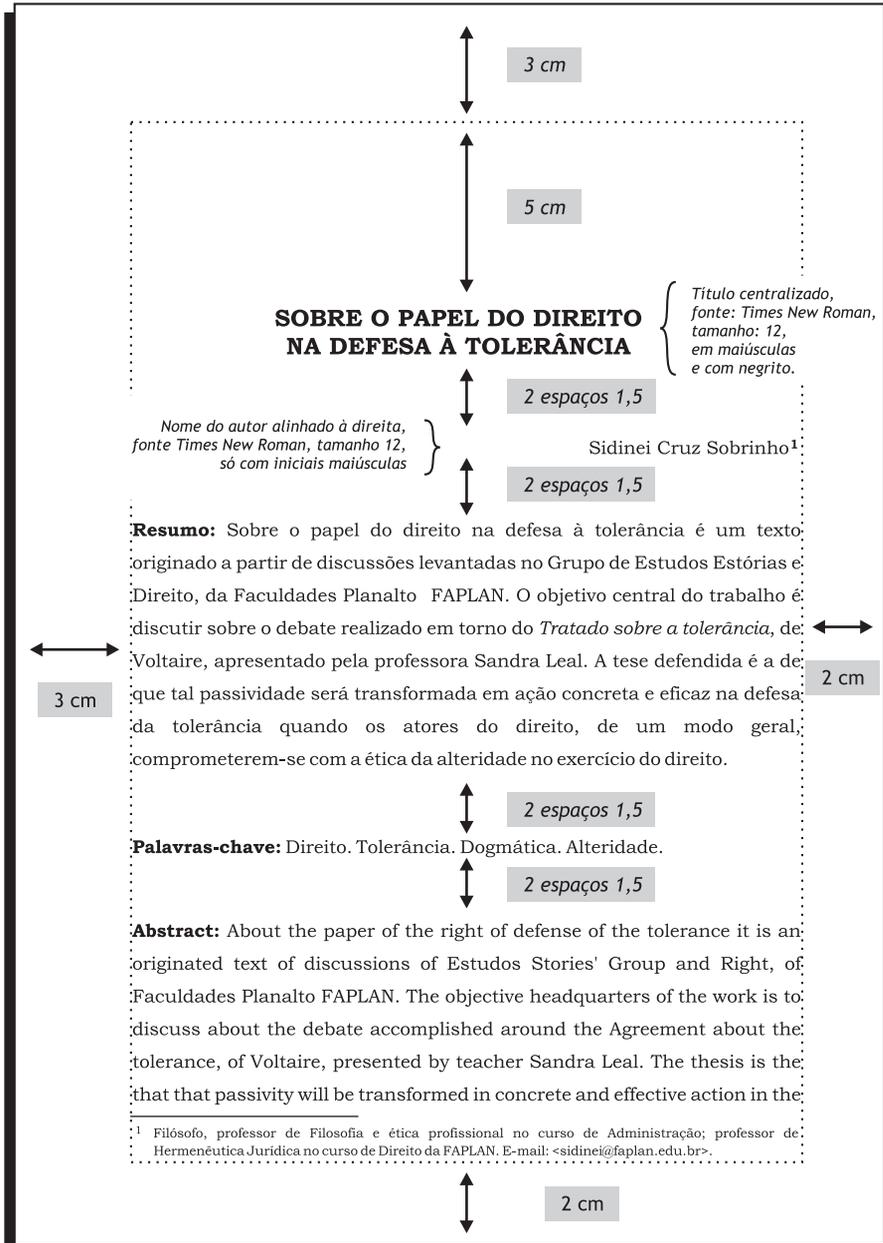
3 cm

Esse livro é uma obra que de maneira simples aborda um tema: complexo. Da realidade de quem chega no poder e tem, geralmente, o intuito: de melhorar a vida da comunidade sem beneficiar-se com isso. Entretanto, 2 cm sempre haverá alguém por trás desse com segundas intenções, almejando: tal poder para benefício próprio, esquecendo-se da comunidade. E o pior é: que isso torna-se aceito pela sociedade, visto que, geralmente, há alguém: preparado com fortes argumentos para ludibriar a todos de que tudo está: sendo feito para o próprio bem e melhoria da comunidade.

Essa obra é indicada a todos os acadêmicos, em especial aos do: curso de Direito, visto que o interesse por tal assunto é de suma: importância para ampliar o conhecimento científico, pois esse livro relata: um caso totalitarista, deixando de lado os direitos naturais. A história: contempla o uso abusivo do poder de um líder que chegou ao mais alto cargo: com o consentimento de todos, porque seu ideal era ajudar toda a: comunidade, porém não foi bem assim, a realidade mostrou que ele mentia: com argumentos consistentes parecendo verdade, mas ninguém poderia: imaginar que era tudo “enganação”. No entanto, os “pobres” animais: deixaram-se convencer de que aquilo tudo era feito para melhorar as suas: vidas algum dia.

2 cm

Anexo A2 - Modelo de artigo científico



defense of the tolerance when the actors of the right, in general, they be committed with the ethics of the alteridade in the exercise of the right.

Key words: Right. Tolerance. Dogmatic. Otherness.

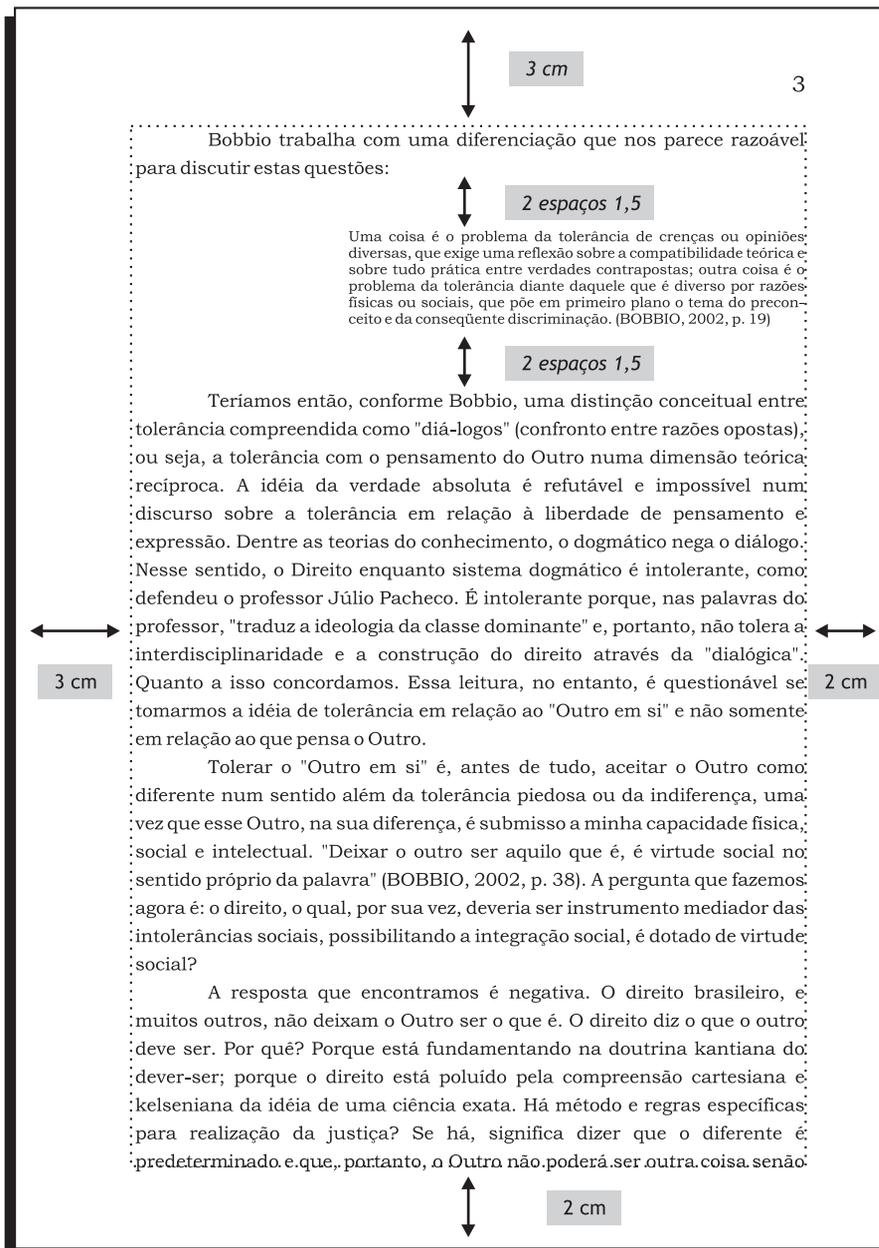
INTRODUÇÃO

Dentre as várias discussões levantadas pelo grupo Estórias e Direito da FAPLAN, Kafka, Sófocles dentre outros, a que nos leva a tecer alguns comentários extras é a referente ao estudo do *Tratado sobre a tolerância*, de Voltaire.

O trabalho que ora apresentamos pretende demonstrar a importância dos debates acadêmicos que visam à construção do conhecimento através da troca interdisciplinar de idéias. Por esse motivo é que trabalharemos principalmente a partir do exposto pelos envolvidos na apresentação do tema. O passo seguinte será a tentativa de esclarecimento conceitual e proposta de compreensão semântica sobre o papel do direito na defesa à tolerância.

1 Estabelecendo a problemática sobre o direito e a tolerância

Os comentários iniciais apresentados pela professora Sandra Leal ocorrem justamente em torno do contexto histórico de intolerância religiosa em que vive Voltaire. Uma das intolerâncias mais "repudiadas" pelos pensadores da época era a intolerância em relação à liberdade de pensamento e expressão. Nesse sentido, vale ressaltar que a discussão sobre a tolerância marca, no curso de Direito da FAPLAN, a formação do Grupo Tolerância 100%, que pretende discutir sobre a homofobia. A questão que se instaura inicialmente é sobre a qual tolerância falamos? Até que ponto devemos tolerar os intolerantes? O discurso contra os intolerantes já não é por si só uma atitude de intolerância? O direito enquanto sistema dogmático é tolerante ou intolerante?



aquilo que sempre foi. O dever-ser é dogmático e, como vimos e concordamos, intolerante em relação ao pensamento contrário.

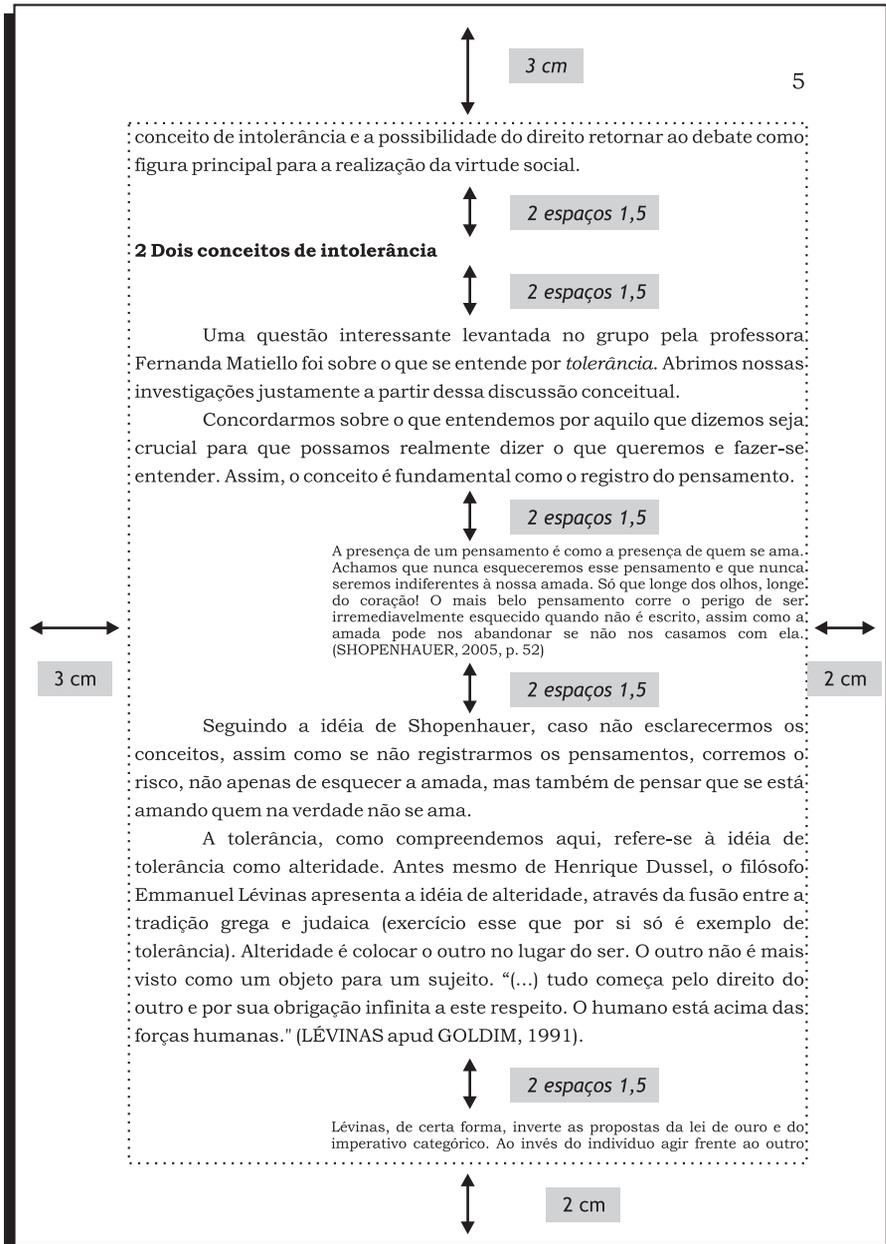
É intolerante porque posiciona-se e não admitindo diálogo. O tolerante também se posiciona, mas para exigir o diálogo. Ora, por uma obrigação lógica devemos admitir que, nesse sentido, o discurso do tolerante é também intolerante, pois pressupõe a dialógica como necessária e verdadeira, logo, a única capaz de possibilitar a virtude social. Caso admitirmos essa compreensão, o discurso do tolerante pode ser comparado ao discurso do cético que, pretendendo refutar o dogmático, ele mesmo cai na própria armadilha.

Por outro lado, considerando a dimensão da tolerância do Outro em si, que é diferente em relação à tolerância teórica, defendemos a tese de que o direito não é intolerante mas "passivo". Isso porque não se posiciona em defesa do direito à diferença. É um instrumento ineficaz. Não o faz porque está predeterminado pelo que deve-ser, isto é, a dimensão teórica prevalece sobre a dimensão humana. Nessa perspectiva, o direito é tão vazio quanto o formalismo kantiano.

A crítica de Hegel a Kant, que busca reconciliar direito e moral, apresenta claramente que não podemos compreender o homem como um cidadão de dois mundos (um numênico e outro fenomênico). A tolerância, para ser válida, deve considerar o humano em relação ao que pensa e ao que é enquanto tal. No entanto, caso nosso raciocínio esteja correto, poderemos afirmar que o direito é intolerante enquanto teórico, mas se omite, no que tange à real, defesa de deixar o Outro ser o que é. Ora, novamente por obrigação lógica devemos admitir que a omissão é uma ação passiva. O direito, agora se revela Pilatos que deve julgar, sabe o que é justo, mas lava as mãos frente o direito de Cristo ser Cristo. Nesse caso, a multidão foi intolerante e o direito, na figura de Pilatos, foi passivo.

Outro exemplo que nos possibilita demonstrar essa tese é o do próprio caso da morte de Jean Calas, acusado de ter matado o filho que iria converter-se ao catolicismo. Nesse caso, Voltaire demonstra a fragilidade do direito não como intolerante, mas como uma "profusão de coisas inúteis" (PIMENTA, 2002, p. 1). Quer dizer, ainda pior que uma pessoa ou sistema intolerante é uma pessoa ou sistema (jurídico) inútil. Dizem que a filosofia é uma ciência com a qual e sem a qual tudo permanece tal e qual. Às vezes, pergunto-me se não se pode dizer o mesmo sobre o direito dogmático.

Apresentada nossa tese sobre a *situa-ção* do direito ou ausência dela frente à tolerância, permitimo-nos, agora, discutir um pouco melhor o:



como gostaria de ser tratado e que isto deveria ser uma norma universal, é a descoberta do outro que impõe a conduta adequada. De acordo com Christian Descamps, "a relação com o Outro é a base de uma co-presença ética". Cada um é constantemente confrontado com um próximo. Não sou Eu frente ao Próximo, (Outro), mas sim os Outros continuamente frente a Mim. Esta proposta rompe com a perspectiva autonomista individual para, remetê-la a uma visão de rede social. Deixa de ter sentido a máxima: "A minha liberdade termina quando começa a dos outros", sendo substituída pela proposta de que a minha liberdade é garantida pela liberdade dos outros. (GOLDIM, 1991, p. 85)

2 espaços 1,5

O conceito de tolerância que defendemos é a idéia de tolerância compreendida como exercício da alteridade. Nos discursos sobre tolerância, facilmente percebe-se um discurso piedoso, onde a aceitação do outro dá-se através da compreensão do outro como diferente porque incapaz de ser bom. Dessa compreensão nasce o preconceito. "O preconceito é uma opinião errônea tomada fortemente por verdadeira. (...) e a consequência principal do preconceito de grupo é a discriminação." (BOBBIO, 2002, p. 103).

2 espaços 1,5

2.1 A passividade do sistema jurídico na defesa da alteridade

3 cm

2 cm

2 espaços 1,5

Devemos admitir que preconceitos são facilmente verificáveis na dogmática jurídica. Veja-se, por exemplo, a idéia de "mulher honesta" (art. 215 e 216 CP). Posse sexual mediante fraude com prostitutas ou com "mães-solteiras", não configura crime, uma vez que estas não se enquadram na norma positivada machista e conservadora? União homoafetiva (homossexual) não é união estável e sim sociedade de fato, porque dois homens ou duas mulheres não podem se amar e viver maritalmente? Muito embora a nova hermenêutica possibilite aos juízes refutar tais silogismos jurídicos, sabemos que ainda são poucos os juristas capazes de ousar a alteridade através do direito.

Assim como afirmou Sartre em relação à liberdade fazemos nós em relação à alteridade: estamos condenados à alteridade. (...) Não há como fugir do face a face. Dessa forma, o que nos preocupa é: qual atitude que o Eu (o Mesmo) de cada um toma nessa relação ou, ainda, no fechar-se à

² Sinteticamente, poderíamos dizer que por "Outro" Levinas entende o homem que se exterioriza, não o ser ontologizado pela filosofia grega. O "Outro" é aquele que sai de si, porque na presença do Outro, abre-se à exterioridade.

2 cm

3 cm

relação com o Outro? Que responsabilidade o Eu assume frente ao Outro?
(CRUZ SOBRINHO, 2004, p. 2)

Para que o direito possa sair da passividade e da intolerância no cenário moderno deve restabelecer a relação entre direito e moral numa perspectiva ética.

2 espaços 1,5

As reivindicações de movimentos negros e feministas, grupos ecológicos, movimentos *gay*, grupos indígenas e outros atestam hoje a inevitabilidade de se aprofundar as relações de solidariedade e alteridade para o pleno exercício da cidadania: o igualitarismo se manifesta cada vez mais pela diversidade do pluralismo democrático. (NYTHAMAR, 2003, p. 179)

2 espaços 1,5

Ao contrário, o direito além de intolerante, passivo (omisso) é também causador de discriminação pelo modo como julga. “A periculosidade dos preconceitos coletivos depende do fato de que muitos conflitos entre grupos, que podem até mesmo degenerar violência, derivam do modo distorcido com que um grupo social julga o outro, gerando incompreensão, rivalidade, inimizade, desprezo ou escárnio”. (BOBBIO, 2002, p. 105). Quando os julgamentos jurídicos são distorcidos, como o caso Jean Calas, apresentado por Voltaire, ocorre a formação do inconsciente coletivo discriminador.

3 cm

2 cm

O que se faz necessário é um novo direito e com ele uma nova ética pautados sobre a alteridade.

2 espaços 1,5

A construção dessa nova ética passa pelo reconhecimento de que a racionalidade instrumental, vigente e hegemônica no processo pautado pelo binômio ciência-tecnologia, haverá que ser superada por uma racionalidade dialógica e que respeita a alteridade como ponto de partida para a construção de novos ordenamentos sociais. O compromisso solidário com o outro, excluído é ponto de partida para a efetivação desse modelo dialógico. Neste sentido, processos de ordenamento do desenvolvimento humano com sustentabilidade implica articular espaços solidários pautados pelo reconhecimento das alteridades como parceiros autônomos e diversos no processo de construção de um presente e de um futuro comuns. (CARBONARI, 2003)

2 espaços 1,5

O novo direito a que nos referimos não se trata de uma reformulação constitucional. Trata-se, antes de tudo, de uma ação profissional dos juristas comprometida com a ética da alteridade. Gandhi afirmou que a

2 cm

religião mais bela que conheceu foi o cristianismo, entretanto, quando questionado do por que não ter então convertido-se ao cristianismo, respondeu: "porque conheci os cristãos". A analogia cai bem a maioria dos juristas. Se a constituição brasileira é dotada de princípios essenciais à realização da dignidade humana e, por conseguinte da própria tolerância a diferente, por que ela não é efetivada no Estado democrático de direito? A resposta é a mesma: porque conhecemos os juristas. Incluímos nessa idéia: os legisladores, os cientistas do direito, os filósofos do direito e todos aqueles que contribuem para a excelência da tolerância teórica, mas que não toleram o "Outro" e, muitas vezes, nem a si mesmos.

CONCLUSÃO

Trabalhamos brevemente duas idéias básicas: a de que o sistema jurídico brasileiro além de intolerante é também passivo; e a de que tal passividade será transformada em ação concreta e eficaz na defesa da tolerância quando os operadores do direito, de um modo geral, comprometerem-se com a ética da alteridade no exercício do direito.

Certamente os conceitos aqui apresentados são passíveis de questionamento. Questionamento esse necessário para que o diálogo ocorra e a argumentação possa ser conduzida a uma "dia-tópica" retórica (cf. BOAVENTURA). Assim podemos criar uma comunidade de discurso onde a tolerância aconteça, como preme BOBBIO, para além do próprio discurso.

Ensaíamos algumas lucubrações com intuito de provocar o debate, o qual realizou-se, ainda vai acontecer várias vezes no grupo Estórias e Direito com um perspectiva interdisciplinar. Pensamos que há uma grande dificuldade em revermos conceitos mesmo quando pretendemos defender a tolerância. Aliás, o primeiro desafio parece dar-se justamente na capacidade de tolerarmos a si próprios quando nos percebemos intransigentes. Ao contrário, corremos o risco de sermos demasiadamente intolerantes com os intolerantes.

Novamente, vale lembrar Bobbio quando diz que:

2 espaços 1,5

Os preconceitos nascem na cabeça dos homens. É preciso combatê-los na cabeça dos homens, isto é, com o desenvolvimento das consciências e, portanto, com a educação, mediante a luta incessante contra toda a forma de sectarismo. Existem homens que se matam por uma partida de futebol. Onde nasce esta paixão senão na cabeça deles? (...) Não é panacéia, mas creio que a democracia pode servir também para isso: a democracia, vale dizer, uma sociedade em que as opiniões são livres e portanto são forçadas a se chocarem e, ao se chocarem, acabam por se depurar. Para se libertarem dos preconceitos, os homens precisam antes de tudo viver numa sociedade livre. (BOBBIO, 2002, p. 116-118).

2 espaços 1,5

Sem a pretensão de ser pessimista, mas realista, a verdadeira tolerância está longe de ser alcançada. Muitos de nós estamos abertos à diferença, mas ainda tímidos na defesa desta. Quantos negros que não são miseráveis discursam abertamente contra a discriminação racial, mas excluem os miseráveis? Quantos portadores de necessidades especiais exigem seu espaço, mas discriminam os homossexuais? Quantos intelectuais raciocinam a paz perpétua, mas não são capazes de sair da academia e dialogar com o analfabeto moribundo nas ruas? Quantos sacerdotes gritam nos púlpitos o amor ao próximo, desde que ele seja cristão? Quantas culturas se julgam boas porque são liberais e feministas, mas deixam morrer de fome os seus filhos?

São muitas as perguntas que provocam os próprios defensores da tolerância, mas precisam ser feitas para não vivermos novamente a promessa messiânica. É preciso ainda mais coragem para assumir nossos limites e o limite do nosso discurso.

2 espaços 1,5

É preciso ser sincero? Todas as verdades são boas de ouvir? A sinceridade é em absoluto incondicionalmente boa, pois é nela que se nota a ocorrência instantânea da coragem. Dizer a verdade a quem amamos é o mesmo que tomar a decisão de dizer o que somos. (PLUTARCO, 2003, p. XXV)

2 espaços 1,5

Eis o Outro a tua frente. Como irás agir sabendo que ele é o que é e pensa o que pensa, e que isso pode ser diferente daquilo que és e daquilo que pensas?

2 cm

3 cm

↑

3 cm

↓

REFERÊNCIAS

BOBBIO, Norberto. **Elogio da serenidade e outros escritos morais**. São Paulo: UNESP, 2002.

CARBONARI, Paulo César. **Direitos humanos: uma reflexão acerca da justificação e da realização**. Passo Fundo: IFIBE.

CRUZ SOBRINHO, Sidinei. **Negação da alteridade como negação dos direitos humanos: deficiência ética da sociedade contemporânea**. 2004. PUCRS.

FISCHER, Louis. **Gandhi: sua vida e mensagem para o mundo**. Trad. Raul de Polillo. São Paulo: Martin Claret, 1983.

GOLDIM, JOSÉ Roberto. Descamps C. **As idéias filosóficas contemporâneas na França**. São Paulo: Jorge Zahar, 1991

LEAL, Sandra. **Tratado sobre a tolerância, de Voltaire**. Oficina ministrada na Faculdade Planalto. Passo Fundo: FAPLAN, 2006, 15 de dezembro 19h.

MATIELLO, Fernanda. **Tratado sobre a tolerância, de Voltaire**. Oficina ministrada na Faculdade Planalto. Passo Fundo: FAPLAN, 2006, 15 de dezembro 19h.

OLIVEIRA, Nythamar Fernandes de. Os desafios normativos da justiça global segundo John Rawls. **Revista de Filosofia Política**, Série III, n. 4, "O Terror", org. Denis Rosenfield e Jean-François Mattéi, p. 171-189.

PACHECO, Julio. **Tratado sobre a tolerância, de Voltaire**. Oficina ministrada na Faculdade Planalto. Passo Fundo: FAPLAN, 2006, 15 de dezembro 19h.

PLUTARCO. **Como tirar proveito de seus inimigos**, seguido de Da maneira de distinguir o bajulador do amigo/PLUTARCO; prefácio e notas de Pierre Maréchaux; Trad. Isis Borges B. da Fonseca. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

PIMENTA, Jussara Santos. Voltaire: o versejador, o literato, o comunicador. **Revista Eletrônica Print**, by UFSJ <http://www.funrei.br/publicações/>; Metavnoia. São João del-Rei, n. 4, p. 53-66, jul. 2002

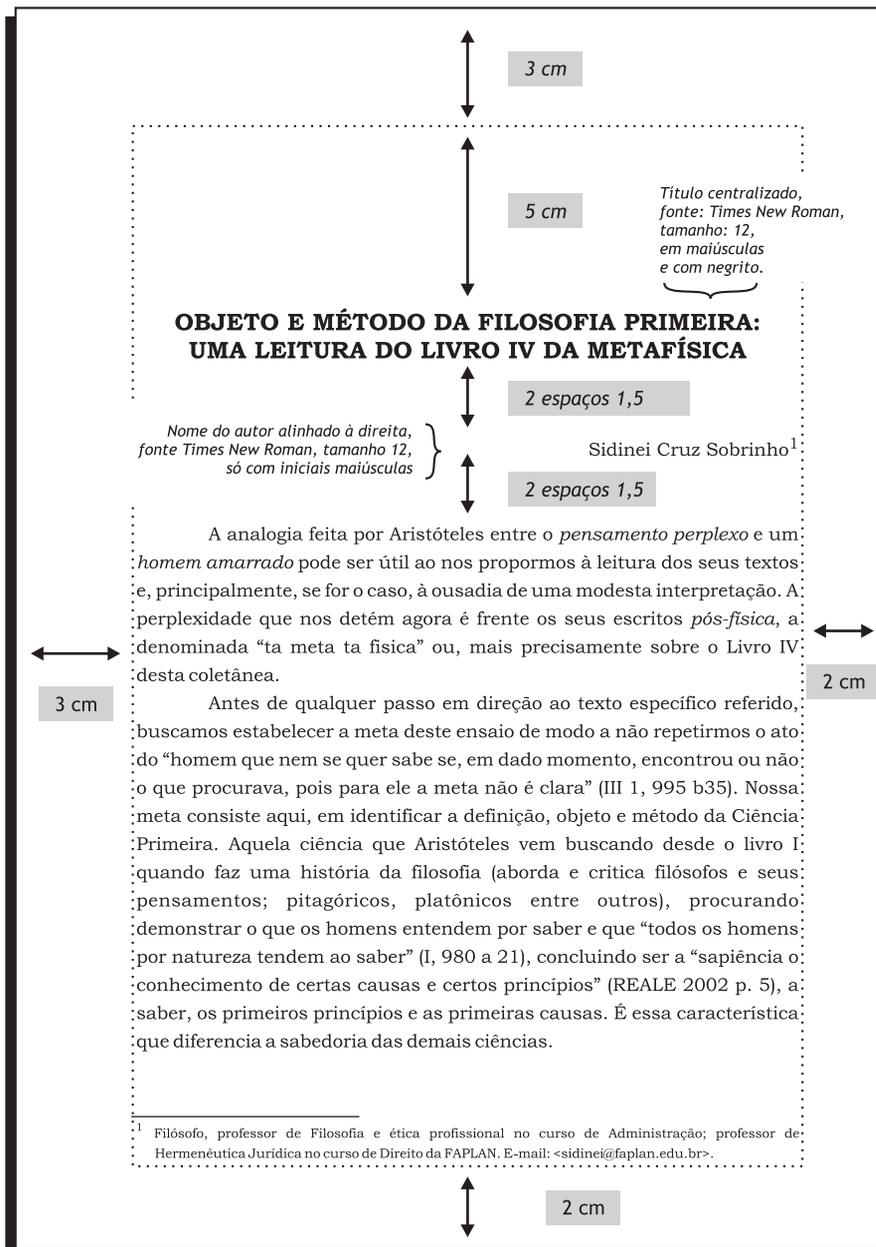
SHOPENHAUER, Arthur. **A arte de escrever**. Porto Alegre: L&PM, 2005.

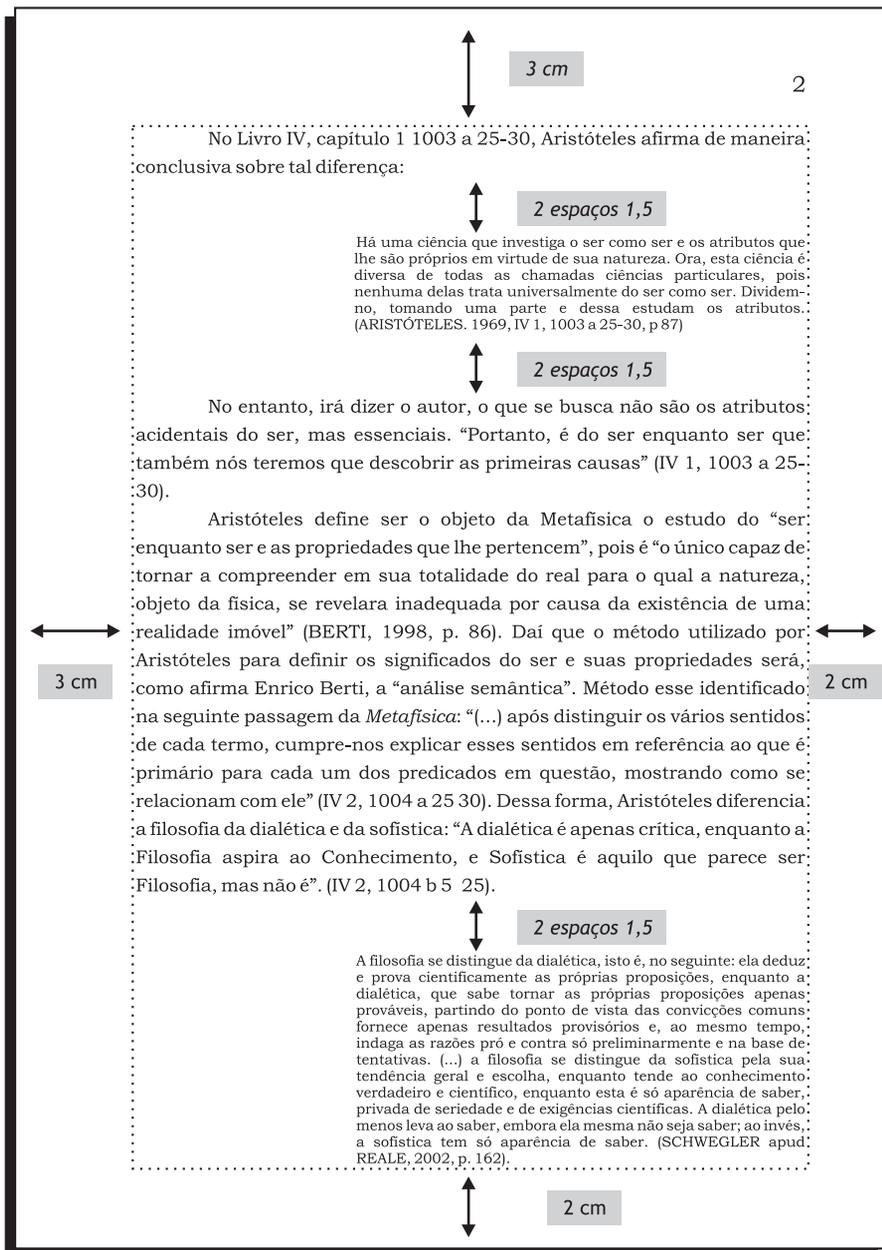
↑

2 cm

↓

Anexo B2 - Modelo de ensaio





3 cm

3

Conforme Schwegler, nesse esclarecimento feito sobre a diferenciação entre filosofia, dialética e sofística, podemos perceber que ele apresenta a dialética como uma forma de saber. O que nos faz lembrar da diferenciação feita por Aristóteles ainda no Livro I da *Metafísica*, entre *saber* e *conhecer*. E o objetivo da metafísica é o conhecimento. A dialética aristotélica diferencia-se da dialética platônica pela análise semântica. É a “distinção entre os múltiplos significados do ser, que permite descobrir os autênticos princípios do ser, em vez daqueles postos por Platão”. (BERTI, 2002, p. 86).

O papel da Filosofia Primeira será, a partir deste método, estudar todas as coisas, dentre elas a unidade e a multiplicidade: “é trabalho de uma só ciência investigar os contrários, e a pluralidade é o contrário da unidade (...) e todas as noções que se ligam, ademais do um, também ao múltiplo: negação, privação, diverso, dessemelhante, desigual, contrariedade e diferença” (IV 2, 1004 a 10 30). Também “compete ao filósofo, isto é, ao que estuda a natureza de toda substância, pesquisar também os princípios do silogismo” (IV 3, 1005 b 5).

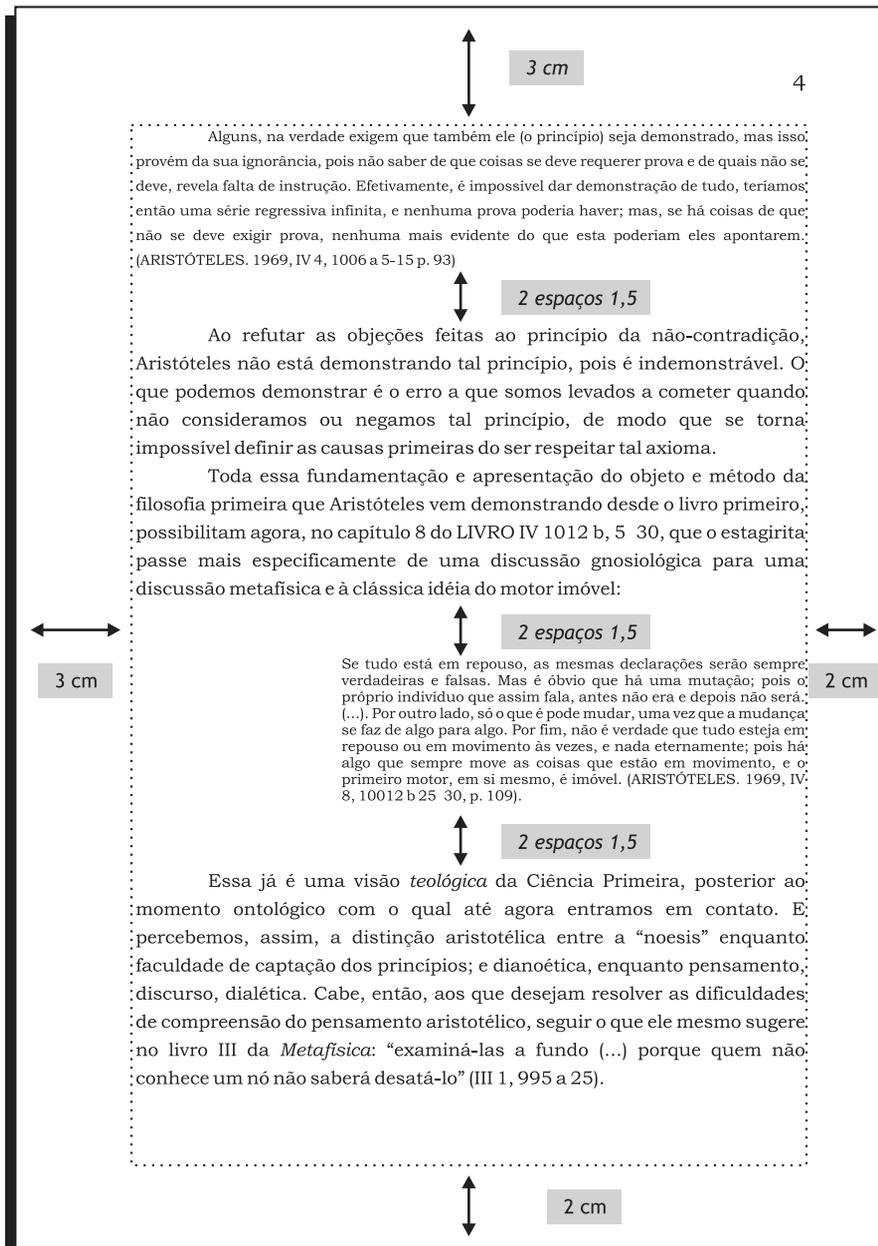
A partir dessa delimitação do objeto e do método da Filosofia Primeira, é que Aristóteles define o primeiro princípio, o qual não deve ser hipotético e sim o mais bem conhecido: “o mesmo atributo não pode, ao mesmo tempo, pertencer e não pertencer ao mesmo sujeito com relação à mesma coisa” (IV 3, 1005 b 20).

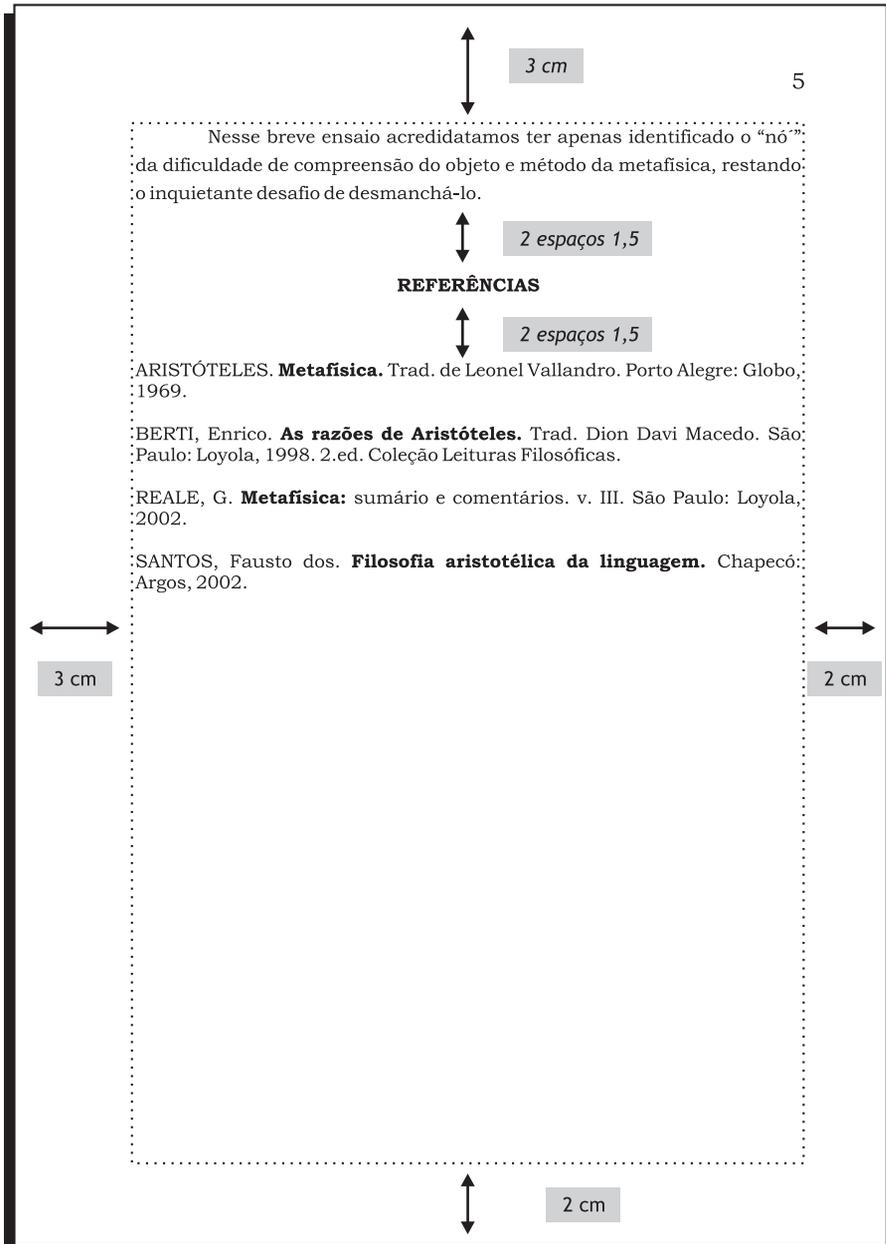
O princípio da não-contradição é considerado por Aristóteles como sendo uma *lei* do ser. Pois é a partir dele, ou melhor, sobre ele, que deve ser estruturado o conhecimento. Tal princípio é o mais certo de todos, pois “é tão geral e oníabrange quanto o próprio conceito do qual pretende ser princípio, o ser” (SANTOS, 2002, p.136). Podemos então chamá-lo de “princípio ontológico”.

O princípio da não-contradição é condição para o conhecimento, pois está presente de forma imediata ao ser e o afirmamos dada a potencialidade presente na essência humana, na racionalidade, que nos permite expressar, pela linguagem, esta lei do ser.

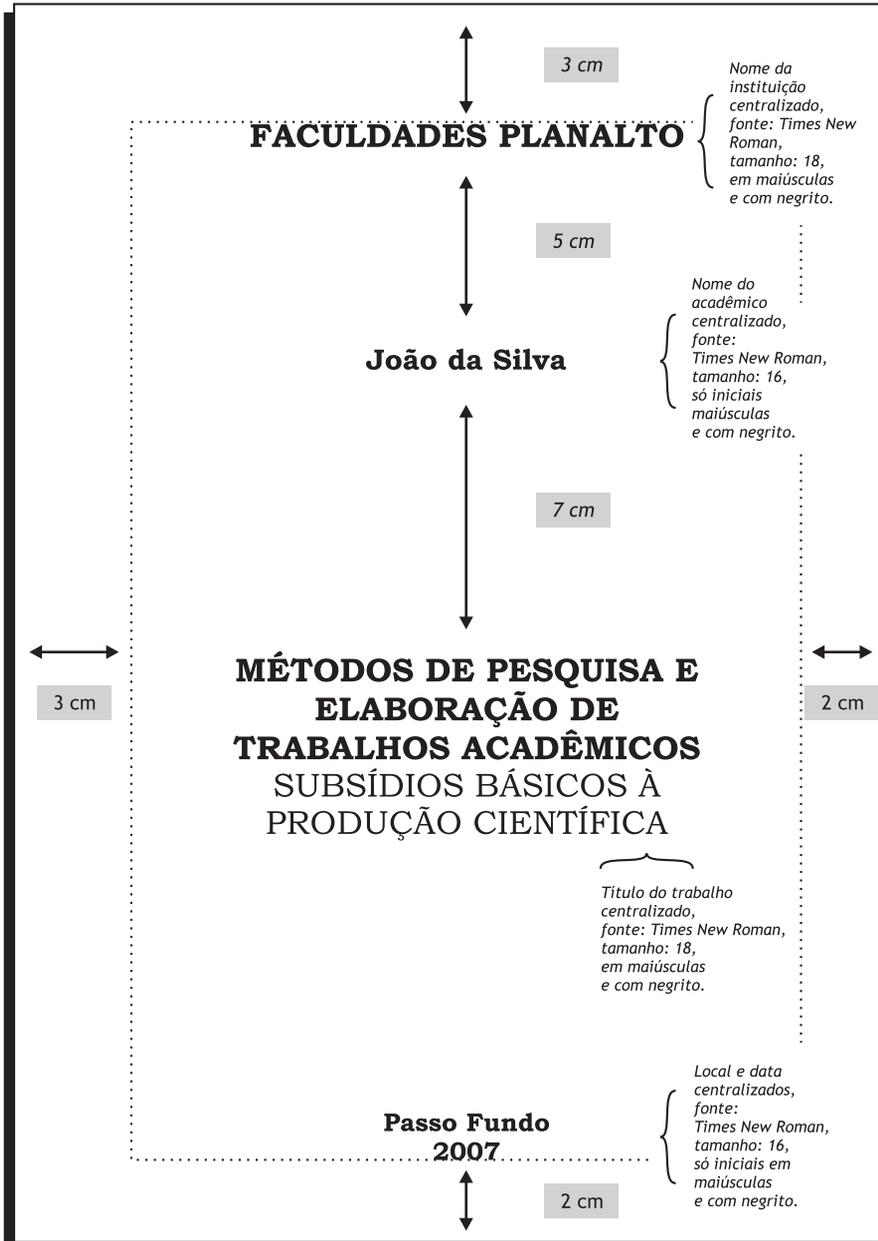
No decorrer seguinte à formulação desse princípio, Aristóteles considera as objeções feitas pelos que venham a questionar tal princípio e apresenta, por sua vez, a refutação de tal objeção:

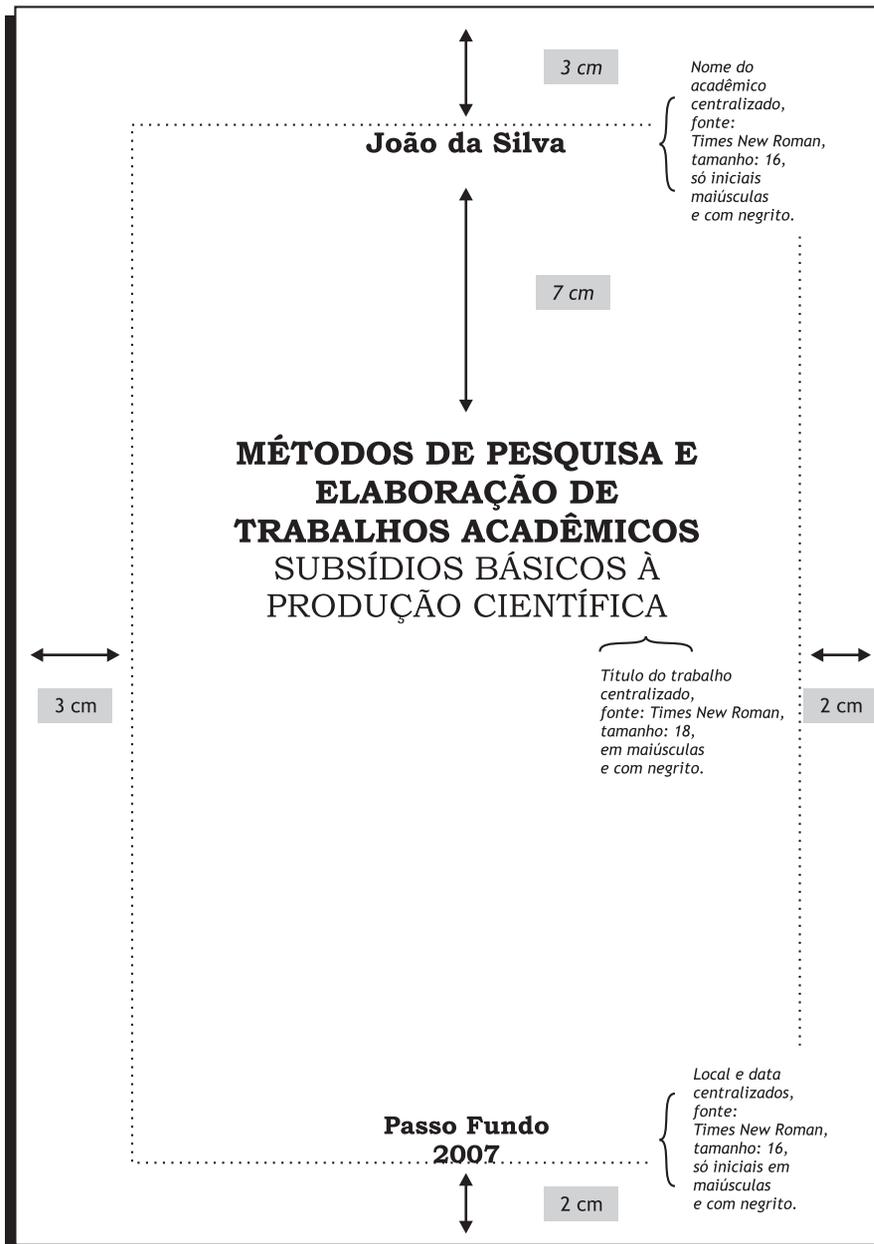
2 cm

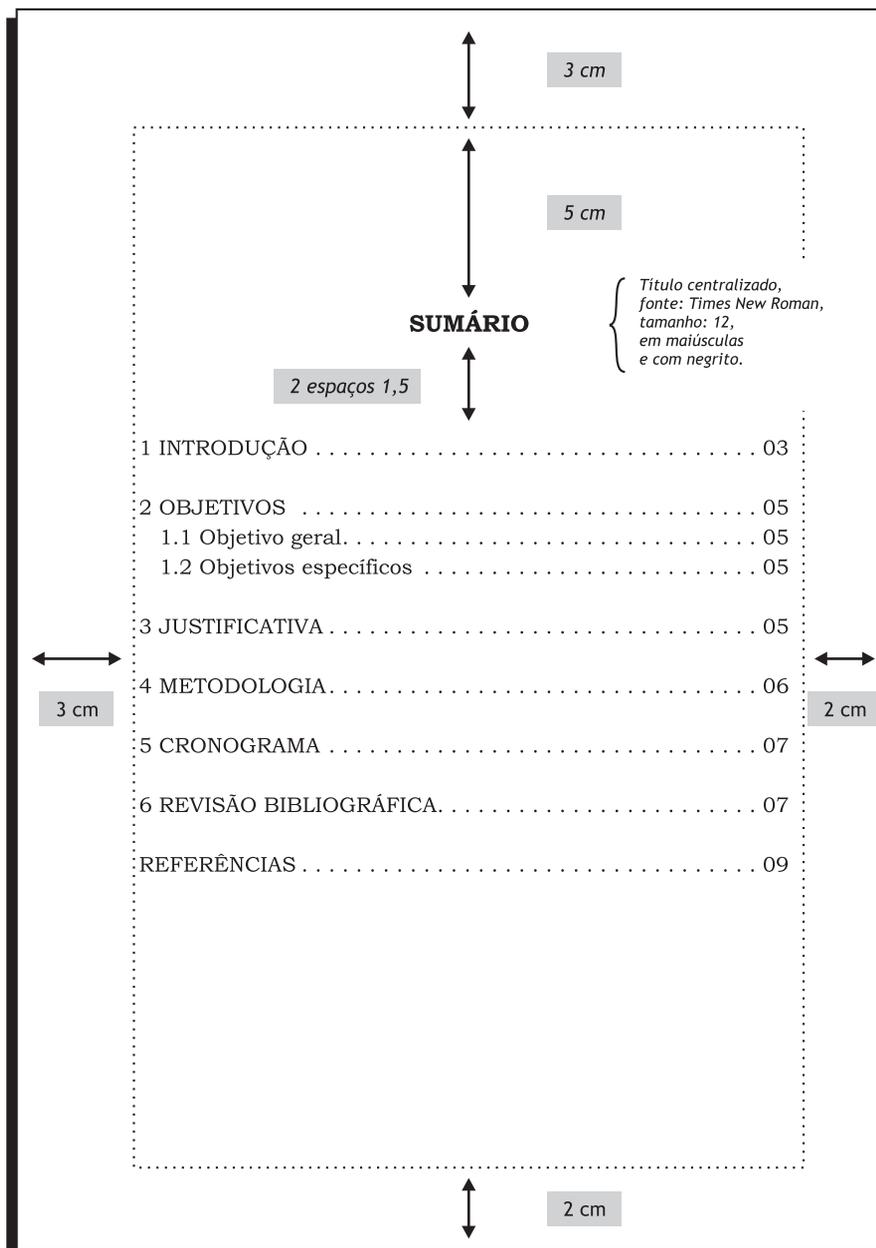


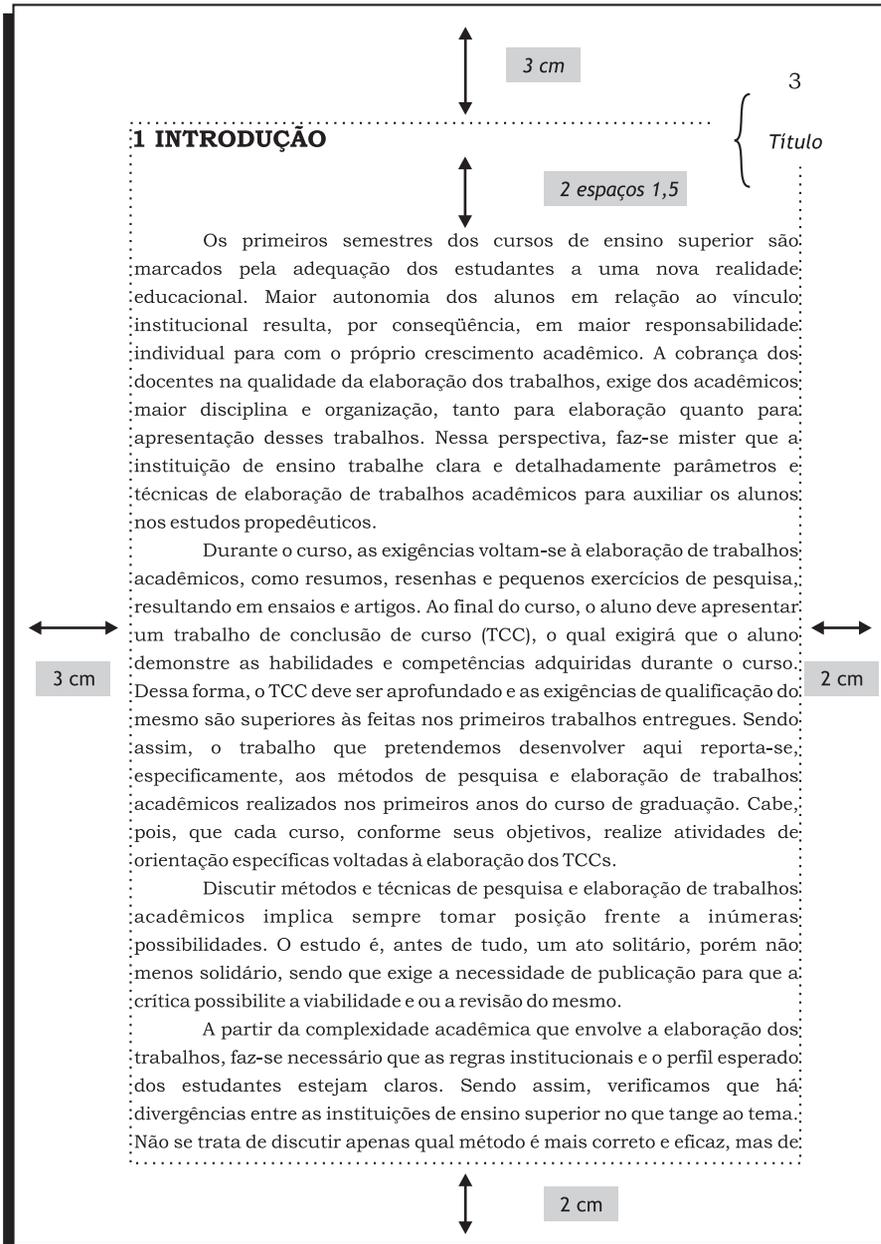


Anexo C2 - Modelo de projeto de pesquisa









4

3 cm

se estabelecer regras para que o *corpus* institucional não se perca em particularidades que negam a formação do todo.

A FAPLAN opta pela construção da interdisciplinaridade acadêmica, o que exige dos diversos cursos oferecidos pela instituição a capacidade de trabalhar com suas especificidades e ao mesmo tempo possibilitar a liberdade do diálogo e dos variados processos pedagógicos. Visando nortear o espaço em que se realiza a construção do conhecimento, na FAPLAN é que se elabora o *Manual de métodos e técnicas de pesquisa*. As regras e orientações estabelecidas no manual servem para orientar os diversos movimentos acadêmicos de atividades educativas. Por serem amplas, não impedem e não interferem nas exigências específicas de cada curso principalmente em relação à elaboração de TCCs. Da mesma forma, em sua amplitude, carregam os fios condutores das habilidades e competências que os acadêmicos deverão desenvolver no período de formação, garantindo, assim, a interdisciplinaridade na instituição.

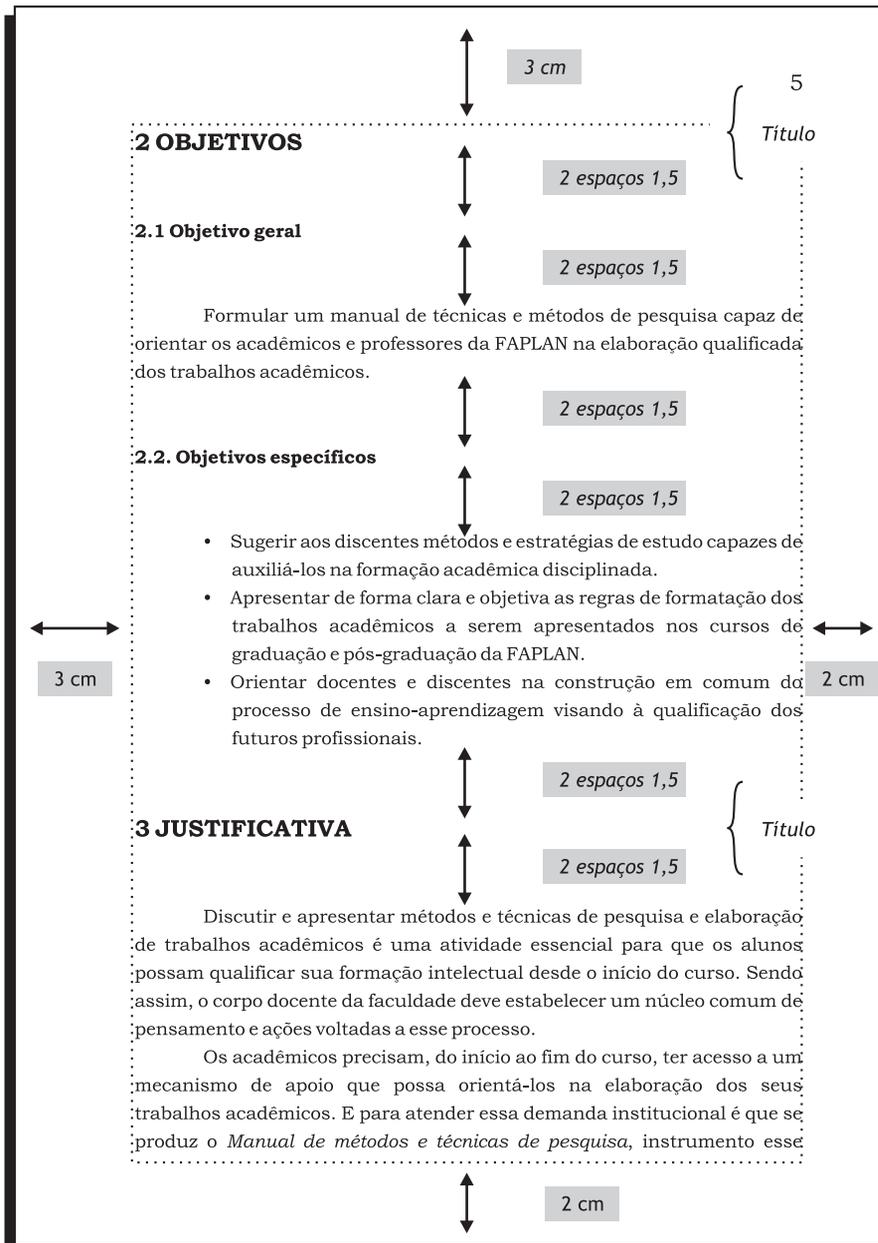
Garantir certa unidade e coerência no meio acadêmico é o desafio do *Manual de métodos e técnicas de pesquisa*. Como superar esse desafio? Somente o trabalho conjunto do corpo docente integrado ao corpo discente é que poderá realizar tal tarefa.

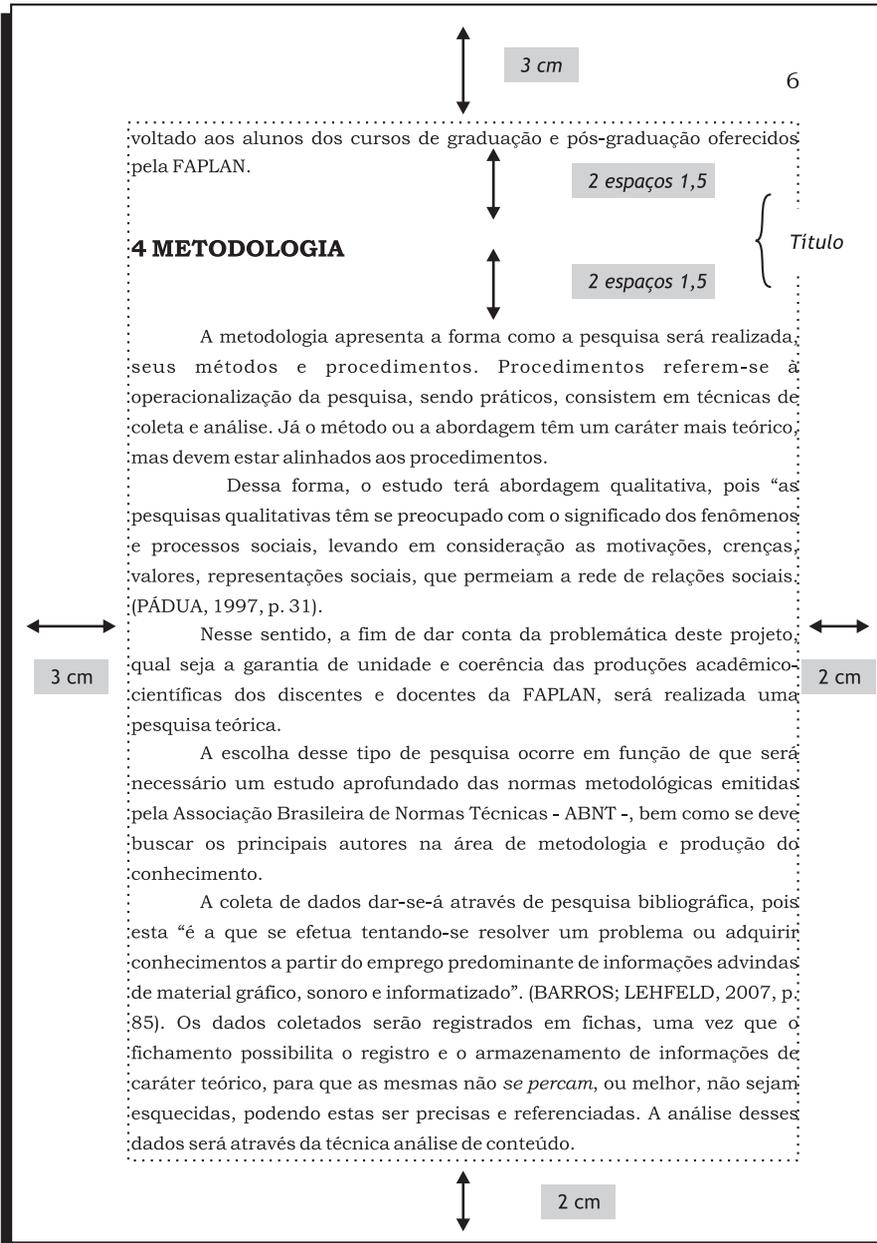
3 cm

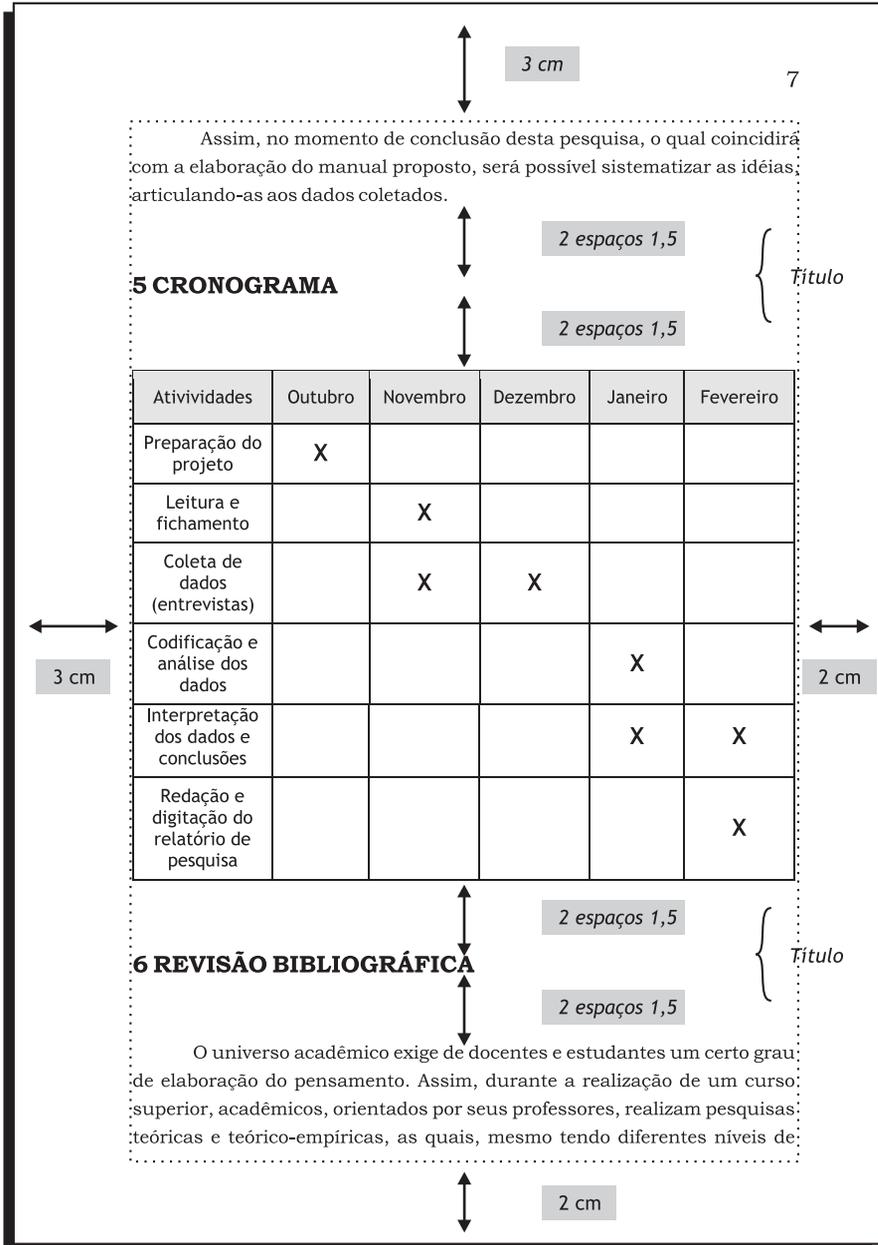
2 cm

A elaboração de um manual que atenda às necessidades acadêmicas para elaboração de trabalhos e pesquisas durante os cursos de graduação da FAPLAN exige a participação interativa entre docentes e discentes, de forma que se possa seguir um núcleo comum de regras e conceitos norteadores dos variados processos cognitivos. Para isso, faz-se necessário apresentar idéias básicas de métodos e técnicas de pesquisa que possam garantir a unidade dos objetivos norteadores do curso de graduação. Tais idéias servirão de base estrutural para elaboração dos TCCs e trabalhos de estágios que seguirão métodos e técnicas específicas conforme as exigências de cada curso.

2 cm







profundidade, exigem uma metodologia que possibilite o desenvolvimento e a uniformização das produções acadêmico-científicas da instituição.

Tem-se de levar em consideração que a pesquisa é um processo histórico e repleto de contradições; é justamente em decorrência deste caráter histórico desse processo de produção do conhecimento, que encontramos as diferentes concepções de ciência e método”. (PÁDUA, 1996, p. 31).

Como já foi dito, este projeto propõe a elaboração de um manual de metodologia, a fim de guiar as produções acadêmicas da FAPLAN. Contudo a compreensão e o uso da metodologia não ocorrem de forma linear, pois, mesmo havendo um manual para orientar tais produções, cada sujeito tem uma vivência e uma visão de mundo que lhes são próprias e únicas. Desse modo e não raramente,

isso causa uma série de equívocos, pois muitas vezes o aluno não visualiza, com clareza, a metodologia que pretende utilizar em sua pesquisa, e acaba então propondo termos (como “método hipotético-dedutivo”) selecionados de uma lista de métodos apresentada em algum livro, sem ter a mínima idéia do que isso significa. (MATTAR NETO, 2005, p. 146-147)

Mas, se por um lado, há que se ter cuidado em não transformar a produção do conhecimento em uma mera relação de idéias previamente definidas e não articuladas à prática de pesquisa desenvolvida, por outro, se não houver a definição prévia de algumas idéias condutoras, não haverá parâmetro que balize as produções acadêmicas. Assim, mesmo que:

Hoje as ciências utilizam uma tal diversidade de métodos que fica impossível para um cientista dominá-los, mesmo uma pequena parte deles [...]. Seria impossível para qualquer texto, nesse sentido, procurar cobrir a totalidade dos métodos utilizados nas ciências, mesmo porque o aprendizado dos métodos que interessarão ao estudante acompanhará sua especialização num determinado campo de conhecimento. (MATTAR NETO, 2005, p.31).

É fundamental perceber que “o objeto de estudo de cada ciência acabará por determinar quais métodos específicos devem ser utilizados (e por consequência estudados) pelo cientista”. (Ibid, p. 31).

Dessa forma, como os cursos, hoje, existentes na FAPLAN são das áreas Humanas e Sociais, os mesmos têm por objeto de estudo o homem e a sociedade. Por isso este projeto já estabeleceu o método qualitativo como guia para a realização do estudo proposto, pois:

[...] o pesquisador, orientado pelo enfoque qualitativo, tem ampla liberdade teórico-metodológica para realizar seu estudo. Os limites de sua iniciativa particular estarão exclusivamente fixados pelas condições da exigência de um trabalho científico. Este [...] deve ter uma estrutura coerente, consistente, originalidade e nível de objetividade capazes de merecer a aprovação dos cientistas num processo intersubjetivo de apreciação. (TRIVIÑOS, 1987, p. 133)

Então as idéias aqui explicitadas fundamentam a posição de quem a produção do conhecimento tem como marco teórico o significado que os sujeitos da Instituição atribuem à pesquisa.

REFERÊNCIAS

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1992.

_____. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

_____. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação científica**: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

3 cm

3 cm

2 espaços 1,5

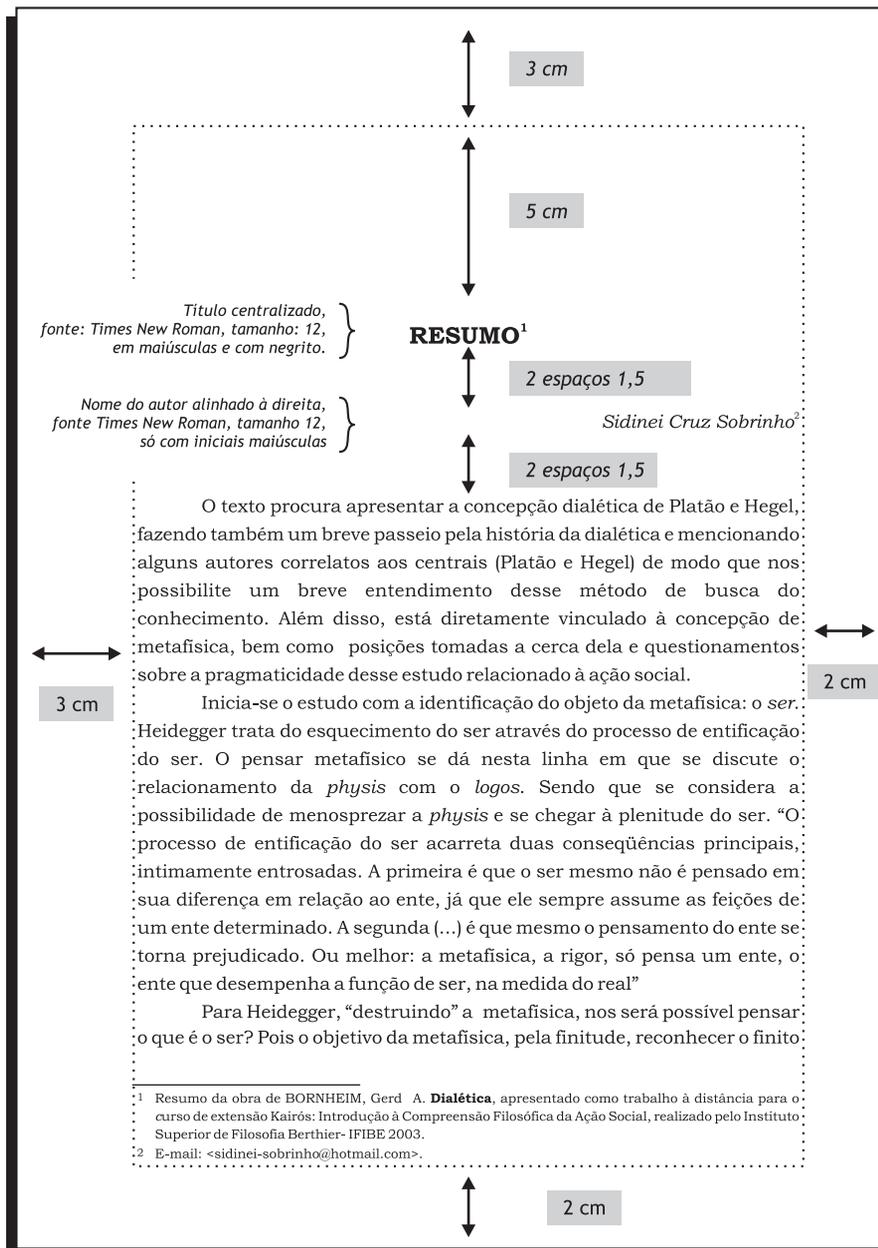
2 espaços 1,5

Título

2 cm

2 cm

Anexo D2 - Modelo de resumo





3 cm

2

em sua condição irreduzível. É preciso destruir a metafísica porque ela entrou em crise, na crise do nihilismo. Pois, pela entificação do ser se esquece do ente finito, o nadaifica. É pela dialética que se buscará tratar esta problemática assumindo-a em sua complexidade.

Dialética em Platão:

No Sofista, Platão refuta a tese de Parmênides de que o ser é imóvel e também a tese de Heráclito, de que o ser é puro movimento. Desse paradoxo, Platão sai dizendo que o ser é um “terceiro termo, que compreende em si os dois primeiros.” O ser é imóvel e móvel.

Há segundo Platão, uma ciência que se ocupa de toda a realidade: a dialética. “Ela divide por gêneros a realidade e ensina a não tomar por outra uma forma que é a mesma, nem pela mesma uma forma que é outra”. O ser se apresenta na relação do real. A dialética, por sua vez, irá acompanhar o ser no seu desenvolvimento no real. Isto é, a própria realidade é dialética. É necessário, pois, caracterizar os vários momentos do real para que se possa compreender a complexidade do processo.

Platão afirma que o filósofo deve ir se distanciando do mundo dos sentidos para buscar o “mundo das idéias”, posicionando a alma de forma metafísica. Há um ideal perfeito, fora do corpóreo, que se atinge pela dialética ascendente e descendente. Mas tal separação não é total, no sentido em que ainda possibilita um certo grau de unidade.

3 cm



Há, primeiramente, a separação ôntica. A separação do corpóreo, que é visto por Platão como o “mundo dos entes, das sombras”. A finitude é negativa, precisamos ir além dela. Depois há a separação ontológica, que se dá na distinção das idéias. Por último há a “separação metafísica, situada entre a ôntica e a ontológica, entre o mundo sensível e o mundo das idéias”.

2 cm



A dialética metafísica visa abandonar o sensível em vista da idéia, deve-se, por ela, superar a finitude.

Percebemos a “unidade relativa do relacionamento fundamentada na hierarquia das idéias. Há uma suprema idéia, a *idéia do bem*, que ilumina todas as outras; na *República*, Platão afirma que o bem está acima do ser”. Dessa forma, ao se tratar do mundo das idéias, não se pode querer dizer que este mundo é uma “duplicação” do mundo corpóreo, pois, se assim o fosse, deveria haver uma idéia particular a cada particularidade do mundo corpóreo, de modo que, ao invés de se ter um mundo do *bem*, ter-se-ia apenas uma duplicação dos problemas da realidade. “(...) Constitui o escopo da dialética metafísica: a contemplação da suprema Idéia e, pois, o abandono da multiplicidade sensível!”. Pela dialética metafísica se coloca a relação entre os mundos. Uma dialética que ascende, levando a alma à contemplação das idéias. Uma dialética descendente no sentido que, como:



2 cm

diz Platão no mito da caverna, após contemplar o mundo das idéias, a alma volta ao mundo sensível para “educar”, pela reminiscência a multiplicidade, levando o homem a alcançar a verdade do real. “O dialético procede sem a ajuda de qualquer objeto sensível, mas com as próprias idéias, através das idéias, para as Idéias, desta forma a dialética ontológica e a dialética metafísica passam a constituir um processo único, destinado a salvar ou a curar a alma.”

A dialética tira o indivíduo da *doxa* e o aproxima ao saber absoluto.

Dialética em Hegel:

Para Hegel, “o espírito só conquista a sua verdade encontrando-se a si próprio na dilaceração absoluta.” Isto é, a verdade se dá no processo. O “ser”, para Hegel é a “idéia” (conceito adequado. O Estado que não coincide com sua idéia ou com o seu conceito, não é verdadeiro, pois nesse caso, o corpo e a alma, permanecem separados).

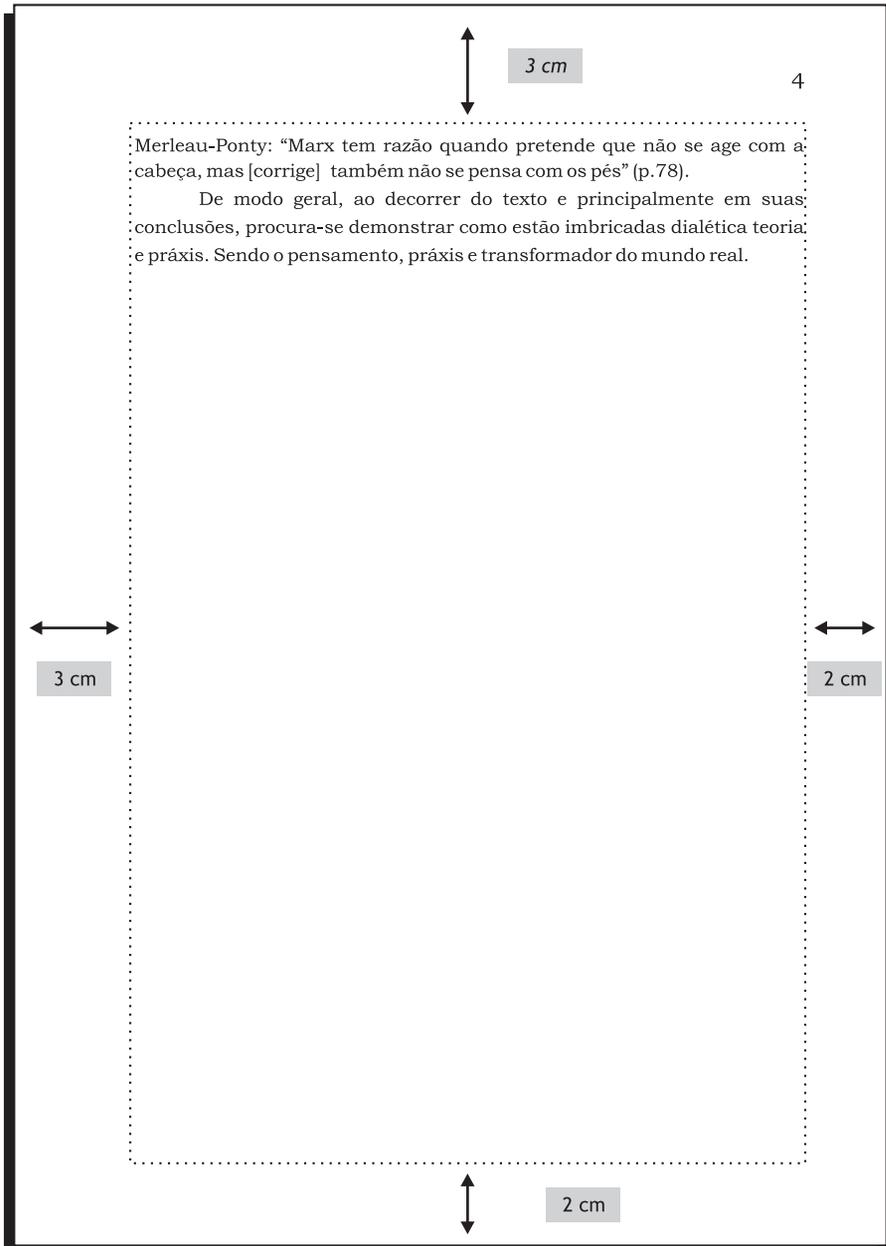
Percebemos, pela afirmação acima, que Hegel diferencia-se de Platão no sentido em que o “o ser atinge o significado de verdade, quando a idéia é a unidade do conceito da realidade; ele é assim, o que a Idéia é.”

Para Hegel, a realidade das coisas se mostra pela contradição, a qual deve ser superada pela negação da negação, numa síntese, onde se dá a verdade. O processo real se mostra através de teses, que são negadas por antíteses e que, por sua vez, são negadas pela síntese, um saber refinado que apresenta a verdade dada pela superação da contradição. Mas, sendo o processo dialético, dinâmico, sempre haverá uma outra antítese se contrapondo ao que agora é síntese.

A verdade, ao contrário da teoria platônica, não é encontrada após o movimento dialético, mas no próprio movimento dentro do real. “Hegel quer encontrar a verdade como um todo, e isso se consegue através da absorção progressiva que é o processo dialético”.

Hegel apresenta, tanto na *Fenomenologia do espírito* (saber absoluto), quanto na *Ciência da lógica* (idéia absoluta), a relação entre o ser e a razão, ou seja, uma problemática totalmente ontológica. “O homem deve sobrepujar a sua particularidade e a sua finitude para alcançar o universal. Hegel pretende, assim, a reconciliação entre o espírito finito e o espírito infinito, e justamente nessa reconciliação situa-se o saber absoluto”.

A reflexão filosófica metafísica, fica apenas no âmbito de uma interpretação diversa do mundo, é preciso, como diz Marx, na 11ª tese sobre Feuerbach, transformar o mundo. O pensamento se torna eficaz na medida em que se torna transformador do mundo. Há no texto, uma constância neste discurso sobre teoria e práxis, percebida na fala de:



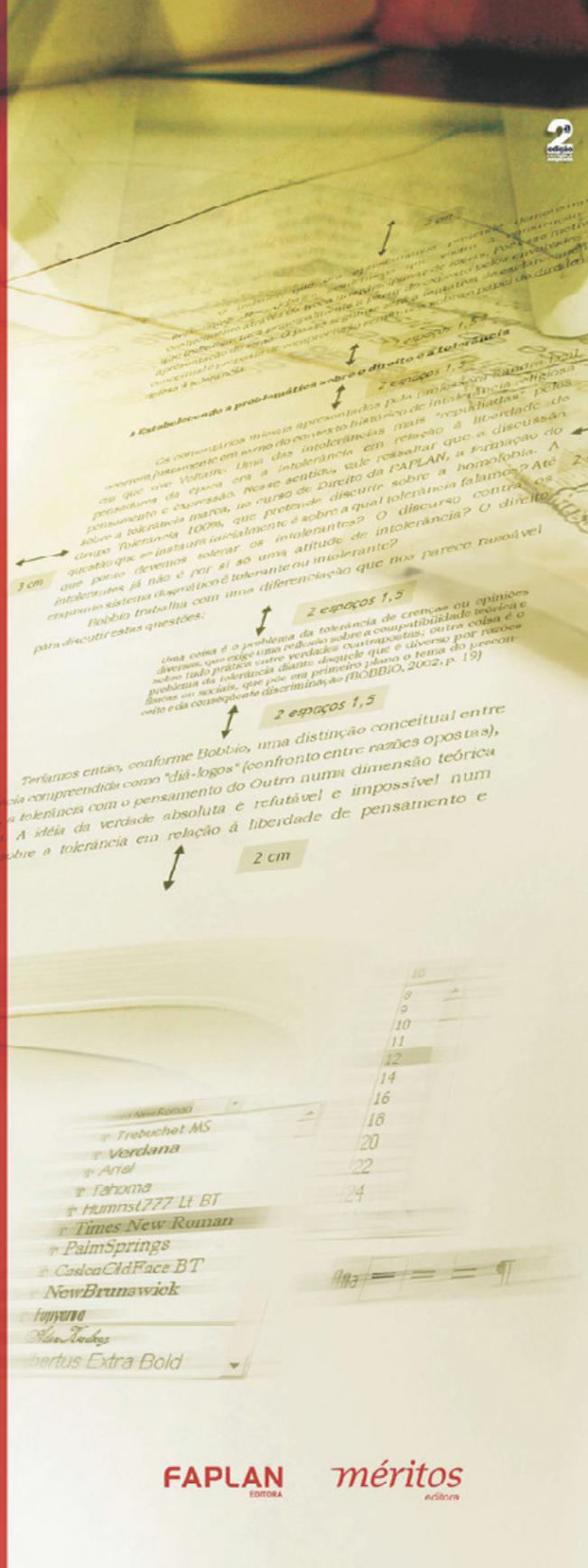
Este Manual de métodos e técnicas de pesquisa, tem como referência básica as normas prescritas pela Associação Brasileira de Normas e Técnicas (ABNT), com pequenas adaptações aprovadas pela FAPLAN, que orientam a apresentação dos trabalhos acadêmicos.

Tal uniformização representa a seriedade e o progresso adquiridos no decorrer dos anos de estudo, a capacidade de expor o pensamento para debate público de forma organizada e logicamente estruturada. Na mesma perspectiva, o mercado de trabalho e a inserção nas instituições públicas e privadas supõe uma postura madura e competente para o exercício profissional exigidos pelos padrões socioculturais estabelecidos.

ISBN 978-85-98774-06-0



9 788598 774060



3 cm

2 espaços 1, 2

2 espaços 1, 5

3 cm

2 espaços 1, 5

2 cm

3 cm

2 espaços 1, 2

2 espaços 1, 5

2 espaços 1, 5

2 cm

2 espaços 1, 5

2 espaços 1, 5

2 cm

2 cm

Fontes	
Novo Escudo	10
Trebuchet MS	11
Verdana	12
Arial	14
Tahoma	16
Humans (777) Lt BT	18
Times New Roman	20
Palm Springs	22
Caslon Old Face BT	24
New Brunswick	
Futura	
Blue Tongue	
Bertus Extra Bold	